

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

LETICIA QUEIROZ SILVA

O BEATO DO SERTÃO DE CANUDOS: ANTÔNIO CONSELHEIRO COMO  
INTELECTUAL ORGÂNICO REVOLUCIONÁRIO

GOIÂNIA  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

**1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

**2. Nome completo do autor**

Leticia Queiroz Silva

**3. Título do trabalho**

**O BEATO DO SERTÃO DE CANUDOS: ANTÔNIO CONSELHEIRO COMO INTELECTUAL  
ORGÂNICO REVOLUCIONÁRIO**

**4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

---

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Rildo Bento De Souza**, Professor do Magistério Superior, em 26/02/2025, às 22:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Queiroz Silva**, Discente, em 28/02/2025, às 23:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5199540** e o código CRC **6798978E**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.002060/2025-03

LETICIA QUEIROZ SILVA

O BEATO DO SERTÃO DE CANUDOS: ANTÔNIO CONSELHEIRO COMO  
INTELECTUAL ORGÂNICO REVOLUCIONÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História, da Faculdade de História, da Universidade Federal  
de Goiás para a obtenção do título de Mestra em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Rildo Bento de Sousa.

GOIÂNIA  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SILVA, Leticia Queiroz

O beato do sertão de Canudos: [manuscrito] : Antônio Conselheiro como intelectual orgânico revolucionário / Leticia Queiroz SILVA. - 2025. CLVIII, 158 f.

Orientador: Prof. Rildo Bento de Souza.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui mapas, lista de figuras.

1. Antônio Vicente/Coselheiro . 2. Sertão . 3. Guerra de Canudos . 4. Belo Monte . 5. Intelectual orgânico revolucionário. I. Souza, Rildo Bento de, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **025/2025** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **LETICIA QUEIROZ SILVA**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **14h00min**, na **Sala de Defesas do PPGH** (Prédio das Humanidades I), realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“O BEATO DO SERTÃO DE CANUDOS: ANTÔNIO CONSELHEIRO COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Rildo Bento de Souza (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Robson Rodrigues Gomes Filho (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **David Maciel (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Rildo Bento de Souza**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

**O BEATO DO SERTÃO DE CANUDOS: ANTÔNIO CONSELHEIRO COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO REVOLUCIONÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais**, **Coordenador de Pós-Graduação**, em 23/04/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel**, **Professor do Magistério Superior**, em 23/04/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rildo Bento De Souza**, **Professor do Magistério Superior**, em 23/04/2025, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5327879** e o código CRC **B1D7F106**.



LETICIA QUEIROZ SILVA

**O BEATO DO SERTÃO DE CANUDOS: ANTÔNIO  
CONSELHEIRO COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO  
REVOLUCIONÁRIO**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Rildo Bento de Souza

Universidade Federal de Goiás – UFG (Presidente)

---

Prof. Dr. David Maciel

Universidade Federal de Goiás – UFG (Arguidor)

---

Prof. Dr. Robson Rodrigues Gomes Filho

Universidade Estadual de Goiás – UEG (Arguidor)

GOIÂNIA  
2025

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos não poderiam começar de forma diferente, porque, se começassem, não seria eu. Antes de agradecer às pessoas que fizeram parte dessa jornada, dedico e agradeço a mim. E sim, a mim. Não achava que ia conseguir nem passar pelo processo seletivo, quem dirá chegar até aqui. Não foi fácil, foram muitas angústias, ansiedade, desmotivação e ainda um acidente. E aqui deixo também meus agradecimentos ao Sistema Único de Saúde e todas as pessoas que se prontificaram em me ajudar durante minha estadia no HUGO. Aos trancos e barrancos, consegui fazer uma pesquisa que me deixasse orgulhosa de mim e da minha história.

Claro que não fiz nada sozinha e tive comigo pessoas incríveis. Não sei o que teria feito se não tivesse o apoio delas em um momento de total fragilidade e dependência. A minha família: Jairon, Fernanda, Isabella, Kleyton, Leia Organa (minha cachorrinha). Sem eles, muita coisa não seria possível, e tudo o que sou hoje, é por eles e para eles.

A minhas amigas, que se tornaram família: Elis, Maria Clara e nosso grupo de vips. Minha amiga de graduação e luta, Amanda Milhomem, que me inspira a ser uma professora melhor todos os dias. Thaynara Lorrane, minha enfermeira favorita, obrigada por vir à minha casa cuidar de mim. Sua ajuda foi essencial para a minha recuperação. À Mariana Affonso Penna, minha orientadora de TCC, que virou uma amiga e, desde o começo, acreditou em mim.

Ao Kleyton Alves, meu melhor amigo e parceiro de vida, obrigada por me ajudar em tudo o que eu precisei sem nem questionar, por ser meu motorista na ida a Canudos e, mesmo passando mal dentro do carro, não ter querido ir embora, porque sabia que era importante eu estar ali. Minha querida amiga Beatriz Machado, esses dois anos foram muito mais leves com você, minha companheira de reclamações, angústias, alegrias e fé. Sei que foi por meio da vovó Benedita das Cachoeiras que nos encontramos. Obrigada por todo apoio e escuta, você foi o presente que esse mestrado me deu.

Agradeço ao Instituto Popular Memorial de Canudos, à dona Josefa Régis, João Batista e Vanderlei Leite, por me ajudarem antes de ir a Canudos e por me receberem de braços abertos no instituto. Ao Paulo Régis, que me guiou e me presenteou com o seu conhecimento na ida ao Parque Estadual de Canudos. E à dona Joselina Rabelo (*in memoriam*). Agradeço à Universidade Federal da Bahia, ao Núcleo Sertão – Lugares de

Memória – Estudos Baianos, por me permitirem pesquisar no Acervo José Calasans. O que eu passei de calor na Bahia não chega aos pés da experiência que tive. Todos os lugares que passei me deram ainda mais força para continuar essa pesquisa.

Deixo aqui um agradecimento especial ao Walmir Barbosa, que disponibilizou suas tardes para me ensinar a teoria gramsciana e por questionar aspectos do meu trabalho que precisavam ser revistos. Aos professores Cristina de Cássia e João Alberto, que atenderam aos meus pedidos de ajuda todas as vezes que precisei. À coordenação e à secretária do Programa de Pós-graduação de História da UFG, principalmente a querida Cintila Garcia. E, como bolsista, agradeço a CAPES. Sem o investimento nas pesquisas, não sei como teria desenvolvido a minha. Ser bolsista foi fundamental nesse processo. O investimento na ciência muda vidas e é por isso que precisamos lutar todos os dias para que isso não se perca. A luta continua!

Aos professores David Maciel e Robson Rodrigues Gomes Filho, obrigada por fazerem parte da minha banca e avaliarem o meu trabalho tão bem. David, você me ensinou muito com suas aulas sobre o Gramsci e com as análises de conjuntura no partido. Robson, suas pesquisas e perspectivas sobre a Santa Dica mudaram a minha forma de pensar o tema. E ao meu querido orientador, Rildo Bento de Souza, professor, obrigada por colocar meu pé no chão quando era necessário, por me fazer pensar nas coisas que não estava prestando atenção, pelo incentivo e pelos puxões de orelha. Obrigada pela confiança, sei que é complicado quando uma mera mestranda chega decidida sobre o tema e a teoria. Embora eu tenha sido assim, você sempre foi muito compreensivo e mostrou todos os caminhos possíveis para a minha pesquisa. Suas orientações foram essenciais em tudo o que fiz e seguirei fazendo.

Por fim, quero deixar registrado aqui também que fazer pesquisas no atual período do Brasil, muitas vezes é desanimador e difícil. E ainda tem o bônus de ser professora. Ver nossa profissão ser atacada e desvalorizada me deixa triste, mas me deixa muito mais revoltada. Não irei desistir de ensinar de forma consciente, científica, crítica e revolucionária. Seguirei os passos dos professores e de todos aqueles que tanto admiro e farei o possível para que tudo o que me ensinaram não seja em vão. E, como disse a sindicalista assassinada brutalmente, Margarida Maria Alves<sup>1</sup> “Morro na luta, mas da luta eu não fujo”.

---

<sup>1</sup> Foi à primeira mulher a se tornar presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB). Foi morta em 1983 a mando de fazendeiros locais da região em que atuou. Lutou contra a violência no campo, pela reforma agrária e o fim da exploração dos trabalhadores rurais.

*“Afinal, o que é o sertão?”*

*(Nísia Trindade Lima)*

*“O sertão está em toda parte.*

*O sertão é do tamanho do mundo”.*

*(Guimarães Rosa)*

## Resumo

Este trabalho analisa a trajetória e as ações de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, por meio do conceito de intelectual orgânico de Antônio Gramsci. O objetivo foi compreender como sua liderança, articulada por práticas religiosas e políticas, contribuiu para a formação da comunidade autônoma de Belo Monte, no sertão baiano, no contexto da Guerra de Canudos. A pesquisa utilizou como fonte o manuscrito *Tempestades que se levantam no Coração de Maria* (1897) e promoveu uma análise crítica da historiografia sobre Canudos e seu líder. Nossa hipótese é que Conselheiro foi um líder que, por meio da religiosidade, formou seu pensamento político, crítico e consciente sobre a maneira como seu povo era tratado pelas autoridades e poderosos. Sua atuação mobilizou trabalhadores marginalizados em torno de um modelo de organização social alternativo, baseado na solidariedade e autossustentabilidade. Além disso, cremos que Antônio Vicente, enquanto intelectual orgânico, articulou valores religiosos, culturais e políticos, reafirmando seu papel como líder de resistência e símbolo de luta contra as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Antônio Vicente/Conselheiro; Sertão; Guerra de Canudos; Belo Monte; Intelectual orgânico.

## Abstract

This study analyzes the trajectory and actions of Antônio Vicente Mendes Maciel, known as Antônio Conselheiro, through Antonio Gramsci's concept of the organic intellectual. The objective was to understand how his leadership, articulated through religious and political practices, contributed to the formation of the autonomous community of Belo Monte, in the Brazilian backlands, within the context of the Canudos War. The research utilized the manuscript *Tempestades que se levantam no Coração de Maria* (1897) as a primary source and conducted a critical analysis of the historiography on Canudos and its leader. Our hypothesis is that Conselheiro was a leader who, through religiosity, developed his political, critical, and conscious thinking about the way his people were treated by the authorities and the powerful. His actions mobilized marginalized workers around an alternative model of social organization based on solidarity and self-sufficiency. Furthermore, we believe that Antônio Vicente, as an organic intellectual, articulated religious, cultural, and political values, reaffirming his role as a leader of resistance and a symbol of the struggle against the structural inequalities of Brazilian society.

**Keywords:** Antônio Vicente/Conselheiro; Sertão; Canudos War; Belo Monte; Organic intellectual.

### **Lista de imagens**

Imagem 1: Mapa do polígono das secas

Imagem 2: Mapa do município de Canudos no estado da Bahia

Imagem 3: Planta do arraial de Canudos

Imagem 4: Plano de operações de Guerra no Estado da Bahia

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1: CANUDOS EM PERSPECTIVAS: ÀS INTERPRETAÇÕES .....	26
1.1 Relatos contemporâneos: a documentação imediata de Canudos .....	26
1.2 Canudos sob a lente euclidiana.....	42
1.3 Memória e reinterpretação: o redescobrimto de Canudos na pesquisa contemporânea	52
1.4 O centenário de Canudos: novos olhares sobre a construção e destruição do arraial do Belo Monte.....	60
CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO SOCIAL, EXPLORAÇÃO DA TERRA E A LUTA POR JUSTIÇA NO SERTÃO: A CONSTRUÇÃO E A TRAGÉDIA DE BELO MONTE/CANUDOS.....	71
2.1 Terra, propriedade e trabalho: a formação social no sertão Nordestino.....	71
2.2 Antônio Conselheiro e a tragédia de Canudos: da criação ao conflito.....	81
2.3 A vida em Belo Monte/Canudos: a estrutura social do arraial sertanejo.....	96
CAPÍTULO 3: ENTRE FÉ E POLÍTICA: A PRÁTICA INTELLECTUAL DE ANTÔNIO VICENTE E A FORMAÇÃO DE BELO MONTE: UMA ANÁLISE DA SUA AÇÃO COMO INTELLECTUAL RELIGIOSO E POLÍTICO .....	110
3.1 Antônio Vicente: líder religioso.....	112
3.2 Antônio Vicente: líder político .....	125
3.3 Antônio Vicente como um <i>intelectual orgânico</i> revolucionário.....	134
4    Considerações finais.....	149
5    Referências .....	154
5.1    Fonte.....	154
5.2    Bibliografia.....	154
6    Imagens da internet.....	159

## Introdução

“Talvez que o Conselheiro,  
O Bom Jesus guerreiro,  
No fundo do sertão,  
Já chupe neste dia,  
Não mangas da Bahia,  
Mas balas de canhão”.

O verso citado acima foi escrito por Olavo Bilac em fevereiro de 1897, referindo-se a um dos principais acontecimentos no período da Primeira República: a Guerra de Canudos (1896-1897). Este conflito é o movimento popular de caráter religioso mais estudado entre os diferentes exemplos já conhecidos no Brasil (Hermann, 2008). Isso ocorreu em razão da popularidade de seu líder, Antônio Conselheiro, um pregador influente com crenças vinculadas à religião católica, e ao severo tratamento político-militar que o movimento sofreu por parte dos governantes. Além disso, o arraial de Canudos ganhou notoriedade mesmo depois de sua destruição, quando Euclides da Cunha publicou o livro *Os Sertões* (1902), obra que se tornou um marco em diversas áreas do conhecimento por toda sua construção histórica, literária, geográfica e sociológica. O autor foi um dos primeiros a escrever um livro que narrava acontecimentos que eram desconhecidos pelos brasileiros que assistiram a guerra de longe. Portanto, é partindo disso que entendemos ser essencial compreender os motivos que levaram esse movimento se tornar tão significativo para a História do Brasil, buscando ainda pensar como sua memória e história foram criadas por aqueles que tinham o interesse de destruí-la.

Foi no sertão baiano, em 1874, que teve início o movimento de Canudos (Calasans 1996)<sup>2</sup>. O beato<sup>3</sup> Antônio Conselheiro, líder da comunidade de Canudos,

---

<sup>2</sup> José Calasans é tido como um dos maiores estudiosos da Guerra de Canudos. “Nenhum historiador brasileiro, no entanto, pesquisou e estudou a guerra de Canudos e a vida de Antônio Conselheiro, de forma constante e pioneira, quanto José Calasans. Ele percorreu o país garimpando em bibliotecas e arquivos, seguido, como poucos, os passos do peregrino Antônio Conselheiro, do Ceará a Bahia, bem como o desenrolar do conflito em si, revelando, aqui e ali, uma documentação preciosa que reformularia a historiografia “canudense”, presa durante muito tempo ao livro de ouro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*” (Nascimento, 2004).

<sup>3</sup> O termo beato tem origem na Igreja Católica, sendo um título dado a uma pessoa que viveu uma vida de santidade e seguindo os preceitos da religião. Para ser beatificado é preciso ter o reconhecimento da

conquistou milhares de seguidores por meio de suas pregações, conselhos, práticas e ações. Assim como aqueles que se dispuseram a segui-lo, Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu no sertão nordestino em 1930, no Ceará. Perdeu a mãe na infância e foi criado pelo pai, comerciante, a madrasta, que o maltratava, e com suas irmãs. Para o seu pai, Vicente Maciel, os estudos eram importantes, e por isso o jovem Antônio Vicente aprendeu com o professor da Vila de Quixeramobim, demonstrando grande empenho nas aulas. Além disso, também recebeu ensinamentos do padre local, que o introduziu aos conhecimentos religiosos sobre a Igreja e os princípios de Deus. Foi através dos estudos que se tornou caixeiro e viajou por outras vilas. Mas, quando seu pai morreu em 1855, Antônio Vicente teve que assumir os negócios e o cuidado com a família (Calasans, 1991).

No entanto, o comércio herdado estava falido. Em busca de melhores condições de vida, casou-se com Brasilina Laurentina de Lima, e juntos viajaram pelo Ceará em busca de novas oportunidades. Antônio Vicente teve diversas profissões, mas todas sem sucesso. Sua esposa, diante de todos os acontecimentos, fugiu com outro homem, abandonando-o à própria sorte. Em meados dos anos de 1870, Antônio Vicente começou a acompanhar padres em missões pelo sertão cearense, o que aprofundou seu conhecimento sobre as leis divinas. Em 1873, com sua crescente notoriedade, passou a ser conhecido como Antônio Conselheiro. Seu oratório cativante e seu discurso crítico sobre as injustiças sofridas pelo povo sertanejo fez com que ele se tornasse popular em várias regiões do Nordeste. Sua fama, no entanto, também despertou a antipatia das autoridades locais, como fazendeiros, políticos e religiosos, que viam suas ideias como uma ameaça ao *status quo*. Apesar disso, Antônio Conselheiro seguiu sua jornada, acompanhado por milhares de pessoas, e sua imagem a partir disso, começou a ser construída de forma caricata e ficcional nos jornais locais.

O desenvolvimento do conflito em Canudos foi amplamente alimentado por boatos espalhados nos periódicos e jornais das regiões por onde Antônio Conselheiro percorreu. Ele era frequentemente descrito de forma pejorativa como “um sujeito baixo, moreno, acaboclado, barbas e cabelos pretos crescidos, vestido de camisolão azul” (Aguiar, 1888, s/p). Outras descrições também o retratavam como um homem de vestes e aparência desgastadas pelo tempo. Apesar de não corresponder ao ideal estético da

---

instituição. Apesar de o título ser somente através do reconhecimento da Igreja, Antônio Conselheiro era visto por todos como um beato, ou seja, como alguém santo.

época, Conselheiro continuava com o seu propósito de erguer igrejas, reformar cemitérios e ajudar os mais necessitados, o que de fato fez. Contudo, as autoridades da Bahia, desgostosas com suas ações, o prenderam injustamente, mas ele foi solto por falta de provas. Após ser libertado da cadeia do Ceará, para onde fora enviado, se reencontrou com seu povo no território baiano e dirigiu-se para a fazenda Canudos, permaneceram até o fim de suas vidas. Quatro expedições militares foram enviadas para destruir o arraial, poucos sobreviveram para contar à história. O que perdurou na memória do povo brasileiro foi à perspectiva dos vencedores, ou seja, a visão criada pela elite dominante do país. À experiência de Canudos foi retratada como a luta contra o fanatismo religioso, contra os jagunços do líder da comunidade, sendo Antônio Conselheiro descrito como louco, monarquista e fanático.

Essa concepção acerca da Guerra de Canudos perdurou por muito tempo na História do Brasil. Antônio Vicente/Conselheiro e a construção do arraial de Belo Monte foram negligenciados por muitos pesquisadores<sup>4</sup>, que preferiram não fazer análises críticas sobre o tema. O beato foi um líder, que através da religiosidade, desenvolveu seu pensamento político, crítico e consciente sobre a forma que seu povo estava sendo tratado pelas autoridades e poderosos. Mesmo sendo reconhecido por sua atuação, Antônio Vicente/Conselheiro foi negligenciado como intelectual, embora muitos estudiosos soubessem da existência de seu manuscrito *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação* (1897). Essa obra só foi publicada em 1974, quando Ataliba Nogueira o fez no livro<sup>5</sup> *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. No entanto, foi somente em 1980<sup>6</sup> que o manuscrito foi analisado em uma pesquisa acadêmica. Ao longo dos anos, outras

---

<sup>4</sup> Alguns dos pesquisadores que não tiveram intuito de analisar criticamente a Guerra de Canudos são: Afonso Arinos, em *Os Jagunços* (1895); Coronel Dantas Barreto, *Última expedição a Canudos* (1898); Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902); Macedo Soares, *A Guerra de Canudos* (1903), etc. Essas referências e outras são analisadas no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>5</sup> Uma questão importante levantada por José Luiz Fiorin diz respeito ao livro em que o manuscrito foi publicado, *Antônio Conselheiro e Canudos* por Ataliba Nogueira. Segundo Fiorin, “embora Ataliba Nogueira declare que copiou fielmente o manuscrito” (1980, p. 13), era necessário verificar que, em algumas páginas, havia pequenos reparos. O autor entende que “pode-se concluir que a edição feita por Ataliba Nogueira não é crítica, paleográfica, diplomática, fac-similar. Não se poderia nem mesmo dizer que seja uma edição modernizada, pois oscila entre a reprodução fiel de padrões linguísticos utilizados pelo Conselheiro e padrões linguísticos atuais” (p. 16). Mesmo com as mudanças feitas por Nogueira, Fiorin afirma que “as falhas apontadas não comprometem, em quase nada, aquilo que se busca no texto” (p.16).

<sup>6</sup> A dissertação de mestrado de José Luiz Fiorin, intitulada *A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*, foi a primeira pesquisa que pretendeu analisar o conteúdo da obra escrita por Antônio. Embora esteja presente no livro de Nogueira, o autor não faz análise dela. Além disso, há relatos de que a obra tenha chegado a José Calasans, mas que ele havia se negado a pesquisa-la por não acreditar haver maiores contribuições para o tema.

pesquisas foram surgindo, mas sem dar o devido destaque aos escritos políticos e intelectuais do beato, concentrando-se apenas nas suas ideias religiosas.

Nesse sentido, a presente pesquisa parte da premissa de que é necessário analisar o manuscrito de Antônio Vicente/Conselheiro de outras perspectivas, como a que possibilita o seu reconhecimento como um intelectual orgânico revolucionário (Gramsci, 1982), isto é, distinguindo sua intelectualidade não apenas em relação à religião, mas também à política, demonstrando como seu conhecimento sobre ambos os campos se entrelaça e contribui para uma compreensão mais aprofundada de sua figura. Além disso, como observaremos ao longo deste estudo, as pregações de Antônio Vicente giram em torno de relatar as experiências divinas, utilizando a Bíblia e os livros *Horas Marianas* e *Missão abreviada* como base. Ele escrevia sobre a história de Maria e Jesus, buscando encontrar, em suas caminhadas, aproximações com os sertanejos de Belo Monte. Sua crítica à República demonstra a consciência que tinha ele diante em relação à falta de assistência à qual estavam submetidos. Por meio da análise das prédicas, pretendemos verificar como o líder transmitia a palavra divina como um meio de criação de comunidade autossustentável e fraterna, onde todos eram tratados iguais.

O interesse por esse tema iniciou-se ainda no período de graduação. O desenvolvimento da pesquisa começou quase no fim do curso de Licenciatura em História, no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia (IFG). A ideia, a princípio, era entender que o movimento de Canudos era muito mais do que um movimento religioso. Era ainda um movimento político, da luta de uma classe, que vivia no sertão do país sem recursos para sobreviver. Compreendemos por meio das prédicas de Antônio, que Canudos foi um movimento composto por afinidades eletivas, pensamentos críticos e intelectuais. A continuidade dessa pesquisa no mestrado veio por meio do entendimento que o manuscrito do líder de Canudos é uma fonte rica de um pensamento de tempo, espaço e experiências únicas. A ida a Bahia, a Canudos<sup>7</sup> era necessária, não tinha como passar por esse processo e não ir ao local em que tudo aconteceu. A visita a Canudos durou uma semana, conheci o Parque Estadual, local

---

<sup>7</sup> Passado alguns anos da destruição do arraial, os sobreviventes voltaram ao local e construíram o que ficou conhecido como a segunda Canudos. Contudo, nos anos de 1951 foram iniciadas obras para a construção de um açude para a região. Concluída em 1968, a barragem do açude Cocorobó, inundou a segunda Canudos e submergiram as ruínas de Belo Monte. Ao lado do açude Canudos foi novamente reconstruído pelos sobreviventes e seus descendentes. Em 1985, a terceira Canudos foi emancipado do município de Euclides da Cunha.

exato da guerra, o açude Cocorobó, que não sangrava<sup>8</sup> a mais de 15 anos. Conversei com descendentes dos sobreviventes, pesquisei no Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC) e lá pude ter contato com a História e a memória do movimento. Voltando a Salvador fui para Universidade Federal da Bahia, no Núcleo Sertão, onde José Calasans tem seu acervo resguardado. Passei dois dias inteiros no arquivo, olhando tudo o que podia (nem tudo era permitido) e conversando com quem poderia ajudar.

Dessa forma, esta pesquisa se insere em um debate rico e repleto de possibilidades. O movimento de Canudos não foi o único de caráter religioso, popular e político que aconteceu no Brasil nos primeiros anos de governo da República. Segundo Hermann (2008), durante o período da transição entre Monarquia e República e em diversos momentos da primeira República, mobilizações religiosas eram recorrentes no país. Esses movimentos ocorriam em defesa dos direitos por meio dos princípios religiosos, como é o caso de Juazeiro (CE), Contestado (Paraná e Santa Catarina) e a República dos Anjos (Santa Dica de Goiás). Existem outros exemplos de ações que aconteceram ao longo do período mencionado, mas aqui abordaremos os mais conhecidos pela História. Assim, liderado por Padre Cícero, a revolta em Juazeiro (1914) foi uma luta contra as más condições de vida, agravadas pela miséria, que resultaram em um conflito entre o povo e oficiais do estado. Havia a crença de que seria uma “guerra santa”, contudo, o conflito foi marcado por desdobramentos políticos em razão da atuação de Padre Cícero.

A guerra do Contestado (1912-1914) teve como causa a disputa por um território localizado na fronteira dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Trabalhadores de diversas regiões do Brasil foram atraídos para trabalhar na construção de uma ferrovia, mas, após a conclusão da obra, os trabalhadores ficaram desempregados, o que gerou uma grave crise social. Foi nesse contexto que o beato José Maria surgiu, formando comunidades de trabalhadores sertanejos que buscavam por melhores condições de vida e trabalho. O movimento se transformou em uma revolta armada contra o governo republicano, levando o envio de tropas federais. Já o movimento da República dos Anjos (GO), por sua vez, ocorrido em 1925 e liderado por Benedita Cypriano Gomes, conhecida como Santa Dica, foi uma das raras ações desse tipo lideradas por uma mulher. Santa Dica, que afirmava conferenciar com os anjos, atraiu muitas pessoas e formou sua comunidade em torno da ideia que a terra pertencia a todos, pois era uma

---

<sup>8</sup> O termo foi frequentemente utilizado pelos moradores para se referir ao momento em que o açude estava cheio.

criação divina. Isso levou muitos trabalhadores a abandonarem suas atividades, deixando os grandes fazendeiros sem mão de obra. Com seus discursos religiosos e politizados (Silva; Souza, 2024), Dica chamou atenção da Igreja Católica, que temia perder a fidelidade dos fiéis. Motivada pelos discursos da Igreja e dos donos de terras, a polícia goiana pôs fim no movimento.

Ao trazermos para o debate a noção de que em movimentos religiosos populares carregam, em suas formações, aspectos políticos e intelectuais, temos como objetivo apresentar uma perspectiva que contrasta com aquela predominante, estabelecida e imposta pelos vencedores e pela elite dominante brasileira. As diversas experiências mencionadas demonstram que, há na História do Brasil, o uso extremo da violência que se faz presente diante das ações de um povo trabalhador, que não conta com a assistência necessária para viver. O tratamento dado a Santa Dica, por exemplo, reflete um padrão de repressão semelhante ao recebido por Antônio Conselheiro. Apesar das diferenças, o caso de Benedita também traz à tona discussões sobre a forma como foi tratada pelos poderosos. Além de ser rotulada como louca e fanática, como aconteceu com o próprio Conselheiro, ela foi chamada de bruxa, quenga e outros termos pejorativos (Silva; Souza, 2024). O que se pode perceber é que, em ambos os casos, a violência extrema foi utilizada como estratégia para tentar extinguir as lutas de uma classe marginalizada. As manifestações sociais que emergiram no sertão brasileiro exigem uma análise profunda sob as diversas perspectivas e considerando suas múltiplas possibilidades.

O conceito de "sertão" é multifacetado, abrangendo significados geográficos, históricos, socioculturais e econômicos. Originalmente derivado da língua<sup>9</sup> *mbundo*, uma das línguas faladas em Angola, o termo "sertão" designava o mato ou o interior de uma região, associado à vida rural e às práticas agrícolas dos povos africanos. Com a colonização portuguesa, o termo passou a ter conotação negativa, associada à ideia de "outro", visto como selvagem e inferior (Melo, 2011). Além disso, no contexto português, a palavra também passou a ser relacionada ao "desertão", significando uma região desabitada e afastada da modernidade. Para alguns estudiosos, o sertão é mais do que um espaço físico, sendo considerado um lugar de tensões sociais e políticas, uma fronteira em movimento. Autores como Guimarães Rosa (1994) e Adriana Ferreira de Melo (2011) defendem que o sertão não é uma região geograficamente delimitada, mas

---

<sup>9</sup> O modo como o povo *mbundo* escreve o termo é "celtão" e "certão".

uma realidade subjetiva, mutante e difícil de definir. O sertão nordestino, uma das áreas mais emblemáticas, abrange cerca de 670.000 quilômetros quadrados, incluindo diversos estados<sup>10</sup> do Nordeste do Brasil (Imagem 1), e é visto tanto como uma expressão cultural quanto como uma realidade social marcada pela seca e pelos desafios regionais.

Imagem 1:



Polígono das secas  
Fonte: CARVALHO (2006).

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2021) analisa a construção da ideia de sertão no Brasil, destacando que, em 1969, o IBGE reconheceu o Nordeste como o único sertão do país. Esse reconhecimento é problemático, pois ignora semelhanças de outras regiões brasileiras com o Nordeste, além de refletir a visão histórica da marcha para o Oeste, onde a região era vista como "desbravada" e oposta ao litoral. O autor também observa que o sertão é frequentemente percebido como algo do passado,

---

<sup>10</sup> De acordo com os cálculos feitos pelos técnicos da Inspeção de Obras Contra as Secas indicam que o sertão nordestino abrange cerca de 670.000 quilômetros quadrados, percorrendo os caminhos da margem direita do Rio Paraíba, no extremo norte, até o Rio Itapicuru, no extremo sul, englobando terras centrais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

contraposto à modernidade, o que reforça a ideia de que o sertão nunca está no presente. Nesse contexto, o Nordeste foi “inventado” como uma região marcada pela saudade, representando um passado idealizado “de uma elite que está perdendo sua centralidade” (Albuquerque Junior, 2021, p. 319). Essa saudade reflete um território em risco, ligado à preservação de ideais passados, como a figura do sertanejo. O discurso regionalista sobre o sertão se intensificou no século XX, especialmente com a relação entre o Nordeste e a seca. As obras contra a seca, impulsionadas pelo Instituto de Obras Contra as Secas, ajudaram a consolidar essa visão regionalista, associando o Nordeste à semiaridez e à luta contra as condições climáticas adversas (Lima, 1999)<sup>11</sup>.

Posto isso, o intuito deste trabalho é analisar a construção do movimento de Canudos/Belo Monte por meio do pensamento, práticas e ações de Antônio Vicente/Conselheiro através de sua obra *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação* (1897). O manuscrito<sup>12</sup> foi encontrado com a seguinte referência: “a presente obra mandou subscrever o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel. No povoado de Belo Monte província da Bahia em 12 de janeiro de 1897” (Maciel, 1897, s/p). Conforme Nogueira (1978, p. 23) “a expressão „mandou subscrever“ é característica da sua profunda humildade” e que sua caligrafia e assinatura podem ser confirmadas tanto por meio de cartas encontradas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, quanto por testemunhos dos sobreviventes e companheiros de Antônio Conselheiro. O material encontrado pelo médico João Pondé logo após a destruição do arraial, encontra-se em uma caixa de couro e encadernado, conta com 628 páginas enumeradas, cada página com 14 linhas, formato 10x14. Segundo relatos da época, o beato carregava nas costas “um surrão de couro onde guardava livros, papel e tinta, que usava para escrever suas prédicas” (Braga, 2023, s/p).

As prédicas *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação* são divididas em quatro partes: parte primeira que leva o título da obra vai até a página 223. Nessa parte são 29 mistérios com uma prédica cada, dividida

---

<sup>11</sup> No livro *Um sertão chamado Brasil*, Nísia Trindade Lima desenvolve a ideia mencionada.

<sup>12</sup> Pondé decidiu então oferecer o material encontrado para Afrânio Peixoto, político e romancista literário. Mas, Peixoto encaminhou-o a Euclides da Cunha, expressando em suas palavras “na esperança de lhe informar alguma nota dos seus miríficos „Sertões“” (Nogueira, 1978, p. 23). Apesar disso, Ataliba Nogueira aponta que “Afrânio ofereceu-o ao já consagrado autor d’*Os Sertões* poucos meses antes da morte de Euclides. É provável que nem tenha lido sequer a primeira página do manuscrito, que apareceu num “sebo”, muitos anos depois” (p. 23). Depois de ter sido encontrado em um “sebo”, o documento escrito por Antônio Conselheiro foi adquirido por Aristeu Seixas, poeta e presidente da Academia Paulista de Letras. Nogueira diz que não se sabe ao certo quanto tempo o manuscrito permaneceu com Aristeu Seixas, mas é certo que o manuscrito original chegou às mãos de José Calasans que doou para o Centro de Estudos Baiano da Universidade Federal da Bahia em 1983.

em três pontos que explicam a vida de Maria e de Jesus. A parte segunda que vai até a página 424: *Exposição sobre os dez mandamentos da lei de Deus*, conta com a explicação dos dez mandamentos a partir da visão do escritor que utiliza a todo o momento referências de pensadores religiosos que foram consagrados pela Igreja Católica. A parte terceira da página 427 a 485: *Textos seletos (extraídos dos evangelhos)* são textos em latim extraídos da Bíblia e seguem a característica da parte segunda com o uso de autores religiosos. E por fim, a parte quarta é dividida em si, contendo os seguintes temas: *Assuntos esparsos: Sobre a cruz; A missa; A confissão; As maravilhas de Jesus; A construção e edificação do templo de Salomão; Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, padroeiro de Belo Monte; e Sobre a República*. Em todo momento do texto, ele deixa suas marcas, conhecimentos, experiências, críticas e sua intelectualidade.

Para compreendermos o discurso presente na fonte, utilizaremos a análise do discurso. Um discurso ou, neste caso, uma obra, “levam-se em conta não apenas os elementos linguísticos, pois o mesmo é afetado pela exterioridade que lhe é constituída e que, embora não transparente, se reflete na/pela materialidade da língua” (Cazarin apud Souza, 2015, p. 25). De acordo com Souza (2015), por meio da análise do discurso, se leva em consideração a contexto em que o autor está inserido, sua intencionalidade, suas relações sociais, culturais e sua “formação ideológica” (p. 25). Assim, entendemos que as prédicas escritas por Antônio Vicente podem ser analisadas com essa perspectiva, porque foram produzidas a partir de diferentes referenciais provenientes do contexto histórico em que viveu, como também estabeleceram articulações com outras ideias e noções que lhes conferem sentidos específicos. Além disso, essa compreensão contribui com a tentativa de pensar o beato como intelectual orgânico.

Para Gramsci<sup>13</sup> (1982), todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham esse papel. A noção de intelectual orgânico, desenvolvida pelo autor, serve, segundo Soler (2015, 547), para desconstruir o conceito clássico de intelectual, visto que é necessário levar em conta a presença de atividades intelectuais “nas práticas culturais chamadas pejorativamente de folclore”. Soler ainda destaca que, no modelo teórico de Gramsci, somos motivados a entender que “somos constituídos também por

---

<sup>13</sup> Antônio Gramsci nasceu na Itália em 1891. Filósofo marxista foi membro-fundador do Partido Comunista da Itália. Gramsci foi preso durante o período da Segunda Guerra Mundial, onde escreveu boa parte de sua teoria.

esses saberes populares e que estes, por sua vez, indicam o estatuto do intelectual orgânico como organizador da cultura” (ibid., p. 547). Com isso, no pensamento gramsciano, um intelectual orgânico é um organizador e representante de uma classe social específica, que trabalha na articulação de ideias, interesses e valores dessa classe dentro da sociedade. Esse tipo de intelectual é membro ativo de uma classe e tem a função de organizar e consolidar a visão do mundo da classe que representa, especialmente nas lutas políticas e sociais. Os intelectuais orgânicos surgem em momentos históricos específicos, quando uma classe social está em processo de afirmação ou de disputar o poder. Esse processo de disputa ou afirmação de poder ocorre quando há a mudança de um bloco histórico para outro.

De acordo com Gramsci (1982), um bloco histórico deve ser visto enquanto uma articulação entre base (estrutura) e superestrutura. A base está relacionada às classes que dependem diretamente das forças produtivas, enquanto a superestrutura abrange as relações políticas, jurídicas e ideológicas. Gramsci (1982), ao falar das superestruturas de um bloco histórico, distingue duas esferas importantes: a da sociedade civil, que constitui a maior parte da superestrutura, e a sociedade política, que é o Estado. Sobre a sociedade civil, o autor entende que é o conjunto dos organismos “privados” que corresponde “a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade” (Gramsci apud Portelli, 1977). Ela é, ainda, composta por organizações físicas e por um sistema ideológico que não opera somente na superestrutura, mas também na organização da base econômica, vinculada às relações políticas e culturais. Hugues Portelli<sup>14</sup> (1977, p. 21) afirma que a sociedade civil é um “conjunto complexo: seu campo é muito extenso, e sua vocação para dirigir todo o bloco histórico implica uma adaptação de seu conteúdo, segundo as categorias sociais que atinge”.

A sociedade civil pode ser considerada a partir de três aspectos que se complementam: como ideologia da classe dirigente, abrangendo todos os ramos dessa ideologia<sup>15</sup> (arte, ciência, economia, direito); como concepção do mundo, se adaptando a todos os grupos e classes; e, por fim, na articulação de três níveis: “a ideologia propriamente dita; a estrutura ideológica – isto é: os instrumentos que a criam e difundem – e o material ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da

---

<sup>14</sup> O autor escreveu um dos livros que se tornou essencial para compreender o pensamento de Gramsci “Gramsci e o bloco histórico”. Usamos o seu livro como referência, pois não conseguimos encontrar todas as obras do filósofo marxista durante esta pesquisa.

<sup>15</sup> Gramsci define ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”.

ideologia<sup>16</sup>” (Gramsci apud Portelli, 1977, p. 21). Com relação à sociedade política, é possível observar que ela é um prolongamento da sociedade civil. Gramsci a considera, como mencionado anteriormente, o próprio Estado<sup>17</sup>, que “corresponde à (função de) dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico” (ibid., p. 32). A sociedade política, ou aparelho coercitivo, é orientado para “conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento” (p. 32). A coerção exercida pelo Estado assegura “legalmente a disciplina desses grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo” (p. 33). Dessa forma, na teoria gramsciana, a conquista do poder político resulta no controle da sociedade, e também “a sociedade política só deve desempenhar, no sistema hegemônico, um papel secundário” (p. 33).

As relações entre sociedade civil e sociedade política no seio da superestrutura ocorrem como uma unidade dialética por meio da coerção (força) e do consenso (consentimento). Ou seja, não há uma separação orgânica entre as duas, e uma colabora estritamente com a outra. Segundo a teoria de Gramsci, não existe uma sociedade, um sistema social que usa exclusivamente o consenso, assim como o Estado não utiliza somente a coerção para manter sua dominância (Portelli, 1977). Por meio dessa unidade dialética, são desenvolvidas ferramentas que promovem a junção entre coerção e consenso, evitando a perda de poder. Com isso, a discussão desses conceitos realizada por Gramsci permite entender a ligação orgânica entre base (estrutura) e superestrutura. O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura em um bloco histórico desempenha o papel de desenvolver a consciência de classe dos grupos sociais, que organizam sua própria política e ideologia. É nesse contexto que os intelectuais surgem, pois eles se tornam os “funcionários da superestrutura” (Gramsci, 1982) e têm a função de garantir e organizar a hegemonia do bloco histórico que representa. A noção de hegemonia, para o filósofo marxista, é essencial, porque a coloca no centro da análise.

A hegemonia, segundo Gramsci, é, ao mesmo tempo, “a „direção“ e a „dominação“ da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política” (Gramsci apud Portelli, 1977, p. 75). O autor ainda considera que a base social da hegemonia é a classe fundamental de uma sociedade. A hegemonia envolve ainda uma aliança entre as

---

<sup>16</sup> Há ainda graus de manifestação de uma ideologia: o nível mais elaborado: a filosofia; o nível intermediário: o senso comum e a religião; e o nível menos elaborado: o folclore. Para o autor, é por meio do senso comum que é possível assegurar a unidade ideológica do bloco histórico.

<sup>17</sup> O Estado reúne a superestrutura do bloco histórico (a política, a intelectual e a moral); equilibram internamente os três aspectos citados; e reúnem grande parte dos intelectuais para a função de direcionamento político e intelectual-moral do bloco histórico.

classes, pois, assim, garante-se a dominação de uma classe sobre as outras. Essa aliança é feita entre a classe dirigente, aqueles que detêm a supremacia econômica e intelectual, e seus “auxiliares” ou “aliados” (ibid., p. 97). Nesse processo, “o interesse do grupo dirigente pode coincidir com o dos grupos auxiliares; esse, inclusive, é um fator essencial à solidez da hegemonia” (Portelli, 1977, p. 97). Além disso, ao optar pela hegemonia, a classe fundamental e dirigente, garante que “o compromisso não deve ferir seus interesses de classe” (ibid. p. 96), e isso a torna verdadeiramente dirigente. Sobre a relação entre os dois grupos citados e as classes subalternas, Gramsci entende que a história das classes subalternas é feita de tentativas de unificação e de formação de um novo sistema hegemônico, que seja o seu próprio. Essas tentativas não chegam ao seu resultado final porque a classe dirigente age coercivamente para derrotá-las.

Nesse sentido, os debates realizados sobre os conceitos gramscianos permitem compreender que, no período em que ocorreu a Guerra de Canudos, por exemplo, um novo bloco histórico estava em formação. Com o fim da Monarquia, um novo regime político foi estabelecido no Brasil. A mudança para o novo bloco histórico representado pelos republicanos foi feita por meio de uma política de alianças, expressa nas alianças de classes, tanto entre si quanto entre várias frações. Essa política possibilitou à classe dominante da República fazer arranjos para manter-se no poder. Como veremos nesta pesquisa, os arranjos realizados por essa classe dirigente foram em relação a um novo marco jurídico, político e econômico. Para estabelecer essa dominação e essas transformações, visto que o período de transição entre um bloco histórico e outro gerou tensões, o uso da violência foi uma parte constitutiva. Assim, o surgimento de Antônio Conselheiro no sertão baiano aconteceu em um momento marcado por instabilidades, tanto em razão da transição quanto devido às novas políticas estabelecidas pelo Estado. Ao fazer parte da classe dos subalternos, Antônio Vicente/Conselheiro sentiu na pele a falta de assistência ao povo do campo. Faltando trabalhos, terras e sem meios de garantir sua própria subsistência, o povo sertanejo, por meio da liderança do beato, se estabeleceu em Canudos e criou a comunidade de Belo Monte.

Dessa forma, a presente pesquisa será dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Canudos em perspectiva: as interpretações sobre o conflito* está subdividido em quatro tópicos: no primeiro, abordaremos sobre a documentação imediata de Canudos, isto é, seus relatos contemporâneos; no segundo, discutiremos a perspectiva da construção do arraial e da guerra sob a lente euclidiana; o terceiro tratará do redescobrimto de Canudos na pesquisa contemporâneo, ou seja, sua memória e

reinterpretação; e por fim, a visão de pesquisadores após o centenário da destruição de Belo Monte. Este capítulo tem como objetivo apresentar as diversas bibliografias sobre a construção e destruição de Canudos, oferecendo as diferentes interpretações sobre o tema. As referências analisadas foram divididas em quatro fases, de acordo com seus períodos de criação. Assim, a primeira fase começa em 1874 a 1903; a segunda fase, 1903 a 1950; a terceira, de 1950 a 1997; e a quarta, de 1997 até os dias atuais.

O segundo capítulo intitulado *Formação social, exploração da terra e a luta por justiça no sertão: a construção e a tragédia de Belo Monte* foi subdividido em três tópicos: no primeiro, fazemos um debate sobre a formação social do sertão nordestino, abordando a questão da terra, da propriedade e do trabalho; o segundo trata do surgimento de Antônio Vicente, sua transformação em Antônio Conselheiro e a tragédia que levou ao fim de Canudos; e o terceiro aborda a estrutura social do arraial sertanejo. Neste capítulo, o intuito é entender como as transformações políticas, sociais e econômicas do Brasil durante a transição entre Monarquia e República, impactaram a vida da classe trabalhadora do campesinato. Pretendemos ainda mostrar quem foi Antônio Vicente Mendes Maciel e qual foi o caminho que o levou a ser Antônio Conselheiro. A partir disso, a análise será realizada para compreender como se deu a construção de Canudos até a guerra travada em nome do novo regime político. Além disso, entender a formação do arraial, antes e após a chegada à fazenda Canudos.

O terceiro capítulo, intitulado *Entre fé e política: a prática intelectual de Antônio Vicente e a formação de Belo Monte: uma análise da sua ação como intelectual religioso e político*, está dividido em três tópicos. O objetivo deste capítulo é analisar a fonte *Tempestades que se levantam no coração de Maria. Mistérios de Maria*, escrita por Antônio Vicente em 1897. Assim, o primeiro tópico analisa Antônio Vicente por meio de sua religiosidade; o segundo, através de sua consciência política; e o terceiro, percebendo-o como intelectual orgânico revolucionário. Ao analisar o manuscrito, temos como objetivo perceber, por meio do discurso religioso e político, a consciência e intelectualidade do beato. Para isso, partimos da noção de que Antônio Vicente pode ser compreendido como intelectual orgânico, ou seja, como um organizador da cultura e representante de uma classe.

## CAPÍTULO 1: CANUDOS EM PERSPECTIVAS: ÀS INTERPRETAÇÕES

### 1.1 Relatos contemporâneos: a documentação imediata de Canudos

Muitos são os estudos e análises sobre a campanha de Canudos. Diferentes áreas do conhecimento se debruçam a compreensão da história do movimento sertanejo e o avanço militar contra ele. Desde o momento do conflito, houve jornalistas, médicos, militares e escritores que discorreram suas narrativas com base no que viam ou ouviam. Mesmo com o passar dos anos, a Guerra de Canudos se manteve presente entre os estudiosos. Segundo José Calasans<sup>18</sup> (1996), há três fases principais relativas à historiografia de Canudos. Para ele, a primeira seria entre os anos de 1874 a 1902,

desde o surgimento no centro das províncias da Bahia e de Sergipe, do peregrino cearense, até a publicação do trabalho de Euclides da Cunha; a segunda, da hegemonia euclidiana, que se estende a década de 50; a terceira e última, quando se iniciou uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, a luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica (Calasans, 1996, s/p).

Partindo da proposta do autor, é possível entender que, para ele, é a por meio de suas análises e pesquisas que surge uma das fases de novas contribuições ao tema, visto que começa sua trajetória como pesquisador da história de Canudos e de Antônio Conselheiro na década de 1950. É importante salientar que as contribuições de José Calasans são de extrema importância, pois trouxe novas interpretações e fontes antes desconhecidas. Contudo, na mesma época de sua atuação, há trabalhos que não seguem a mesma perspectiva do autor, como por exemplo, estudos que são baseados no que ele chama de “euclidiano” e trabalhos com análises marxistas. Nesse sentido, através da proposta de Calasans, faremos uma análise de cada fase, compreendendo as contribuições de cada autor. Ao analisarmos a historiografia sobre a Guerra de Canudos, temos como objetivo aprofundar os debates sobre o contexto em que foram escritas, nas fontes utilizadas, nas aproximações e nas divergências com outros textos publicados

---

<sup>18</sup> José Calasans é tido como um dos maiores estudiosos da Guerra de Canudos. “Nenhum historiador brasileiro, no entanto, pesquisou e estudou a guerra de Canudos e a vida de Antônio Conselheiro, de forma constante e pioneira, quanto José Calasans. Ele percorreu o país garimpando em bibliotecas e arquivos, seguido, como poucos, os passos do peregrino Antônio Conselheiro, do Ceará a Bahia, bem como o desenrolar do conflito em si, revelando, aqui e ali, uma documentação preciosa que reformularia a historiografia “canudense”, presa durante muito tempo ao livro de ouro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*” (Nascimento, 2004).

sobre o tema. Além disso, a proposta é já desde o início deste trabalho, é demonstrar que Antônio Vicente/Conselheiro pode ser entendido como um intelectual orgânico (Gramsci, 1982), devido às suas práticas, ações e discursos, que foram ignorados pelos autores ao longo dos anos.

A primeira fase proposta por José Calasans começa em 1874, com as notícias dos jornais sobre Antônio Conselheiro, e vai até 1902, com a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Dentro dessa fase, é possível encontrar principalmente obras de jornalistas, militares, médicos, religiosos e advogados. Deste modo, os autores aqui estudados<sup>19</sup> são: *Antônio Conselheiro: seu séquito no arraial dos Canudos*, Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano (1895); *Os Jagunços*, Afonso Arinos (1898); *Última Expedição a Canudos*, Coronel Dantas Barreto (1898); *O rei dos jagunços*, Manoel Benício (1899); *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos*, Wolsey (Cesar Zama – 1899); *Descrição de uma viagem a Canudos*, Alvim Horcades (1899); *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1902).

Antes de se tornarem livros, algumas das narrativas foram publicadas nos jornais da época. Isso ocorria em razão de muitos desses jornais enviarem correspondentes para relatar em primeira mão o movimento dos sertanejos. Os exemplos mais conhecidos são: *O Rabudo*, Sergipe; *Diário da Bahia*; *Jornal da Bahia*; *Correio da Bahia*; *Diário de Notícias*, Salvador; *Jornal de Notícias*, Salvador; *Folhinha Laemmert*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *A Notícia*, *O País*, Rio de Janeiro; *Notícia*, Aracaju; *O Estado de São Paulo*. Walnice Nogueira Galvão<sup>20</sup> (1977), afirma que foi devido a Guerra de Canudos que inaugurou e

deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos. Pelo menos quatro jornais importantes – O Estado de São Paulo, a Gazeta de Notícias, A Notícia e o Jornal do Comércio, estes três do

---

<sup>19</sup> Apesar de haver outras referências que narram à história da Guerra de Canudos, como é o exemplo *Histórico e relatório do comitê patriótico da Bahia*, Lelis Piedade (1901) e *A campanha de Canudos* de Aristides Milton (1902), que foi lançado no mesmo ano em que Euclides da Cunha, lança *Os Sertões* optamos por mantê-los a parte da discussão, visto que o primeiro livro não foi encontrado para o estudo realizado, e o segundo porque manteremos até a obra de Cunha, assim como mostra Calasans na descrição da 1ª fase. Mas ao longo do trabalho, o livro de Aristides Milton será referenciado.

<sup>20</sup> Os jornais que enviaram correspondentes para que fizessem o trabalho de obter informações acerca do evento são: Lelis Piedade com *Jornal de Notícias*, Salvador; Favila Nunes com *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro; Manoel Benício com *Jornal do Comércio* também no Rio de Janeiro; Euclides da Cunha com *O Estado de São Paulo*. Outros jornais também enviaram outros nomes, mas daremos destaque para aqueles que tiveram obras publicadas posteriormente. Ademais, optamos por eles, pois grande parte dos jornais citados pode ser encontrada no livro de Walnice Nogueira Galvão, *No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª expedição*, publicado em 1977.

Rio – mandaram a Canudos pessoas que se deslocaram de onde viviam com o fito exclusivo de informar sobre o que se passava (Galvão, 1977, p. 109).

Em algumas análises, Galvão percebe que alguns dos enviados, além de serem, de certa forma, especiais, eram especializados, “pois Euclides da Cunha era tenente reformado, Favila Nunes coronel e Manoel Benício capitão” (Galvão, 1977, p. 110). Lelis Piedade, apesar de não ser no meio militar, era o “Secretário do Comitê Patriótico da Bahia, fundado para dar assistência de retaguarda ao Exército, mas ao fim da guerra encarregando-se também dos conselheiristas sobreviventes” (ibid.). Outra questão relevante levantada pela autora é sobre os problemas que os correspondentes enfrentaram em relação à censura e outros obstáculos, como é o caso de Manoel Benício e Lelis Piedade. Entretanto, a autora evidencia que

[...] a leitura das reportagens é que os correspondentes já sabiam o que informar quando foram para Canudos. E é curioso observar como, ao nível da linguagem, os chavões sobre conspiração restauradora e perversa natureza infra-humana dos jagunços, bem como palavras-de-ordem patrióticas, vão-se alternando nos textos, ate a força irrecusável da empiria, com o desmantelamento desses chavões. Também na maioria das reportagens é possível observar a trajetória descrita pela consciência letrada do país, que termina reconhecendo os jagunços como compatriotas e a guerra como fratricida (Galvão, 1977, p. 117).

Dessa forma, ao entendermos a importância e influências que os jornais e seus correspondentes tiveram para a história de Canudos, faremos o que fora proposto por Calasans no início deste tópico, isto é, a análise de cada fase. Partindo disso, o primeiro contado – de um público mais abrangente – com a figura de Antônio é por meio do jornal *O Rabudo*, em novembro de 1874. *O Rabudo* foi “semanário sergipano, editado na cidade de Estância” (Calasans, 1996, s/p). Nele, é possível encontrar a descrição do homem que se chamava Antônio dos Mares<sup>21</sup>, seus pensamentos e de “seu forte poder de suggestionar os sertanejos, a ameaça que ele representava para a ordem pública e a necessidade do seu afastamento do meio rural” (ibid. s/p). Foi por meio desse jornal que começaram os boatos de que Antônio teria cometido algum crime, visto que “a singularidade do seu modo de viver uma forma de penitência, senão um meio de fugir a

---

<sup>21</sup> Antônio teve muitos apelidos em sua jornada, o primeiro deles foi Antônio dos Mares, mas já foi chamado de: Santo Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Senhor do Bonfim, Irmão Santo, Bom Jesus, Bom Jesus Conselheiro e por fim, Antônio Conselheiro (Calasans, 1996).

ação da Justiça” (ibid. s/p). Para Calasans teria sido o começo da “lenda arrepiadora” que Euclides da Cunha coloca em seu livro<sup>22</sup>.

José Calasans aponta que, entre os anos de 1875 e 1876, é possível encontrar fontes sobre Antônio Conselheiro no Arquivo do Arcebispado. Esses documentos contam às atividades do homem, e também, correspondências e informes sobre as relações com alguns párocos. No ano de 1876, a mando do “Chefe de Polícia, o „messias” foi preso e levado a Capital baiana, donde o enviaram com escolta policial, para o Ceará, em face do boato de crime que ele teria cometido em sua terra natal”. Essa prisão marcou o início da notoriedade de Conselheiro nos jornais de Salvador, “é bem provável que a nota da Folhinha Laemmert (Rio), tenha sua origem no noticiário baiano do ano anterior. A notícia da conceituada Folhinha teria sido a primeira divulgada na Capital do Império. A apresentação de Antônio Conselheiro a Corte brasileira” (Calasans, 1996, s/p). Esse evento representa um ponto crucial na trajetória de Conselheiro, destacando-o para um público mais amplo e iniciando o seu reconhecimento nacional.

Com a confirmação que não havia cometido crime algum, o juiz Alfredo Alves Mateus ordenou sua libertação, encerrando o caso. Após sair da cadeia, Antônio voltou para o local onde se encontrava antes do ocorrido. Conforme Calasans (1996), Conselheiro retornou às suas atividades de dar conselhos, levantar muros de cemitério e construir capelas na Bahia e em Sergipe. Esse momento, como indica a tradição, marca o retorno dele a sua missão religiosa e social, além de estar no

tempo por ele mesmo anunciado. Era um milagre. Estava de volta, num momento angustiado dos sertões nordestinos. Nos dias terríveis da seca de 77, quando, dominados pelo flagelo, os sertanejos esperavam as soluções milagrosas. Faltam-nos dados para avaliar o papel do "Bom Jesus Conselheiro" na conjuntura. Teria construído alguns pequenos açudes, ouvimos alhures (Calasans, 1996, s/p).

Nos anos seguintes, já em meados da década de 1880, a fama e a notoriedade de Conselheiro cresciam. Entretanto, houve um agravamento nas relações com a polícia, os proprietários de terras e alguns representantes da igreja no interior do estado. Como é sabido, havia certos lugares onde as lideranças religiosas não se importavam com a presença do líder, permitindo que ele fizesse suas pregações e aproveitavam da mão de

---

<sup>22</sup> A lenda em questão seria a que Antônio Conselheiro teria praticado matricídio, mas isso foi confirmado não ser verdade.

obra nas construções e reconstruções de capelas e muros. Já em outros locais, as relações não eram tão amistosas, surgindo reclamações e preocupações diante da fama do líder do povo sertanejo. Porém, Calasans (1996, s/p) afirma que “o relacionamento Igreja Católica-Antônio Conselheiro, no decorrer dos anos oitenta, antes da Abolição e da República, é muito pouco conhecido. Sua história ainda não foi levantada<sup>23</sup>”. De todo modo, a grande preocupação do clero, dos proprietários de terras e da polícia local era o enfraquecimento que estavam sofrendo diante de Conselheiro.

Assim, o movimento de Antônio Conselheiro chamava atenção e gerava preocupação em todos. As notícias nos jornais sobre a construção da comunidade na fazenda Canudos, rebatizada por Antônio como Belo Monte, eram frequentes. Os correspondentes da região mandavam notícias e solicitavam ajuda ao governo, “para adotar providências contra os abusos cometidos pelos jagunços nas redondezas do arraial e pelo perigo que existia no crescimento daquele lugarejo” (Calasans, 1996, s/p). Nos jornais, era dito que em Canudos as leis e as autoridades republicanas não eram respeitadas, e o que se via era um “pernicioso foco monarquista” que deveria ser extinto (Calasans, 1996). Os principais jornais que mais publicavam as notícias vindas do lugar eram o *Jornal de Notícias*, o *Diário da Bahia* e o *Diário de Notícias*, todos de Salvador. Calasans (1996, s/p) afirma que “entre 1893 e 1895, lia-se, com insistência, noticiário sobre o Conselheiro e seu povoado”.

Preocupado com os problemas e consequências do movimento criado por Antônio Conselheiro, o governador do estado, Rodrigues Lima, em 1895, solicitou a intercessão do arcebispo da Bahia para resolver a questão. Como resposta, foi enviado o “Frei João Evangelista do Monte Marciano (1843-1921), capuchinho italiano, de dirigir a delicada missão” (Calasans, 1996, s/p). Em sua companhia foram enviados também frei Caetano de S. Leo e o vigário do Cumbe, Padre Vicente Sabino dos Santos. Apesar da tentativa a

iniciativa pacificadora veio a ser frustrada. O frade italiano não possuía as qualidades essenciais para levar a bom termo ação religiosa tão importante. Após uns poucos dias de permanência em Canudos, a trindade missioneira teve de abandonar o povoado, agravando assim o relacionamento dos canudenses com o poder público. Se, porém, a finalidade do missionário redundou em malogro, o *Relatório*

---

<sup>23</sup> Calasans (1996) afirma haver fontes arquivadas na igreja, sobretudo dos anos de 1882 e 1886. Além disso, um pesquisador norte-americano que não fora identificado, teria feito uma publicação sobre o tema, mas de acordo com Calasans, a pesquisa não pode ser encontrada. Ainda que se tenha passado um tempo da fala do autor, os estudos consultados nesta pesquisa, não debatem o ano e os documentos que existem.

elaborado, impresso e divulgado, passou a constituir elemento essencial à história do núcleo dito “monarquista” do interior baiano (Calasans, 1996, s/p).

O relatório *Antônio Conselheiro e o seu Séquito no Arraial de Canudos*, Bahia, publicado pela Tipografia do Correio de Notícias, 1895, é um relato oficial e, de certa forma, parcial de Frei João Evangelista do Monte Marciano. O Frei, que permaneceu poucos dias na região, descreve o que viu, ouviu e suas impressões do arraial e dos seus moradores. Para ele, ir a Canudos se constituía em uma árdua missão, mas de extrema necessidade, porque lá vivam pessoas com “as praticas as mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a ordem publica” (Monte Marciano, 1895, p. 3). Antes mesmo de sua chegada a comunidade, que foi marcada com muitas dificuldades, se deparou com os “prenúncios da insubordinação” das pessoas diante o líder Antônio Conselheiro (ibid.).

Com sua chegada, Frei João Evangelista descreve o território em que se encontra Canudos. Ele entende que aquele era um lugar com uma “planície muito fértil regada pelo rio” (Monte Marciano, 1895, p. 4). As moradias são descritas como “misérrimas habitações”, cheias de sujeiras, barro, palhas e com moradores “quasi nus, com aspecto esqualido e quasi cadavérico as privações de toda a espécie que curtiam” (Monte Marciano, 1895, p. 4). Frei João Evangelista observa que Antônio Conselheiro tem ao seu lado, e nos redores do povoado, homens armados de “bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d’armas, ou melhor, d’um acampamento de beduínos” (ibid. p.4). Durante sua estadia, intervém em nome da Igreja e do novo regime político instaurado, mas afirmou que o povo não o escutava e apenas manifestavam o desejo de seguir Conselheiro.

Além do mais, diz que os habitantes tinham suas próprias práticas religiosas, que considera uma mescla de signos, superstições e idolatria. A “seita”, como o frei chama, vive para ouvir os conselhos de Antônio Conselheiro sobre a sua “formal oposição ao actual regime politico, porque nos outros logares tudo está contaminado e perdido pela Republica” (Monte Marciano, 1895, p. 5). Nesse sentido, mesmo não permanecendo por muito tempo, em seu Relatório conseguiu descrever Canudos, sua estrutura e cotidiano. Com isso, compreendemos que ao ser o primeiro relato oficial sobre o povoado, serviu de base para os planos futuros do governo, visto que, ao finalizar, o Frei chama atenção para o fato de ser um movimento ou, “seita” político-religiosa, era cercada por uma “milícia fanática”, que se nega a obedecer às autoridades religiosas e políticas. Mesmo

diante das dificuldades e da miséria em que se encontravam. João Evangelista não percebeu a realidade material e os reais problemas do contexto em que esteve inserido.

Passado a guerra, nos anos seguintes, muitos desses livros começaram a ser publicados pelas editoras dos jornais. Como é o caso de Olívio de Barros, pseudônimo de Afonso Arinos de Melo Franco<sup>24</sup>, que publicou o livro *Os Jagunços* no ano de 1898 pela editora *Comércio*. Esse livro é a primeira obra a ser publicada sobre a temática de Canudos e é considerada uma “novela sertaneja” (Azevedo, 2003, p. 31) com uma perspectiva a ficcionalização do fato histórico. Segundo Azevedo (2003), o jornalista era correspondente do jornal o *Comércio* de São Paulo, mas não esteve em Canudos em nenhum momento. Em seu enredo, Barros faz denúncias acerca do tratamento que os canudenses estariam recebendo em busca de uma nova Sião (Barros, 1898). Afonso Arinos influenciado pelo romantismo e regionalismo, descreve em forma de conto a vida e os costumes dos sertanejos. Ele pensa a construção do Belo Monte<sup>25</sup> com base na religião sertaneja, argumentando que “a gênese do movimento conselheirista devia ser buscada na religiosidade sertaneja, interpretação que, segundo ele, ofereceria subsídios para a „investigação psicológica do caráter brasileiro“” (Azevedo, 2003, p. 30).

Com uma representação ponderada do que foi o arraial de Canudos (Azevedo, 2003), compreende-se que os motivos da guerra deveriam ser buscados no passado. Além disso, aqueles que fugiam perseguidos da luta política procuravam Belo Monte como refúgio (Barros, 1898). No livro Barros (1898) descreve que, Antônio Conselheiro era obedecido por ser autoridade suprema no local, não permitindo que houvesse outros que ocupassem seu lugar. O autor apresenta em sua narrativa, algo que nos parece ser a construção política do líder de Belo Monte frente aos políticos da época, mostrando que,

em mais de um governador se dirigia ao Conselheiro em muitas ocasiões, afim de obterem seu auxilio para as eleições do município de Geremoabo e outros vizinhos, orde mais directa e mais funda fosse a influencia do thaumaturgo. Portanto, as próprias auctoridades supremas consentiam, ou, pelo menos, reconheciam o poder do Conselheiro, tolerando-o com pleno conhecimento do que elle por la fazia (Barros, 1898, p. 170).

---

<sup>24</sup> O mineiro Afonso Arinos era advogado, contista e romancista, lecionou História do Brasil e Direito Criminal, teve participação na Revolta da Armada (1893-1894). Na década de 1890, publica muitos trabalhos na *Revista Brasileira* e na *Revista do Brasil*. Por volta de 1897, assume a direção do jornal o *Comércio* de São Paulo.

<sup>25</sup> O autor usa Belo Monte para se referir ao arraial conhecido como Canudos.

Logo, o autor afirma que em Belo Monte havia um domínio separado do Estado, onde “imperava a lei do Conselheiro e cuja autonomia elle bravamente defendia, defendendo os preceitos de sua fé” (Barros, 1898, p. 171). Ainda que não fosse a intenção de Olívio de Barros, encontramos em sua obra aspectos que contribuem com a compreensão do beato ser um intelectual. É possível perceber que no livro, o autor mostra que a construção da política em Belo Monte/Canudos está correlacionada com a construção religiosa de Antônio Conselheiro. Isso pode ser verificado, porque em seu manuscrito *Tempestades que se levantam no Coração de Maria* (1897), o beato escreveu que para alcançar o reino dos céus, era necessário seguir não somente as leis de Deus, mas também obedecer às leis terrenas, ou seja, as leis da organização social. Assim, mesmo sendo a primeira obra e que parte do ponto de vista de identificação dos seguidores de Conselheiro, e entendendo o líder a partir de suas práticas e discursos, não foi o suficiente para se tornar a “obra vingadora” (Azevedo, 2003, p. 33).

Saindo um pouco do meio jornalístico, é possível encontrar trabalhos de militares que participaram ativamente da guerra, como é o caso de Emídio Dantas Barreto<sup>26</sup>. O coronel publicou o livro *Ultima Expedição a Canudos* um ano após o conflito, em 1898, pela editora Franco & Irmão – Editores, de Porto Alegre. Dantas Barreto descreve as expedições, com ênfase na 4ª expedição, da qual participou. Sua narrativa é fundamentada em suas experiências pessoais, documentos oficiais e cartas dos seguidores de Conselheiro aos quais teve que acesso. O autor pretendia mostrar que Canudos era um “obscuro recanto” que construiu um “centro forte, independente e ameaçador”, afastada das populações civilizadas (Barreto, 1898, p. 6). Dantas Barreto dedica uma parte de sua obra para explorar a feição moral e intelectual de Antônio Conselheiro, ou seja, como ele teria desenvolvido a moralidade e intelectualidade como líder de Canudos. Para ele, Conselheiro era um “criminoso celebre” e um homem inteligente, com uma “linguagem despretensiosa, mas vasada na crença de uma vida feliz além desta, onde não há ricos nem pobres, porque todas as riquezas consistem na humildade” (Barreto, 1898, p. 8).

Para Dantas Barreto, esse teria sido um dos motivos pelos quais Antônio Conselheiro conquistou tantos seguidores, os “deserdados dos favores da civilização” (ibid.), que se mostravam favoráveis a tais manifestações devido ao meio em que

---

<sup>26</sup> Nasceu em Bom Conselho, Pernambuco. Sua carreira militar começou aos 15 anos de idade, quando foi voluntário na Guerra do Paraguai. Em 1897 é nomeado a coronel. Tentou carreira política ganhando as eleições para governador do estado de Pernambuco nos anos de 1910. Tem diversos livros publicados com a temática militar.

nasceram. Ainda diz que os canudenses não tinham nada em comum com os habitantes do litoral, possuíam seus próprios hábitos e jeito de conversar. Como consequência disso, não haveria forma de vida que fosse diferente para eles, estavam naturalizados a terra e aos desertos, porque sua “intelligencia bruta não concebia viver diferente. Participavam da insipidez do solo sertanejo, onde a natureza tem a monotonia do seu rachitismo uniforme” (ibid., p. 42). Ao final de sua narrativa, Dantas Barreto afirma que era preciso que Canudos chegasse ao fim e que fosse destruído, “era preciso uma victoria que compensasse o sacrifício de tantas vidas caras a família, ao exercito e a República” (p. 214). A interpretação de Dantas Barreto nos permite observar os estereótipos que estavam sendo construídos durante o conflito sobre a intelectualidade e moralidade de Conselheiro. Para ele, esses dois aspectos, em conjunto com o lugar de onde vieram, isto é, o sertão, foi fundamental para que o beato conquistasse seus seguidores.

Outra obra que se tornou bastante conhecida nos anos seguintes é o livro de Alvim Martins Horcades<sup>27</sup>, *Uma viagem a Canudos*, publicado em 1899 pela editora Litho-Typographia Tourinho. O autor, natural da Bahia estudou na Faculdade de Medicina da Bahia, foi ex-auxiliar médico dos hospitais de sangue e ex-diretor do hospital de pessoas com varíolas de Canudos durante a 1ª expedição militar. O livro<sup>28</sup>, que a princípio era para ser lido como um discurso, é um relato da guerra a partir da perspectiva dos serviços ligados a área da saúde, não possuindo características típicas de um livro de guerra. De acordo com Azevedo (2003, p. 28), alguns aspectos do título merecem atenção, pois coloca em questão o conhecimento geográfico do autor, “afinal, Canudos não fica na Bahia”?<sup>29</sup> A resposta poderia ser a seguinte: para Horcades, Canudos não é a Bahia. Para ele, a Bahia é representada por Salvador, pela Faculdade de Medicina e pelo o Jornal de Notícias, os símbolos da civilização, não o “hediondo e lúgubre Canudos” (Horcades, 1899, p. 30).

Mesmo com esse pensamento, o médico pretendeu narrar os fatos com base no que viu e presenciou em campo. Para ele o seu trabalho é “arriscado a dizer verdades tão duras quão necessárias” (Horcades, 1899, p. 6). Ele e um grupo de médicos foram a Canudos dispostos a ajudar os feridos no que precisassem. Ao contrário do que diziam,

---

<sup>28</sup> O livro é uma série de artigos publicados desde o dia 26 de outubro de 1898 no Jornal de Notícias em conjunto a outras partes. Horcades teria parado de publicar porque houve alguns conflitos entre ele e o jornal.

<sup>29</sup> O primeiro capítulo do livro chama “Da Bahia a Canudos” e o terceiro capítulo “De Canudos a Bahia”, por isso o questionamento de Azevedo.

foram sem “política ou politicagem”, a principal razão era apenas a caridade e para provar que a Bahia também sabia o que era o civismo (ibid.). Ao longo de sua jornada, viu a pobreza, a fome, a sede, as doenças e a falta de medicamentos a que os soldados estavam submetidos, “as dores eram físicas e morais” (ibid. p. 34), mas que faziam de tudo com dedicação a República. Nesse sentido, os médicos e os soldados lutavam por seu país contra aqueles que não obedeciam às leis. O arraial de Canudos na visão de Horcades (1898) era um “cemitério em céu aberto”, cheio de jagunços selvagens.

A maior questão de sua obra, que lhe rendeu o “cognome de jagunço” (Horcades, 1899, p. 62), está relacionada ao fato de admitir e dedicar uma parte do livro ao degolamento dos sobreviventes do massacre. O autor relata que, ao final do conflito, alguns grupos de canudenses que estavam escondidos na região, decidiram se entregar a um dos coronéis que lá estavam presentes. Porém, não se sabe para onde os prisioneiros foram levados, pois a promessa era de que seriam levados para Salvador. Horcades afirma que

se não o visse, talvez duvidasse a princípio, esperando que provas cabais surdissem para a minha desillusão ser completa; mas feliz ou infelizmente eu vi e assisti a sacrificar-se todos aquellos miseráveis [...] E com sinceridade o digo: Em Canudos foram degolados quasi todos os prisioneiros (Horcades, 1899, p. 103).

Além de relatar que os canudenses que se renderam foram degolados, narra em detalhes como essa ação foi realizada. Horcades expressa sua perplexidade diante de um ato tão violento “escudado pela effigie da República” (ibid., p. 109). Ao trazer esse fato à tona, Horcades busca protestar para que não pense que todos que estiveram em Canudos concordaram com a situação. Ele também levanta um questionamento sobre quem teria sido o responsável pela violência cometida.

E quem é o responsável por essas atrocidades? Naturalmente ninguém agora querará assumir a paternidade dellas, mas eu posso assegurar com toda convicção que são filhas legitimas do commandante da 4º expedição... Se não quizessem que eu dissesse isto arrancassem la também a minha cabeça quando prometti fazel-o (Horcades, 1899, p. 108).

Destaca que, ao fim de suas vidas, os canudenses diziam preferir morrer a viver na República, e eram “dando vivas ao Bom Jesus Conselheiro e Bello Monte que cahiam fulminados pelo punhal da legalidade” (ibid., p. 115). Para o médico, eram

aqueles homens que realmente mereciam ser chamados de brasileiros. Canudos, em sua visão, representava uma revolução, mas desfavorecida devido às precariedades e ao “fanatismo que havia inundado o seu cérebro, o que não se dava com os demais” (ibid., p. 115-116). Horcades também não via a monarquia no lugar, porque acreditava que essa ideia nunca existiu, “mas sim a ignorância, auxiliada pela perversidade e chefiada por um maníaco-bandido” (Horcades, 1899, p. 184). Assim, o médico não conseguia ver nos canudenses nada além de fanatismo e a ignorância. No final, a mando do general encarregado de destruir o arraial, Canudos foi reduzido a escombros, não sobrando nada. Após a destruição, o prestígio e a consideração que esperava receber não se concretizaram, mostrando que, para ele, a República foi ingrata em relação ao trabalho que ele ofereceu.

No mesmo ano da publicação do livro de Alvim Martins Horcades, o jornalista e capitão honorário do exército Manoel Benício<sup>30</sup> publicou seu livro *O rei dos jagunços: Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Por ter experiências como um repórter de guerra, foi correspondente do *Jornal do Comércio*, sendo enviado diretamente para a região de Canudos. Conforme aponta Azevedo (2002), Manoel Benício escreve uma “crônica romanceada”, revelando o “lado sujo” da guerra. Além disso, usa como fonte cartas e os ofícios do governo. A autora destaca que, mesmo publicando dois anos depois do conflito, em 1899, Benício não deixou de “fornecer dados importantes a respeito da guerra, em particular, o seu lado menos grandioso” (ibid., p. 84). Desde sua chegada, Manoel Benício fez denúncias sobre a gestão e tratamento que os soldados recebiam, temendo mais a fome e a sede do que os jagunços (Benício, 1899).

Por ter participado ativamente no conflito, Benício passou cerca de um mês em Canudos. Os boatos circulavam indicando que ele teria se afastado da cobertura da guerra por motivo de doença e cansaço, ou por causa das críticas que estava fazendo sobre a “má atuação dos comandantes, na opinião de Benício, não se limitava as táticas equivocadas de guerra, mas se estendia a péssima organização e distribuição de suprimentos de boca e de guerra” (Azevedo, 2002, p. 84). Embora suas opiniões não agradassem os comandantes do Exército e os políticos, ele continuou a escrever sobre o que vivenciou.

---

<sup>30</sup> Nascido em Pernambuco, foi professor, jornalista e militar. Foi correspondente do jornal O Tempo – Rio Grande do Sul, durante a Revolta da Armada.

O clarim deu signal de degola e a tropa invadiu, por todos os lados, todo o arraial. Fizeram mão rasa nos habitantes; a idade, o sexo, a cor, as condições fisiologicas dos que foram encontrados neste hediondo dia, em Canudos, não foram respeitadas. As roças foram incendiadas, as casas derruídas com os jagunços dentro. O perfume podre dos cadáveres insepultos, que alastravam o arraial há dias, fôra abafado pelo cheiro de carne assada que trezandava das fogueiras. Mortos os maridos, a lei dos catholicos não foi menos cruel do que a dos filhos de Brahma, para as viúvas. Era preciso queimal-as e queimaram-nas (Benício, 1899, p. 395).

Apesar de estar vinculado junto à perspectiva de um coronel honorário, Manoel Benício reconhece toda a violência que o povo de Canudos sofreu. Desde o princípio, ele discordava das atitudes do clero sertanejo, que estava mais preocupado com política e as falhas tentativas de internar Antônio Conselheiro em um hospício<sup>31</sup> (Benício, 1899). Benício entende que o líder de Canudos era um homem moldado pelas adversidades que enfrentou em vida e pela história dos seus antepassados. Ademais, afirma que Antônio pregava e aconselhava de forma ameaçadora, mas benéficas, usando uma linguagem “rude e grosseira, sem obediência as regras de grammatica, era persuasivo, ao alcance de todos, cheia de magma e eloquência do coração” (ibidem, p. 94). Percebendo que não receberia reconhecimento algum por aos seus atos durante a guerra, Benício reconhece a coragem daquele povo, porque eram resistentes e familiarizados com a terra. Ele descreve as dificuldades enfrentadas pelos canudenses, mas não demonstra reação, apenas indiferença, em relação às degolas dos prisioneiros. Não obstante, critica o governo por ter tomado decisões infelizes ao exterminar o povoado de forma extrema.

Em consonância com as referências citadas acima, destaca-se, em 1899, o livro *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a campanha de Canudos*, de Wolsey, pseudônimo de Cesar Zama<sup>32</sup>. José Calasans (1989, s/p) afirma que Cesar Zama aborda o tema com uma “dose de paixão e agressividade, talvez seja o documento mais apaixonado a respeito da luta sertaneja”. As interpretações de Calasans podem estar ligadas ao fato de que, já na primeira página, Wolsey (1899, p. 3), destaca que sua obra não visa interesses individuais ou partidários, mas é, um “tributo a verdade”. Ao

---

<sup>31</sup> O autor traz correspondências e ofícios trocados pelo bispo e o governador do estado para disponibilizar vaga no hospício para Antônio Conselheiro por ser um “fanático monomaniaco” (Benício, 1899, p. 45).

<sup>32</sup> Aristides Cesar Spínola Zama nasceu em 1837 na Bahia. Formado em medicina, serviu nos hospitais de sangue na Guerra do Paraguai. Foi deputado por vinte e quatro anos. Foi condecorado Coronel honorário, mas era o meio político que mais interessava, sendo apontado como um dos primeiros a lutar pelo voto feminino.

longo de sua narrativa, o autor critica duramente os políticos que se aproveitaram da situação ou se abstém de aplicar as leis, e expressa sua desaprovação sobre as classes sociais mais ricas e o seu domínio sob o meio político. Para ele, a democracia da República é uma *calhanocracia* (ibid., p. 8), dado que

as democracias instituem-se para a utilidade, engrandecimento moral e material e prosperidade da associação política, e não para a exploração d'esta por um punhado aventureiros audazes e sem consciência. As democracias, como ellas devem ser, não arruinam um povo inteiro para enriquecerem os mercadores políticos (Wolsey, 1899, p.12).

Posto isso, seu livro apresenta uma perspectiva crítica e apaixonada sobre a campanha de Canudos, destacando o aspecto político por trás do conflito. Utiliza como fontes os jornais Diários Mercantil de Porto Alegre e Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, utiliza também a *folha oficial*, alguns documentos oficiais do governo e poemas/poesias publicadas, para sustentar suas afirmações. A grande questão que o autor identifica é o fato de que os estados da União estarem deploráveis, com problemas financeiros e divididos entre vencidos e vencedores, mas para ele o estado da Bahia era o pior de todos, “não há mal que não nos tenha flagellado-a fome, a peste e a guerra, e sobre todos elles, um governo perverso, corruptor e corrompido” (Wolsey, 1899, p. 22). Zama sugere que a pacificação de Canudos, serviu de pretexto para interesses políticos e financeiros, beneficiando alguns à custa de muitos. Segundo o autor, a Guerra de Canudos não foi apenas um conflito militar, mas um exemplo do “requinte da perversidade humana” (ibid, p. 22), refletindo a profunda corrupção e falência moral das instituições envolvidas.

O conflito e toda campanha, teria sido como uma mina de ouro. Zama (Wolsey, 1899) argumenta que a guerra foi amplamente motivada por interesses econômicos, com o dinheiro destinado aos soldados sendo desviados para enriquecer mercadores e oficiais, enquanto os soldados e habitantes de Canudos enfrentavam fome e sede. Cesar Zama descreve que Canudos foi transformado em um açougue, um cemitério, ressaltando a brutalidade e a devastação que marcaram o conflito. Ele critica a corrupção e a má gestão durante a campanha, sugerindo que a guerra foi usada como um meio para benefício pessoal e político. Além disso, Zama aborda o caráter político da situação, afirmando que, apesar de Antônio Conselheiro poder ter sido visto como monarquista, isso não necessariamente implicava uma tentativa real de subversão ao governo republicano, e que não havia garantias de que o líder de Belo Monte, tenha sido de

verdade, “em seu direito, direito sagrado, que ninguém podia contestar em um regime republicano democrático, não há acto algum por sua parte ou dos seus que fizesse ao menos presumir que elle tentasse contra o governo da Republica” (Wolsey, 1899 p. 24). Ele argumenta que Conselheiro e seus seguidores estavam em busca dos seus direitos garantidos pela lei, e que sua luta era motivada por uma busca por melhores condições de vida e propriedade,

uma povoação de mais de vinte mil almas defendia o seu direito de vida e de propriedade contra um governo, audaz, prepotente e sem a menor noção de seus deveres. O governo da União não se deu ao trabalho de inquerir de cousa alguma, esquecendo até o que devia a humanidade e as luzes do século (Wolsey, 1899, p. 29).

Os ditos jagunços não teriam feito nada além de lutar e resistir por aquilo que acreditavam; não tinham medo do fuzilamento. O medo da miséria, da fome, da seca, da sede coexistia com o medo das degolas. A rendição ocorreu e, mesmo assim, muitas pessoas foram degoladas a sangue frio. Quanto aos jagunços “eles nada tinham dessas entidades, que assim são denominadas nos nossos sertões” (Wolsey, 1899, p. 55). Por fim, ao tecer suas críticas, declara que o arraial de Canudos foi erigido como um pedestal para a glorificação de alguns homens, mas garante que há um dilema na democracia republicana brasileira em relação às organizações políticas e aqueles que a governam. Assim, acredita que seja necessária uma mudança, caso contrário haverá o “o desmoronamento completo e quiça violento do regime actual. Não há meio termo” (ibid., p 62). Para ele, a campanha de Canudos foi um dos principais crimes cometidos pelo governo e, se não houver uma transformação, poderá acontecer novamente<sup>33</sup>.

Passando algum tempo após as publicações acerca da Guerra de Canudos, Euclides da Cunha<sup>34</sup> publicou em 1902 o seu livro *Os Sertões*. Embora não seja jornalista de formação, Euclides trabalhou como colaborador jornalístico e tornou correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. Foi enviado a Canudos para documentar toda a trajetória da campanha, assim como seus colegas, mas chegou à região durante a 4ª expedição e partiu antes do desfecho da guerra, não testemunhando

---

<sup>33</sup> Não conseguimos identificar durante a análise dos livros de Horcades, Benício e Wolsey qual teria sido publicado primeiro. Sabemos que foram escritos assim que a guerra acabou ou assim que foram mandados embora do campo, como é o caso de Benício. Em todo caso, tais referências datam do mesmo ano e que Benício cita em alguns momentos o médico Alvim Horcades.

<sup>34</sup> Nasceu em 1866, no Rio de Janeiro. Se interessando pelo meio militar, em pouco tempo vira Tenente e professor em Ciências Físicas, Naturais e Matemáticas na Escola Superior de Guerra. Pouco tempo depois é admitido como engenheiro-ajudante da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

os eventos finais. Antes de sua ida, e um pouco depois da morte do coronel Moreira César, publicou seu primeiro artigo *A nossa Vandéia*<sup>35</sup>. Nesse artigo, Euclides descreveu o ambiente em que Canudos foi construído e em como esse meio influenciou a formação dos sujeitos. Conforme Baroni (2011, p.8) aponta, Cunha tinha uma “impressão do sertanejo como um homem fanatizado, ingênuo e simples, a mercê dos propagandistas do Império”. Como conclusão de seu pensamento na primeira publicação, o autor afirma que, ao fim de toda a campanha, a República que triunfaria.

Por usar diferentes métodos na sua escrita e apresentar a guerra sob perspectivas pouco comuns, Euclides da Cunha tornou-se amplamente reconhecido. Ele baseou seu livro em suas reportagens e nas observações feitas durante o breve período que passou no campo, alcançando sucesso rapidamente. Sua narrativa abrange diversas áreas do conhecimento, detalhando a construção do homem sertanejo, do clima, da região, as expedições e as consequências da guerra. Na obra, Antônio Conselheiro e seus seguidores são descritos como fanáticos e ignorantes, que desejavam o retorno da Monarquia. Segundo Galvão (2009, p. 52), em seu livro, Cunha “examina aquilo que atribui ao sertanejo: o fanatismo religioso, a superstição, o equilíbrio psíquico instável, além de um considerável atraso com relação à marcha da civilização”. Não obstante, o autor conclui sua obra condenando a guerra e as medidas tomadas, considerando-as incompatíveis com uma “civilização ilustrada”.

Na época em que o livro foi publicado, se tornou precursor da ideia da coexistência de dois brasis: um litorâneo e moderno, e o outro no sertão e atrasado (Galvão, 2009). *Os Sertões* se estabeleceu como a principal referência sobre a Guerra de Canudos. Muitos escritores e estudiosos da época se basearam na escrita de Euclides para desenvolver suas próprias narrativas acerca do conflito sertanejo. Assim, o imaginário construído a partir do pensamento de Cunha permeou a literatura e os estudos historiográficos durante anos. É inegável a importância que o livro de Euclides da Cunha tem para a história de Canudos, para a literatura brasileira e para outras áreas do conhecimento. O autor trouxe novos métodos baseados na interdisciplinaridade entre as ciências, apresentou a relação litoral/sertão e ofereceu uma descrição detalhada do ambiente, da terra e da geografia da região interiorana. Contudo, sua visão romântica dos fatos deve ser ressaltada. De acordo com Austregésilo de Ataíde, o autor de *Os Sertões* escreveu a história

---

<sup>35</sup> O título faz referência a revolta monarquista e católica em 1793 entre camponeses e nobres, contra a Revolução Francesa (Galvão, 2000, p.43).

sob a paixão dos acontecimentos e não raro o efeito do estilo levava-o a exageros que tomaram com o tempo foros de verdade. Inúmeros fatores de natureza psicológica, social e econômica, no quadro das causas do pavoroso drama, ou passaram despercebidas em “Os Sertões” ou sofreram interpretação incorreta (Ataíde, 1947, s/p).

Diferente de seus colegas correspondentes, Euclides se exime de mostrar as atrocidades da campanha, não citando nada sobre o massacre e aos degolamentos dos sobreviventes, apesar de ter admitido sua omissão após pressões externas. A imagem criada por ele demonstra a falta de conhecimento que tinha sobre o que era ser um sertanejo e sobre o que era o sertão. Além disso, a perspectiva de Cunha de que os seguidores de Conselheiro eram ingênuos, supersticiosos e com o “equilíbrio psíquico instável” (Galvão 2009, p. 52) ajudou a criar uma imagem estereotipada do interior do Brasil e daqueles que vivem na região. Outro ponto importante é que, Euclides da Cunha mesmo sabendo que haviam sido encontrados os manuscritos de Antônio Conselheiro, preferiu ignorá-los e desqualificá-los, pois não via no beato qualquer tipo de intelectualidade, assim considerou-os meros papéis com uma “ortografia bárbara e escrita irregular e feia” (Cunha, 2013, p. 209). A forma como o autor enxerga Conselheiro e os canudenses é marcada por estereótipos influenciados pelo conhecimento europeu em que estava imerso.

Em vista disso, a análise da bibliografia considerada como a 1ª fase para Calasans pode ser percebida a partir das perspectivas do meio militar e do meio jornalístico, baseando-se no romantismo, na ficcionalização dos fatos históricos e em teorias filosóficas europeias<sup>36</sup>, como foi identificado na maioria dos autores citados. É possível entender que havia uma preocupação em descrever os acontecimentos como forma de justificar ou criticar as ações do governo federal e estadual. Compreendemos que, na perspectiva da crítica – mais pontuais e incisivas em relação a quem seria os “culpados” do evento – encontra-se Alvim Horcades, Manuel Benício e Cesar Zama (Wolsey). Cabe destacar que tanto Horcades quanto Manuel Benício só expuseram de fato os horrores da guerra quando perceberam que em nada teriam em troca. Apesar disso, Benício é um dos primeiros a destacar a forma como Antônio Conselheiro

---

<sup>36</sup> De acordo com Freitas (2016, p. 57), no século XIX “predominavam os pressupostos teóricos do positivismo, darwinismo, determinismo e evolucionismo propalados por autores como Auguste Comte, Herbert Spencer e Charles Darwin”.

articulava a linguagem e os seus conselhos com a realidade do povo sertanejo, o que nos ajuda a compreender diferentes aspectos do período e dos envolvidos.

Em relação a Cezar Zama é possível observar que sua maior preocupação era destacar os aspectos políticos da época. Em sua interpretação Canudos era uma consequência da má politicagem no país. Por outro lado, os autores Afonso Arinos e Dantas Barreto, adotam uma perspectiva mais moderada, ora desaprovando, ora se isentando. Já Frei João Evangelista, sendo um dos primeiros a escrever sobre as vivências dos canudenses, se coloca em uma posição de apoio à intervenção do governo. A partir da análise da historiografia, observamos que Dantas Barreto e Manuel Benício foram os únicos que levaram em consideração os aspectos intelectuais de Antônio Conselheiro e dos seus seguidores. Ainda que de forma negativa e estereotipada, ambos os autores entendem que o modo como Conselheiro pensava e articulava foram importantes para a construção de Canudos.

Cada autor e cada referência seguem seu próprio modo de escrever e pensar. Seus escritos não visam apenas narrar à história da Guerra de Canudos, mas também promover suas próprias visões e obter benefícios atrelados ao governo, como citamos acima os casos de Alvim Horcades e Manuel Benício. O médico destaca a ingratidão da República frente aos trabalhos realizados durante o conflito, enquanto o coronel Benício expressa as dificuldades de manifestar suas opiniões. Por outro lado, Cesar Zama, sendo um político declarado opositor ao regime atual da época, escreve no intuito de manifestar sua insatisfação, acusando os líderes da democracia republicana vigente de serem responsáveis pela destruição de Canudos em nome da ganância. Em todos esses casos, é provável que cada autor tivesse um objetivo específico ao fazer suas publicações, seja por fama ou vantagens. Apesar dos seus esforços para se estabelecerem como principais referências sobre a Guerra de Canudos, o título acabou sendo atribuído ao livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

## **1.2 Canudos sob a lente euclidiana**

O período que se segue o grande sucesso de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, é compreendido por José Calasans como a segunda fase das obras sobre a Guerra de Canudos. Este período, que abrange os anos de 1903 a 1950, é denominado *fase euclidiana*, pois as obras dessa época têm como base a famosa obra. Embora não se

restringam exclusivamente a ela, essas obras a utilizam como referência, principalmente devido ao estilo de escrita de Euclides. Segundo Calasans (1996, s/p) “tudo o que se tem feito, salvo artigos pormenores do famoso embate, é cópia servil de Euclides da Cunha ou interpretação das manifestações do desventurado escritor”. Optamos por analisar alguns livros, artigos e reportagens, pois há uma vasta gama de publicações e algumas delas não tenham sido encontradas<sup>37</sup> durante a realização da pesquisa. Assim, analisaremos o livro: *A Guerra de Canudos*, Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, 1903<sup>38</sup>; o artigo *Antônio Conselheiro em juízo*, Eusébio de Souza, 1912; os livros: *A campanha do Conselheiro*, José da Costa Palmeira, 1934; o artigo: *Canudos e os Monarquistas*, Pedro Moniz de Aragão, 1945; as reportagens: *O reduto de Antônio*; *O repórter Euclides da Cunha*; *Depoimento dos sobreviventes*, Odorico Tavares e Pierre Verger, 1947; *Um inédito de Antônio*, Teófilo de Andrade, 1947.

O primeiro autor a publicar a história de Canudos na fase euclidiana foi o tenente de infantaria Henrique Duque Estrada de Macedo Soares<sup>39</sup>, em 1903, com o livro *A Guerra de Canudos*. O tenente atuou ativamente e testemunhou a campanha, permanecendo até o fim do cerco. Obra que teria sido escrita de forma despreziosa, baseia-se em telegramas, cartas e documentos oficiais do exército. O autor “entende a história em sincronia com a verdade” fazendo com que o “fato e o narrador se interpenetram e completam” (Soares, 1959, p. 33-34). Ao narrar os acontecimentos durante as expedições, Macedo Soares demonstra sua crença na virtude e heroísmo do exército brasileiro contra “rebeldes a mando de um vesânico, voltado contra as Instituições” (ibid. p. 5). O autor ainda afirma que o surgimento de Antônio Conselheiro decorre das “tendências românticas da nossa raça, sempre inclinada ao acatamento do sobrenatural” (ibid., p. 29). Para ele, Conselheiro encontrou um terreno fértil entre o povo não culto e fanatizados pelo meio em que viviam, tendo conseguido agir “longe das autoridades, as quais odiava, bem como as leis e disposto a não ser mais importunado” (p.32).

---

<sup>37</sup> As obras que não foram encontradas são: “Antônio Conselheiro ou a Revolução de Canudos”, drama histórico original em um prólogo em cinco atos de Camilo T. Rossi, 1906; “Como um padre agoirou a morte de Moreira César”, “Como ficou abalado o prestígio de Antônio Conselheiro”, “Como se enterraram os derradeiros mortos de Canudos”, João da Silva Campos, 1930; “Misticismo e Loucura – Contribuição para o estudo das loucuras religiosas no Brasil”, Osorio César, 1939; “Canudos, Símbolo de um conflito cultural”, Francisco Heller, 1942; “Um líder carismático”, Romano Barreto, 1942; “Alguns movimentos contra aculturativos do Nordeste”, Marina São Paulo de Vasconcelos, 1949.

<sup>38</sup> O autor cita que o livro foi publicado em 1902, antes do livro de Euclides, contudo, a bibliografia que utilizamos é de 1903.

<sup>39</sup> Nasceu no Rio de Janeiro em 1870. Lutou contra os revolucionários do Rio Grande do Sul e em seguida foi para a campanha de Canudos, se tornando tenente de infantaria.

Seguindo uma perspectiva semelhante a Euclides da Cunha, Macedo Soares entende que Belo Monte ou Canudos, foi construído em razão da região em que estava, pela falta de recursos mínimos para viver, pela pobreza avassaladora, pela ignorância e o fanatismo. O pensamento de que os canudenses eram anti-republicanos permeava todos, portanto, era preciso acabar com o arraial, que prejudicava a recém República. Além disso, havia indícios de que eram monarquistas, o que, se confirmado, seria mais um motivo para a intervenção militar. Depois da última expedição, o arraial em chamas e centenas de mortos, a guerra chegava ao fim, “assim, estava terminada e de maneira tão singularmente trágica a sanguinosa guerra, que o banditismo e o fanatismo traziam acesa por longos meses, naquele recanto do Território Nacional” (ibid., p. 402). Por fim, o autor descreve Conselheiro como um homem “fanatizado aventureiro, quiçá, obediente a ocultos e ignóbeis manejos daquilo que no Brasil tem sido a causa de tantos males e a que erroneamente intitulam – Política!” (p.406).

Passado um tempo da publicação de Macedo Soares, encontra-se um artigo publicado no Jornal do Recife em 1912, escrito por Eusébio de Souza<sup>40</sup>. O jornalista escreveu o artigo *Antônio Conselheiro em juízo (Um Episódio de sua vida)*. O objetivo do autor com a publicação era chamar atenção ao fato de que alguns pesquisadores do tema, teriam ignorado uma questão que ele considera importante na formação do sujeito Antônio Conselheiro. Souza entende que, ao pesquisar em um cartório, foi possível encontrar “a base do ressurgimento de um episódio de sua vida, ignorado pelos seus historiadores uma relíquia” (Souza, 1912, p. 300). Tal ponto seria a relação entre Antônio Vicente, sua família e o conflito com os Araújo. Apesar de ser uma questão importante, compreende-se que esse embate não afetou de fato a vida de Antônio Vicente, pois como visto anteriormente, seu pai Antônio Maciel, era filho bastardo e alheio a toda situação. O sentido que o autor traz está ligado à dívida que foi deixada a Antônio Vicente por seu pai após sua morte. A dívida narrada pelo autor ocorreu quando o líder de Canudos assumiu os negócios do pai, que já se encontrava falido.

Souza, a partir de fontes obtidas em um cartório, afirma que Antônio Vicente respondeu “uma ação decendiarria ou assignação de dez dias e consequente ação de embargos e penhora nos seus bens, querêla intentada pelo seu credor José Nogueira de Amorim Garcia” (Souza, 1912, p. 293). Como o autor assinala, não houve pagamento

---

<sup>40</sup> Eusébio Neri Alves de Souza nasceu em Recife em 1883. Cursou direito, mas trabalhava como jornalista, historiador, teatrólogo e poeta. Conciliava sua profissão de juiz com o emprego de jornalista, fazendo também alguns trabalhos como historiador.

da dívida e sim a penhora dos bens, porque Antônio Vicente teria desprezado os prazos impostos pela lei. Além do mais, Souza diz que foi por essa razão que começaram a vê-lo de forma diferente, mudando seu caráter, “opposto ao em que se formara, caracterizando-se no typo de dizer um paranoico indiferente” (ibid., p. 299). Assim, formando um povo rude, Conselheiro, em sua perspectiva, se julgava um

ente superior na terra propagando theorias errôneas na sua fé de estar no desempenho de uma missão divina. [...] Com seu grande ideal da regeneração de uma raça nova da qual elle suppunha ser o evangelizador e Messias de nosso tempo (Souza, 1912, p. 300).

A narrativa desenvolvida por Eusébio de Souza traz uma nova interpretação acerca de quem foi Antônio Conselheiro. Contudo, ao analisarmos o artigo, compreendemos que o autor faz afirmações que não correspondem à figura de Conselheiro descrita, mesmo nas bibliografias do pós-guerra mencionadas anteriormente. Não foi encontrada, nos estudos debatidos, que o líder canudense se apresentava como uma entidade superior ou propunha a formação de uma nova raça. Mesmo com a única fonte utilizada pelo autor, essa ideia não pode ser encontrada, indicando que seria necessário um debate aprofundado entre fontes diversas para validar tal afirmação. Ademais, em diferentes momentos do seu artigo, o autor faz menções e relação ao livro de Euclides da Cunha. No entanto, em vez de criticar ou analisar as ideias do autor de *Os Sertões*, Souza opta por complementá-las.

Em 1934, foi publicado o livro *A campanha do Conselheiro* de J. da Costa<sup>41</sup> pela editora Calvino Filho. No início do livro, o autor discorre sobre a ideia de que Antônio Conselheiro era um homem de grande moral, capaz de se impor diante de todos, principalmente pelo uso da “palavra e pelos gestos, a despeito de não ter eloquência dos oradores de escól, nem a magestade dos profetas bíblicos” (Costa, 1934, p. 5). Costa ressalta ainda que Conselheiro só conseguiu desenvolver suas ideias e objetivos por estar em um meio cheio de “almas simples e sugestionáveis, no qual imperava o analfabetismo e, sobretudo, a ignorância dos preceitos do Christianismo” (ibid., p. 5-6). Seguindo a mesma perceptiva que Euclides da Cunha, Costa descreve Antônio e o desdobramentos da guerra, ora falando sobre a participação dos militares, ora falando sobre a “patologia” do povo de Canudos. A maior parte do seu livro trata Conselheiro

---

<sup>41</sup> Não foi possível achar informações sobre o autor por não sabermos o seu primeiro nome ou referências de quem seja nas bibliografias deste estudo.

como um místico, aventureiro e reacionário que tinha consciência do que fazia e em como agia.

Segundo Costa (1934), Canudos foi construído em um formato defensivo, preparado para resistir a possíveis ataques, e todas as casas estavam equipadas com armas e munições. Ademais, diz que o líder do arraial dispunha de uma rede de proteção muito forte, o que teria dificultado a vitória da República. Para o autor, Antônio Conselheiro agia como um “óraculo e senhor absoluto”, atuando por conta própria. Os canudenses resistiam a todas investidas feitas pelos militares, pois a fé que tinham em Conselheiro era inabalável. J. da Costa foi um dos primeiros autores a abordar as manifestações no Rio de Janeiro em relação aos monarquistas e as falhas do exército brasileiro estava tendo para colocar fim aos fanáticos de Canudos. Outra questão importante em seu livro é a concepção da psicologia social/popular ou psicologia da formação de Canudos, que é apresentada como um ponto relevante para entender os desdobramentos da guerra,

a psicologia popular afeita a graduar desmesuradamente, o vulto aos acontecimentos de tal ordem, emprestou, desde logo, a Antonio Conselheiro, que vinha emergido pouco a pouco da sua penumbra, a estatura de um semi-deus. [...] Assim, além da vida santa que passava, cahindo em extasi em dias determinados, entrava em comunicação com o próprio Deus (Costa, p. 1934, p. 96).

Sem muitas explicações ou referências acerca do que seria a psicologia social ou a formação do reduto, o autor conclui o livro chamando o jagunço de cruel e vingativo, e descrevendo Canudos como “reduto satânico” (Costa, 1934, p. 210). Costa também faz afirmações em diferentes momentos sem utilizar de fontes ou outras obras com um acervo significativo sobre a campanha no sertão baiano. Ele não critica as formas variadas de violências cometidas pelo exército em nome da República, nem menciona as degolas, um tema de grande sensibilidade para alguns autores da época. Costa adota a visão de que Canudos foi um produto de seu meio, e que este, por sua vez, seria o culpado das consequências vistas. Embora reconheça que Antônio Conselheiro tinha plena consciência de seus atos e intenções, ele não aborda os aspectos intelectuais do líder. Assim, percebemos que o autor falha em fazer uma análise psicológica, histórica e social que se propõe a fazer e que seja adequada, pois desconsidera fatores importantes da luta e da formação do sertanejo, reduzindo-os a fanáticos ignorantes e responsabilizando-os por toda a tragédia.

Na década de 1940 o médico e jornalista Pedro Moniz de Aragão<sup>42</sup> publica o artigo *Canudos e os Monarquistas* na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, com o objetivo de mostrar as relações entre o arraial de Canudos e os favoráveis a Monarquia. Pedro Moniz expõe que as derrotas das primeiras expedições levaram a uma questão sobre como era possível que os canudenses fizessem tal feito, “sem comando, nem armas regulares, pudessem os fanáticos impor tamanhos revezes a tropas aguerridas e bravas” (Aragão, 1945, p. 86). A imaginação fértil e criativa das pessoas transformou a questão em um boato. Conforme o autor aponta, o boato era que por traz do “belicoso fanático deveriam agir, aconselhando e orientando, experimentados técnicos nacionais e estrangeiros, bem como de algum ponto não identificado ainda estaria ele recebendo viveres, armas e munições” (ibid.). Assim, Canudos passava a ser nesse momento, monarquista. Não havia prova dessa ligação, mas isso não impediu as pessoas de acreditarem no rumor. Os jornais tiveram papel fundamental na criação da história, visto que havia conflitos entre os jornais monárquicos e republicanos.

Com a morte de Moreira César, a situação piorou, pois se acreditava que a única explicação para isso era a cooperação dos monarquistas com o povo de Canudos. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve manifestações contra os monarquistas, e os jornais, mais uma vez, reproduziam e incentivavam os movimentos contra quem fosse favorável ao regime monárquico. O autor afirma que, com a atitude dos jornais, criou-se “uma verdadeira atmosfera de pavor, impedindo desse modo uma palavra sensata ou uma análise serena dos sucessos de Canudos” (ibid., p. 97). A crença no rumor também penetrava o meio intelectual. Ademais, o autor menciona que, no meio político do Rio de Janeiro, as autoridades acreditavam que os monarquistas não tinham ligação com Canudos, apesar de haver certa insegurança por parte dos militares e comandantes quanto à possibilidade de o Estado da Bahia fosse favorável ao reduto conselheirista.

Ao final da guerra, o general Arthur Oscar, que tinha a convicção da participação dos monarquistas, confirma que Antônio Conselheiro nada tinha de monarquista, “ao sabor da vitória, juntou-se, então, o travo da desilusão. Estava desfeita a lenda” (ibid., p. 130).

Considerando os fatos expostos por Pedro Moniz de Aragão, compreendemos que o autor apresenta informações sobre a história de Canudos que são pouco abordadas

---

<sup>42</sup>Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão – Rio de Janeiro, 1907, Médico. Diretor do Arquivo Nacional (1964/69), sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, do IGH/BA, IHG/SE, IH/GOIANA (PE) entre outros. Colaborou com o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *A Tarde* (BA), *Digesto Econômico* (SP) e na *Revista IHGB*.

por outros pesquisadores. A bibliografia de Canudos frequentemente menciona Antônio Conselheiro ser um monarquista, mas essa afirmação, em sua maioria, não pode ser verificada por haver uma ausência de fontes. Ao contrário de outras publicações da campanha de Canudos, Pedro Moniz de Aragão se empenha em mostrar as consequências rumores, mas, mesmo assim, ele não critica ou questiona aos autores e jornais que se utilizavam dos boatos para promover seus próprios interesses. Além disto, ele se abstém de abordar tratamento que os canudenses receberam por parte dos republicanos, o desdém dos monarquistas em relação a uma possível conexão com Canudos e o fato de eles terem concordado com a violência que assolou o arraial.

No cinquentenário da Guerra de Canudos, o jornal *O Cruzeiro* convidou Odorico Tavares<sup>43</sup> e Pierre Verger<sup>44</sup> para escrever e fotografar a região de Canudos. Nesse contexto, Odorico Tavares publicou, em 1947, três artigos com fotos de Pierre Verger sobre os sobreviventes e monumentos do arraial de Antônio Conselheiro. Os artigos publicano no mesmo jornal<sup>45</sup> são: *O reduto de Antônio Conselheiro*; *Depoimentos dos sobreviventes*; *O repórter Euclides da Cunha*. O primeiro artigo, *O reduto de Antônio Conselheiro* oferece um panorama geral da história das campanhas, focando especialmente no homem do sertão. Odorico Tavares observa que, mesmo após 50 anos, a região ainda preservava características da antiga cultura, e que “timidamente a cultura do litoral se infiltra por estas regiões, mas procurando acabar com os restos da outra cultura, a pastoril, como aludiu o mestre de „Casa Grande e Senzala”” (Tavares, 1947, p. 9). Estando no mesmo cenário da luta, o autor vê o sertanejo como resistente, como homens simples e heroicos que não se renderam. Para Tavares, a República daquela época não tinha capacidade de compreender os aspectos sociais do conflito, o que resultou na destruição de Canudos com extremo grau de violência e brutalidade.

Com a destruição da primeira Canudos, alguns sobreviventes retornaram ao local em 1909, quando o lugar havia se transformado em uma pequena vila. Sem vestígios do que havia acontecido ali, foi erguido um monumento em homenagem<sup>46</sup> aos mortos: a “matadeira”, um canhão Withworth 32. Tavares não percebeu a ironia de Canudos ter

---

<sup>43</sup> Odorico Montenegro Tavares da Silva nasceu em Timbaúba-PE em 1912. Jornalista, escritor, poeta e colecionador de arte. Formou em direito pela Faculdade de Direito do Recife, mas construiu carreira como jornalista no jornal Diário de Pernambuco, do grupo Diários Associados. Fundou a revista literária Momento.

<sup>44</sup> Pierre Edouard Léopold Verger – Frances nasceu em 1902. Fotografo, etnógrafo, antropólogo e pesquisador, passou a maior parte de sua vida em salvador. Seu trabalho é baseado no cotidiano e nas culturas populares, tendo mais de 100 livros publicados.

<sup>45</sup> O jornal foi publicado em julho de 1947.

<sup>46</sup> A homenagem foi levantada em 1942 pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

como monumento a arma que contribuiu para a sua destruição. O segundo artigo, o *Depoimento dos sobreviventes*, apresenta entrevistas e fotos de diversos moradores do arraial de Conselheiro que conseguiram fugir antes do último ataque. As entrevistas incluem o senhor de 80 anos Fernando Cardoso, que afirmou que, por causa de Conselheiro, não haveria mal algum no mundo; Francisca Guilhermina dos Santos, que relatou que Antônio só dava bons conselhos e que, mesmo no desespero da guerra, os moradores mantinham a fé no líder e em Deus; José Travessia, durante a entrevista lembrou que, ao retornar ao arraial, encontrou um monte de corpos espalhados, como se fosse um cemitério vivo. Todos os entrevistados<sup>47</sup> carregam a lembrança de um Conselheiro bom e de fé, mas também das lamentações e sofrimento impostos pela pobreza, violência e pelas secas.

No último artigo publicado, *O repórter Euclides da Cunha*, Odorico Tavares narra à história do consagrado autor de *Os Sertões*. Com uma visão romântica sobre Euclides da Cunha, o autor do artigo diz que foi Euclides quem deu ao país um “livro que seria um monumento imperecível” (Tavares, 1947, p. 33). Ao ir a Canudos a serviço da República, Euclides transformou-se no “o repórter republicano” e no “historiador” que ocupava o lugar do jornalista. Odorico Tavares observa que, para realizar seus escritos, Euclides da Cunha ia a arquivos para fazer pesquisas. Além disso, destaca que, para o autor da obra, havia outras questões em jogo do que apenas a monarquista: “ele é um dos poucos que compreendem desde logo o valor dos sertanejos” (ibid., p.66). Por fim, afirma que Cunha mudou o seu pensamento após testemunhar a destruição do arraial e passou a pedir justiça. Três anos depois “o repórter Euclides da Cunha erguia seu monumento aos heróis de canudos. Não só o Brasil, mas o mundo inteiro enriquecia-se com a grandeza de Os Sertões” (p.66).

Ao longo deste trabalho, observou-se que José Calasans é uma das principais referências para o estudo da Guerra de Canudos. Não obstante, até o presente momento, suas obras não foram analisadas, porque optamos por estudar o tema através das fases que o próprio autor desenvolve. Dessa forma, para completar a análise da segunda fase, será examinada a tese de Calasans intitulada *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*, apresentada em 1950 para a candidatura à Docência Livre de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da

---

<sup>47</sup> Outros sobreviventes foram entrevistados pelo autor, como: Maria Guilhermina de Jesus que nasceu em Canudos e lá ficou até o fim da luta. Idalina Maria da Conceição de 80 anos que diz não querer saber mais dos tempos que sofreu. Manuel Ciriáco de 80 anos relembra a violência e a degola que os sobreviventes sofreram. O velho Mariano com 100 anos, dizendo que Conselheiro não mandava matar ninguém.

Universidade da Bahia. Esta tese foi sua primeira publicação e pesquisa sobre o tema, sendo que, anteriormente, Calasans havia escrito somente sobre a contribuição histórica de Aracaju. Em sua pesquisa sobre Canudos, Calasans busca perceber a influência da história do arraial e da guerra no folclore brasileiro. Posto isto, argumenta que “Canudos enriqueceu, consideravelmente, o folclore brasileiro” (Calasans, 1950, p. 13) e que os elementos desse folclore ajudam a interpretar a toda a história. Para atingir seu objetivo, o autor analisa lendas, histórias de milagres e profecias, cantigas, simples versos gerais, ditos populares, entre outros.

Dividindo o ciclo folclórico em três fases, Calasans inicia com a “Fase do Apostolado”. Esta fase aborda a vida e as ideias de Antônio Conselheiro, o começo do “seu apostolado até a deflagração da luta armada” (ibid., p.20). É nesse momento que surgem na tradição popular às *estórias* sobre Antônio ter matado a mãe e a esposa, como também relatos sobre os milagres realizados e as visões que teria tido. A segunda fase, denominada “Fase da Campanha”, é caracterizada por uma intensificação dos aspectos místicos da criação de Canudos e a figura de Antônio Conselheiro. Para o autor “Canudos representa a maior crise de misticismo da nacionalidade” (ibid., p. 43). O folclórico dessa fase reflete crença da força superior de Conselheiro. Nas *estórias* dessa época incluem os milagres e os sucessos atribuídos a ele. Além disso, o coronel Moreira

César emerge como um elemento importante, pois para os seguidores do arraial, ele é descrito como alguém que, “na grande maioria dos casos, todo o respeito, toda obediência, todas as homenagens” (Calasans, 1950, p. 50). Em contraste do exército,

Moreira César é visto como “vencido e morto, simbolizando o inimigo, é tratado com desdém, com desprezo, com rancor. Julgaram-no, na época, o Anti-Cristo” (ibid., p. 51).

Por último, a “Fase do Messianismo Conselheirista” descreve principalmente a morte de Antônio Conselheiro e a crença em sua ressurreição. Para Calasans, a terceira fase do ciclo revela que, na crença popular, havia a expectativa de que o beato voltaria à vida. Mesmo passados 50 anos de sua morte, havia pessoas que ainda o aguardavam: “mais de 50 anos transcorridos de sua morte, o Bom Jesus Conselheiro, que os contemporâneos sertanejos recordam com respeito e admiração, ainda se conserva bem vivo nos versos e nas histórias dos antigos” (Calasans, 1950, p. 82). O autor percebe que, embora Conselheiro permaneça presente na crença popular, ele não é mais compreendido da mesma forma que antes. Ele começa a perder sua “personalidade histórica, isto é, começa a deixar de ser um vulto histórico definido. Torna-se um nome folclórico. [...] o nome sobrevive, mas o papel histórico torna-se confuso” (Calasans,

1950, p. 52-53). No entanto, apesar dessa transformação, o seu ciclo folclórico de Conselheiro ainda reflete um estado de espírito que traduz questões significativas, e, portanto deve ser considerado.

Após a discussão sobre a 2ª fase, é possível observar algumas questões pertinentes em relação os autores citados. Macedo Soares, ainda muito influenciado pela perspectiva militar apresentada na bibliografia da 1ª fase, reflete seu papel como tenente e participante da campanha de Canudos. Seu trabalho carrega a marca da experiência e do pensamento militar sobre o conflito, já que entre esse meio era comum que os canudenses fossem vistos como um povo não culto e ignorante. Eusébio de Souza, por outro lado, parte do princípio de que os pesquisadores não demonstraram interesse em descobrir as verdadeiras causas da Guerra de Canudos. Apesar disso, a visão de Souza não corresponde plenamente aos fatos apresentados em outras referências sobre o tema, como o fato de que Antônio Conselheiro se colocava como um messias do seu tempo. O autor J. da Costa aborda a questão sobre a “patologia e psicologia social”, sugerindo que Antônio Conselheiro conseguiu criar Belo Monte devido à presença de um povo analfabeto, inculto e ignorante. Para ele, Conselheiro utilizou a palavra como ferramenta para expor suas pretensões, mas a reflexão sobre sua formação e raciocínio crítico é ausente. Mesmo com essas noções, os autores não fornecem explicações ou referências adequadas, o que dificulta o entendimento de sua perspectiva.

Pedro Moniz de Aragão aborda o tema a partir da relação entre Antônio Conselheiro e os monarquistas. O autor afirma que boatos sobre essa conexão foram criados e que geraram problemas nas capitais do Rio de Janeiro e de Salvador. Essa é uma questão interessante, pois revela as diferentes nuances e manobras em torno da Guerra de Canudos. No entanto, mesmo tratando de casos de violência, o autor não faz críticas aos acontecimentos que levaram a esses eventos e nem menciona as características intelectuais do beato. Odorico Tavares, escrevendo cinquenta anos após os episódios, revisita a campanha e incorpora depoimentos de sobreviventes em sua narrativa, demonstrando a importância da memória para a História do Brasil. Por fim, José Calasans argumenta que todas as publicações posteriores a Euclides da Cunha se fundamentam em sua perspectiva. Calasans está correto, já que é possível verificar a influência do autor, mesmo que indiretamente, em diversos autores analisados, inclusive no próprio Calasans, que reconhece esse fato.

Com isso, ao analisar as bibliografias, percebemos a falta de críticas em relação a alguns eventos da Guerra de Canudos, especialmente no que diz respeito ao tratamento

dos sobreviventes após o conflito. Além disso, é possível observar que falta nessa fase da historiografia a ausência de elementos intelectuais e críticos da atuação de Antônio Conselheiro. Essa omissão compromete uma análise mais completa do contexto e das motivações por trás do movimento. Mesmo José Calasans que tem diferenças na forma de escrever sobre o tema, não apresenta informações sobre a intelectualidade e consciência do líder sertanejo. Dessa forma, compreendemos que fase euclidiana, com seus elementos sobre a formação do indivíduo sertanejo, permaneceu sem revisão e novas técnicas de pesquisas, sendo necessário, portanto, que essas abordagens sejam reavaliadas à luz de pesquisas recentes, obtidas por meio de investigações contemporâneas, como as que se propõe a desenvolver no presente estudo.

### **1.3 Memória e reinterpretação: o redescobrimto de Canudos na pesquisa contemporânea**

A terceira fase da bibliografia, segundo José Calasans (1996, p. s/p) começa na década de 1960 com “uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica”. Porém, ao contrário das fases anteriores, não estabeleceu um limite ou um fim para a terceira fase. Isso provavelmente se deve a contemporaneidade e à identificação do próprio autor com esse momento da historiografia de Canudos. Assim, entendemos que essa fase se estenderia até o ano do centenário da campanha, em 1997, dado que muitos autores passaram a se inserir na temática a partir dessa data. Dessa forma, a análise da historiografia da terceira fase abrange obras publicadas de 1960 até 1997. A década de 60 será representada pelo livro de Nertan Macedo, *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos* (1969). Em seguida, será analisado o livro *A guerra social de Canudos* de Edmundo Moniz (1978). A fase também inclui o ensaio *A guerra das caatingas* de Davis Ribeiro de Sena, e o artigo *O discurso de Antônio Conselheiro sobre a República* de José Luiz Fiorim, ambos de 1989. O livro *Canudos: o campo em chamas* de Marco Antônio Villa (1992). E para representar o debate do ano do centenário (1997), foi escolhido o artigo *Antônio Conselheiro: profeta do sertão?* de Vicente Dobroruka.

No ano de 1969, Nertan Macedo<sup>48</sup> publica o livro *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Na construção de sua obra, o autor inicia narrando a história desde a criação da vila de Quixeramobim (CE) no século XVIII, pois entende ser necessário para a criação de Antônio Vicente Mendes Maciel. Nertan Macedo usa boa parte de seu livro para falar da briga entre as famílias Araújo e Maciel<sup>49</sup>. Para ele, os primeiros usaram seu poder e influência em relação a outras famílias para cercar os Macieis, fazendo com que estes sofressem um “traíçoeiro massacre” (Macedo, 1969, p. 82). Segundo Macedo, “a tragédia abalou o sertão, o sertão que se revoltou contra o crime dos Araújo, marcado pelo ferrete da traição” (ibid., p. 82), além disso, destaca que “a ceifa da morte se prolongará, daí para frente, aumentando o número de macieis caídos nas escaramuças de mato” (ibid., p. 83). Apesar dessas informações, o autor diz que, por ser filho bastardo, tais acontecimentos não afetaram a vida do pai de Antônio Vicente.

Ademais, Macedo afirma que a infância do beato é desconhecida. Baseando-se em relatos de João Brígido, colega e companheiro de escola de Antônio Vicente. O autor mostra que o que se sabe é que o jovem Antônio Vicente teria sido uma criança tímida e boa, que lia o “Lunário Perpétuo”<sup>50</sup>, aventuras de cavaleiros medievais e textos religiosos” (Macedo, 1969, p. 101). A partir dessas informações, é possível perceber uma relação precoce de Antônio Vicente com o saber e com o desenvolvimento do intelecto, evidenciada por seu interesse por obras de cunho simbólico, histórico e espiritual, que mais tarde, viriam a influenciar sua visão de mundo e atuação como líder religioso. Contudo, cabe ressaltar que esses aspectos não são devidamente explorados na análise proposta pelo autor. Em diferentes momentos, Macedo discorre sobre a cor do menino, porque para ele, diferente do pai e do avô, que eram homens bem-apegoados, Antônio Vicente “nasceu pardo, cor de canela, luseofusco, abaçanado. Era pardo, fôra a côr o seu primeiro estigma, a humilhação vinda de berço nessa sociedade inculta de matutos aloirados e fortes, endogâmicos e presunçosos” (ibid. P. 104). Por fim, o autor conclui que a construção de Antônio Conselheiro deve ser compreendida desde sua vida como Antônio Vicente. Ele ainda diz que o líder de Belo Monte/Canudos

---

<sup>48</sup> Nertan Macedo de Alcântara nasceu na cidade do Crato, no Ceará em 1929. Jornalista, cronista, teatrólogo, poeta e historiador foi redator de vários jornais e revistas de Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. Ganhou a alcunha de “biógrafo do Conselheiro”.

<sup>49</sup> O problema entre as famílias teria acontecido por conta de um roubo e assassinato cometido uns contra os outros.

<sup>50</sup> De acordo com Macedo, o Lunário Perpétuo era um livro de origens português que indicava os anos em que havia perspectivas de chuvas, boas e más colheitas, conforme influências dos astros.

“permanecera, no entanto, e para sempre, na memória, no sentimento do sertão, simplesmente como Antônio Vicente, o santo peregrino dos mal-aventurados de Deus” (ibid., 128).

Outro importante livro da terceira fase é a obra *A guerra social de Canudos*, de Edmundo Moniz<sup>51</sup>, publicada em 1978. Assim como outros autores citados anteriormente, Edmundo Moniz começa seu livro contando a história de Antônio Vicente até se tornar Antônio Conselheiro e a guerra em si. Porém, a diferença é que ele destaca uma parte para falar das prédicas escritas pelo beato; além do mais, tem uma perspectiva materialista da história. Ao narrar à trajetória do líder do Belo Monte/Canudos, o autor percebe que o movimento teria sido formado não somente pela visão religiosa, bem como por ter sido um

movimento amplo, de natureza social, abrigando aqueles que sonhavam em viver sem humilhações e sofrimentos. As camadas pobres do sertão viam naquele homem um libertador, acreditando em suas palavras; não só nas que prometiam o reino do céu, mas também nas que pregavam a criação próxima da comunidade igualitária (Moniz, 1978, p. 37).

Moniz, em razão de sua visão, enfatiza na ideia de uma comunidade como manifestação e concretização de um lugar em que todos eram iguais e buscavam fugir da pobreza e do desemprego. Para ele, Conselheiro pregava a religiosidade e condenava as injustiças sociais, tendo, assim, organizado, “na prática, uma comunidade igualitária, transferindo para a terra o que os padres prometiam no céu” (Moniz, 1978, p. 47). Edmundo Moniz afirma que o beato não era nem monarquista nem republicano, porque se colocava acima de qualquer força de governo. Assim, para o autor, Antônio Conselheiro “não se interessava pelos regimes políticos. O importante era a tentativa de uma sociedade comunitária capaz de satisfazer os anseios naturais das camadas mais sofridas da população sertaneja” (ibid., p. 53). Ao falar sobre a construção social do sujeito Conselheiro, compreende que foi um

produto de uma sociedade caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado, e as contradições que daí se originaram não ficaram apenas no terreno econômico. Atingiram o terreno psicológico. Temos assim a diversidade e a complexidade de seus

---

<sup>51</sup> Edmundo Moniz Ferrão de Aragão nasceu em 1911 em Salvador (BA). Formou-se em Direito, mas atuou também como jornalista, crítico de arte, escritor e político. É uma figura importante na história das esquerdas brasileira, sendo conhecido como um dos primeiros da geração trotskista.

adeptos, não só dos que o seguiam como também dos que o apoiavam, em silêncio ou abertamente, por todo o Brasil (Moniz, 1978, p. 75).

Muitas são as contribuições que o autor nos oferece ao fazer uma análise fundamentada na perspectiva materialista. Edmundo Moniz conseguiu trazer ao debate novas ideias sobre a construção social de Antônio e do Belo Monte/Canudos. O autor mostra que é de fundamental importância incluir os aspectos políticos de Conselheiro, pois percebe que o movimento não se tratava apenas de uma insurreição de sertanejos, mas sim de uma guerra civil, em que ninguém buscou a entender (Moniz, 1978). As relações que o autor faz com as questões da terra, da miséria e da falta de políticas públicas possibilitam ver a Guerra de Canudos para além das questões religiosas. Além disso, ao fazer uma breve análise das prédicas do beato, demonstra que o que nelas se encontra são apontamentos que serviram de base para as pregações, revelando com clareza a maneira envolvente com que Antônio Conselheiro se dirigia aos seus fiéis seguidores. Para Moniz, quando Conselheiro falava para multidões,

não procurava descer ao nível de seus ouvintes. Ao contrário, pretendia erguê-los a um plano superior. Falava com simplicidade, clareza, mas com eloquência, de maneira fascinante e comunicativa (Moniz, 1978, p. 247).

Nesse sentido, percebemos que a obra de Moniz nos ajuda a entender o movimento sob novas perspectivas, visto que adota o pensamento marxista para interpretar o evento. Contudo, é preciso ressaltar que discordamos do autor quando afirma que o movimento liderado pelo beato teria sido em suas palavras “a tentativa de estabelecer uma sociedade socialista no sertão da Bahia” (ibid., p. 11). Compreendemos não ser possível localizar Belo Monte/Canudos a partir da noção de uma sociedade socialista, uma vez que não há fontes que mostrem o contato de Antônio com as teorias socialistas da época. Outro fator de que deve ser destacado é que Moniz não oferece uma análise mais detalhada das práticas culturais, religiosas e sociais da comunidade conselheirista. Ao negligenciar esses aspectos, o autor acaba perdendo elementos fundamentais para entender quem foi Antônio Vicente e de que forma ele se constituiu enquanto Antônio Conselheiro.

O ensaio de Davis Ribeiro Sena<sup>52</sup>, *A guerra das caatingas* de 1989, oferece uma perspectiva militar distinta das abordagens presentes na primeira fase da historiografia sobre a Guerra de Canudos. Ainda que Sena também tenha sido oficial do Exército, sua narrativa da campanha se diferencia por suas críticas às expedições e os seus comandantes. O autor inicia seu debate destacando que o período que antecede a guerra foi de grande apreensão na sociedade, tanto no âmbito social, quanto político e econômico. Para Sena, foi a um “curto e instável período da evolução política da Nação Brasileira, eclodiu, arrastando consigo toda a sorte de emoções e consequências danosas, a crise de canudos” (Sena, 1989, p. 10). Como consequência disso, Sena argumenta que a República cometeu ações incoerentes que não corresponderam ao ideal que pretendeu implantar. O autor afirma que as expedições foram conduzidas sem a devida orientação ou formação teórica e prática em conhecimentos militares.

Sena ressalta que o Exército enfrentava uma crise interna que afetou todos os envolvidos na campanha. Apesar da disposição e dos recursos inesgotáveis, os soldados enfrentavam dificuldades e necessidades. Ele destaca que o soldado, “o principal agente da guerra, não estava conscientizado da missão a cumprir. No fundo, se identificava mais com a gente do Conselheiro – pois oriundo da mesma camada social – e não entendia o bombardeio das igrejas católicas” (Ibid., p. 15-16). Para Sena, a Guerra de Canudos foi um holocausto contra um povo que buscava apenas defender sua vida diante da falta de recursos mínimos necessários à existência humana (Sena, 1989). Conforme se observa, o autor concentra sua análise predominantemente na relação do Exército com o conflito, destacando as precárias condições de vida dos soldados durante a guerra, a ausência de treinamento adequado e a falta de consciência sobre a real natureza da missão que lhes era imposta. No entanto, deixa de abordar outras dimensões do evento, como o tratamento dispensado aos envolvidos após o término do conflito, inclusive dos próprios soldados.

Ainda em 1989, José Luiz Fiorin<sup>53</sup> publicou o artigo *O discurso de Antônio Conselheiro sobre a República*. Originalmente apresentado em um painel promovido pela Faculdade de Educação da UNICAMP sobre a República, o artigo visa discutir se Conselheiro pode ser considerado um monarquista. Partindo do manuscrito do líder de

---

<sup>52</sup>Davis Ribeiro Sena nasceu em 1934 no Rio de Janeiro. Bacharel em Administração de Empresas, foi também oficial do Exército Brasileiro. Seus estudos são mais focados na História do Brasil e na História Militar.

<sup>53</sup> José Luiz Fiorin nasceu em São Paulo em 1947. Professor e linguista, conhecido por seus debates sobre Teria e Análise Linguística, com foco em temas relacionados à enunciação.

Canudos, Fiorin argumenta que é possível concluir que Antônio Conselheiro era, de fato, um monarquista. No entanto, leva a duas questões importantes. Primeiramente, Fiorin aponta que Conselheiro entendia a República como uma instituição ilegítima. Em segundo, ele acreditava que a República tinha a intenção de acabar com a religião. Como o autor explica, “se o beato aceita a doutrina do direito divino dos reis, deve por consequência considerar a República ilegítima” (Fiorin, 1989, p. 83). Em outras palavras, se o monarca é escolhido por Deus e o presidente não, então o presidente não possui legitimidade. Ele também mostra que o pensamento de Antônio Conselheiro estava profundamente enraizado na doutrina católica da época. Fiorin conclui que Conselheiro representava uma ideia de monarquia que deriva de sua própria ortodoxia religiosa (Ibid.).

O livro de Marco Antônio Villa<sup>54</sup>, *Canudos: o campo em chamas*, publicado em 1992 pela Editora Brasiliense, começa com a premissa de que Canudos é um tema negligenciado na História do Brasil, mesmo sendo um dos maiores eventos que aconteceu no país durante a instauração do novo regime político. O objetivo de Villa é analisar a nova conjuntura que surgiu após a Proclamação da República e as consequências desse evento. Além do mais, o autor busca explorar as contradições entre Canudos e a nova estrutura dominante do sertão. Em sua análise, considera Euclides da Cunha como o principal intérprete da história da Guerra de Canudos, referenciando-o em várias passagens do livro. Para o autor, foi com a terceira expedição que o arraial de Canudos se consolidou como o maior inimigo da República, e que a destruição serviu como uniformização do mundo rural (Villa, 1989). Villa argumenta que essa destruição “inviabilizou qualquer projeto que mesmo sem negar explicitamente a estrutura econômico-social, sirva como alternativa ao binômio grande propriedade/coronelismo” (ibid., p. 7-8).

Para o autor a questão religiosa e as mudanças na Igreja Católica são de grande relevância, porque ele percebe que havia um alinhamento crescente da Igreja Católica brasileira com o Papa, refletindo o processo de romanização do catolicismo no país. Com isso, as práticas religiosas passaram a ser mais baseadas na hierarquia e não mais em figuras leigas que faziam a mediação com Deus. Villa observa que, “de cidadão religioso a beato, o percurso inclui o afastamento da sociedade: é na marginalidade da

---

<sup>54</sup> Marco Antônio Villa nasceu em 1955 em São José do Rio Preto (SP). Professor de História, mestre em Sociologia e doutor em História Social. Escreveu livros sobre a História de Canudos, o fim do Império e o nascimento da República. Nos últimos anos publicou também sobre a política brasileira.

ordem social que o beato encontra a origem do seu poder” (Villa, 1989, p. 13). No Nordeste brasileiro, a figura do beato era bastante comum, mas com a romanização da Igreja Católica, essa figura passou a ser vista como um intruso. De acordo com o autor, Antônio Conselheiro surgiu como um contraponto da Igreja Oficial, já que falava a língua do sertanejo e compartilhava vivências semelhantes às da população local. A partir dessa ideia, Villa afirma que o líder do arraial de Canudos era, na verdade, muito mais um organizador da comunidade em que vivia, amparado pela religião, do que um líder meramente religioso. Ao fazer essa afirmação o autor contribui com a ideia de que Conselheiro não era um fanático religioso, mas sim alguém que possuía ideais de organização comunitárias. Em relação à República, entende que Canudos representa a luta camponesa pela terra e que, portanto, “as raízes da conflagração devem ser buscadas na estrutura econômico-social do sertão e nos mecanismos de dominação ideológica” (Villa, 1989, p. 74). Assim, a derrota de Canudos é atribuída ao autoritarismo e a violência provocada pelo aparelho estatal.

Com o centenário da destruição de Canudos em 1997, houve debates sobre o momento. Diversos autores demonstraram interesse em analisar a Guerra de Canudos tem como pano de fundo o seu aniversário. Sendo assim, Vicente Dobroruka<sup>55</sup> elaborou o texto *Antônio Conselheiro: profeta do sertão?*. Logo de início, o autor afirma que o livro *Os Sertões* pode ser visto como uma construção de uma teoria da História que procura “entender esse tosco *hinterland* brasileiro” (Dobroruka, 1997, p. 52). Para ele, Euclides da Cunha escreve em uma tentativa corajosa, mesmo que arrogante, a história da campanha de Canudos. Mas, ao fazer isso, ele se silencia sobre o grau de instrução de Antônio Conselheiro, pois o objetivo de sua obra era mostrar um homem ignorante. A perspectiva de Dobroruka acerca de Conselheiro está ligada a compreensão de que era um homem que pregava uma “escatologia discreta voltada para a salvação individual da alma, que em momento algum proclama o fim dos tempos como evento que tenha lugar no mundo natural” (ibid., p. 60).

Segundo o autor, existem algumas vertentes que trabalham as concepções da escatologia e o profetismo de Antônio Conselheiro. Para ele, haveria o grupo dos autores mais modernos e “libertos da tradição” euclidiana (1973-1980) que negam os traços escatológicos e proféticos do líder, como Ataliba Nogueira, José Luiz Fiorin e o próprio Vicente Dobroruka, que tiveram contato com o manuscrito. O grupo a favor, o

---

<sup>55</sup> Vicente Carlos Rodrigues Alvarez Dobroruka é professor de História, mestre em História Social da Cultura e doutor em Teologia. Faz debates acerca da História Escatológica e Movimentos Milenaristas.

mais numeroso e tradicional, inclui Euclides da Cunha e Aristides Milton, além de alguns autores marxistas como Rui Facó, Edmundo Moniz e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Nesse grupo, são considerados irrelevantes, pois os autores não teriam tido contato com as ideias escritas por Conselheiro, baseando-se somente no “folclore sertanejo e nos relatos” (ibid. p. 62). Conclui dizendo que há legitimidade em todas as ideias de Antônio, sejam elas escritas ou orais, e que estão em conformidade uma com a outra. Ou seja, mesmo que houvesse ou não a visão escatológica e profética nos discursos orais e escritos, um não pode ser desvinculado do outro, por terem sido escritos e falados por Conselheiro.

Mediante a análise da bibliografia de Canudos nos anos de 1960 a 1997, foi possível perceber uma tentativa de inserir no debate novas interpretações acerca do conflito e principalmente do líder Antônio Conselheiro. Ainda que façam referência a Euclides da Cunha, os autores citados buscaram pensar o famoso escritor com o rigor metodológico característico da época em que seus trabalhos foram escritos. Cada autor, de maneira diferente, trouxe para a discussão aspectos que, embora mencionados por outros autores em nas primeiras fases, não foram abordados com a mesma visão. Em relação à Moniz (1978), apesar de termos algumas discordâncias, compreendemos que nesta fase é o único autor que destaca que a introdução de Conselheiro no universo letrado, possibilitou o acesso a uma diversidade de obras, que influenciavam sua visão do mundo. Já Sena (1989), que, mesmo partindo da questão militar, buscou mostrar como o exército não tinha conhecimento teórico suficiente para desenvolver as campanhas, além da identificação dos soldados com os sertanejos. Fiorin (1989), por sua vez, baseia-se da compreensão da figura de Antônio Conselheiro ser ou não monarquista. Na perspectiva do autor, Conselheiro era um monarquista em razão da sua crença religiosa. No entanto, entendemos que essa percepção contribui para a visão daqueles que só pensam o líder como um “monarquista fanático”. Ressaltamos que o beato deve ser compreendido para além do aspecto religioso, pois em diversos momentos é possível perceber sua intelectualidade e consciência de sua realidade material.

Marco Antônio Villa (1992) chama atenção para uma questão importante: mesmo sendo um dos eventos mais famosos do Brasil, a Guerra de Canudos seria pouco estudada. Villa discute como o arraial teria sido transformado em inimigo da República, com as campanhas representando uma luta camponesa contra o autoritarismo. Assim como Edmundo Moniz (1978), Villa aborda a construção de Canudos como luta

camponesa pela terra e contra as ideologias vigentes naquele momento. Ademais, no ano do centenário do fim da campanha, Vicente Dobroruka (1997) afirma que o conhecimento e experiências de Antônio Conselheiro foram silenciados por Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões*, porque o intuito era mostrar um homem sem conhecimento e ignorante. Dobroruka discute o pensamento escatológico que Conselheiro, considerando se ele teria ou não tal perspectivas em suas falas e prédicas, mas não oferece final. O autor defende que deve ser considerado todo o pensamento do líder, seja ele escrito ou oral.

#### **1.4 O centenário de Canudos: novos olhares sobre a construção e destruição do arraial do Belo Monte**

O resgate da História da construção de Belo Monte e da Guerra de Canudos, a partir do seu centenário, aconteceu por meio de novas interpretações que buscaram dar ênfase na comunidade que marcou os primeiros anos da República. Os pesquisadores desse tema partiram de perspectivas que valorizassem Belo Monte e Antônio Conselheiro, com o objetivo de não mais enquadrá-los em teorias explicativas unívocas, mas sim de entendê-los com toda a sua complexidade e possibilidade. Essa nova fase das pesquisas, que se iniciou em 1997, encontra, na atualidade, diferentes investigações e análises que demonstram que a temática está longe de ser esgotada. Embora haja dificuldades no desenvolvimento das pesquisas, devido ao difícil acesso as fontes e bibliografias mais antigas, há, no cenário acadêmico, estudos de extrema relevância. Dessa forma, a bibliografia aqui analisada começa com publicações próximas ao aniversário do movimento e se estende até estudos mais recentes. Ressaltamos ainda que a presente pesquisa parte de uma perspectiva em comum com as obras analisadas, na medida em que propõe novos olhares sobre o conflito e a comunidade do Belo Monte, além de apresentar críticas tanto aos estudos tradicionais quanto à forma como a guerra foi historicamente representada.

Assim as obras da quarta fase são: o livro: *Canudos: um povo entre a utopia e a resistência*, publicado pelo Centro Popular de Estudos Contemporâneos, em 1999; os artigos: *A Guerra de Canudos e os Sertões de Euclides da Cunha: imaginário popular e revisão acadêmica*, José Maria de Oliveira Silva, 2001; *O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre*, Leda Verdiani Tfouni e Lucília Maria Romão, 2002; o livro: *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*, José Rivair Macedo e Mário Maestri,

2004; os artigos: *Guerra de Canudos: as prédicas em debate*, José Maria de Oliveira Silva, 2005; *O sertão de Pierre Verger*, Antônio Fernando de Araújo Sá, 2010; *Por uma visualidade de Antônio Conselheiro: representações do beato antes e durante a guerra total de Canudos*, Jadilson Pimentel dos Santos, 2015; *O mundo dos beatos: a força da utopia no Nordeste sertanejo*, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, 2019; “*Herdeiros da Bravura*”: a [re]invenção de Canudos e a luta dos sobreviventes (1897-1947), Anderson Henrique Ferreira Marinho, 2021.

O livro *Canudos: um povo entre a utopia e a resistência*, publicado pelo Centro Popular de Estudos Contemporâneos<sup>56</sup> foi resultado do seminário acadêmico “100 anos de Canudos: uma utopia no sertão” realizado na Universidade Federal de Goiás com o apoio de instituições privadas. A construção do livro foi realizada com o “desejo de fazer esse resgate e de tornar vivo um passado que nos é tão próximo, mas que às vezes é tão esquecido” (Maia et. al. 1999, p. 1). Os autores começam situando o contexto político e econômico do Brasil do século XIX, pois, para eles, é fundamental compreender os processos decorrentes das transformações político-econômicas, uma vez que “não é Antônio Conselheiro que explica Canudos, mas a estrutura social que produziu Canudos é que justifica o Conselheiro” (ibid., p. 42). Nesse sentido, explicam como o fim da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 marcaram um processo de mudanças nas relações de trabalho e da terra ao longo do século. Com o fim da mão de obra escravizada, o trabalho passou a ser realizado por trabalhadores livres, mas persistia a preocupação de que, ao receberem terras doadas pelo Estado, esses trabalhadores não estivessem dispostos a fornecer mão de obra o suficiente<sup>57</sup>.

Como forma de barrar a posse da terra, foi criada a Lei de Terras (1850). Com o final legal da escravidão, os trabalhadores livres passaram a ser submetidos a todo tipo de trabalho. Essas mudanças evidenciaram ainda mais as contradições na sociedade brasileira, gerando insatisfação entre o povo. De acordo com Maia (et. al. 1999, p. 23) “Canudos não foi um acontecimento isolado, ocorreu num ambiente desde há muito em

---

<sup>56</sup> Os autores do livro são: Claudio Lopes Maia: graduação, mestre e doutor em História, com pesquisas sobre a História das Sociedades Agrárias; David Maciel: graduação, mestre e doutor em História, com ênfase nos temas sobre marxismo, socialismo, ditadura militar, capitalismo; José Eustáquio Ribeiro: professor e doutor em História têm pesquisas relacionadas aos temas do Brasil Império, atuando principalmente nos temas de História da América, Goiás, memória, Catalão e política; Sonia Aparecida Lôbo: professora e mestre em História, doutora em Sociologia Política, pesquisas sobre a Sociologia do trabalho e História da Educação. As informações sobre os autores Fernando Santos e Sérgio Paulo Moreira não foram encontradas até o momento da escrita desta pesquisa.

<sup>57</sup> Sobre essa transformação, o próximo capítulo tem como objetivo entender de forma mais aprofundada os processos que levaram a tais mudanças.

efervescência”. No entendimento dos autores, Antônio Conselheiro e Belo Monte representavam

o grito da terra oprimida, o questionamento do regime de propriedade e, sobretudo do processo de expropriação e exploração das camadas da população (ex-escravos, agregados, parceiros, camaradas, etc) que gradualmente iam se libertando da tutela oligárquica do senhorialismo rural nordestino (Maia et. al., 1999, p. 39).

A visão apresentada no livro traz questões que foram ignoradas por Euclides da Cunha e até mesmo José Calasans, porque, embora ambos tratem das questões sociais do Brasil durante o período do conflito, não abordam de forma contundente os aspectos políticos e econômicos. Ao criticar duas maiores referências na história da Guerra de Canudos, os autores mostram que, mesmo entre os estudiosos com uma abordagem de esquerda, há dificuldades em “apreender toda a riqueza desse acontecimento” (Maia et. al. 1999, p. 75). Em vista disso, observam que, em estudos como os de Rui Facó e de Maria Isaura Pereira de Queiroz, há reducionismos sobre o que foi o movimento de Canudos. No caso de Facó (*Cangaceiros e Fanáticos*) existem avanços nas discussões de caráter político, mas o autor coloca em segundo plano os aspectos religiosos do movimento. Já Pereira de Queiroz (*Messianismo no Brasil e no Mundo*), “deduz a resistência como fruto do entendimento dos canudenses como „eleitos” que deveriam combater as deformações da Terra” (ibid., p. 79). Na conclusão do livro, os autores resgatam o trabalho de José de Souza Martins (*Camponeses e a Política no Brasil*) para demonstrar como a história de Canudos deveria ser abordada pelos estudiosos do tema.

Podemos observar que a análise de Martins acaba por resgatar o movimento em toda a sua amplitude, reconhecendo seu caráter político, sem, contudo, se prestar a cortes estruturais ou necessitar de vangloriar alguns aspectos em detrimento de outros, sendo assim, os canudenses são reconhecidos em sua especificidade sem que isso torne sinônimo de fraqueza ou necessidade de dominação de outrem, mas sim se constitua na força do movimento e na necessidade de reconhecer o diferente e as várias possibilidades de desenvolvimento de um movimento de trabalhadores (Maia et al. 1999, p. 81-82).

As autoras Leda Verdiani Tfouni e Lucília Maria Sousa Romão<sup>58</sup> escrevem o artigo, *O discurso sobre Canudos e a retórica do massacre* (2002), com o intuito de

---

<sup>58</sup> Leda Verdiani Tfouni possui graduação em Letras Anglo Germânicas e doutora em Linguística. Lucília Maria Sousa Romão é doutora em Psicologia.

apresentar Canudos em relação a outros movimentos que fazem parte da luta pela terra no Brasil e analisar como “marcou a memória discursiva ficando ali regiões de sentidos que disponibilizam um interdiscurso a partir do qual o camponês, o sem-terra, é discriminado, satanizado e criminalizado pelo discurso oficial” (Tfouni; Romão, 2002, p. 244). Ao mobilizar a teoria da Análise do Discurso, Tfouni e Romão mostram os aspectos que foram criados para interpretar Antônio Conselheiro e Belo Monte. Dessa forma, afirmam que, para políticos e intelectuais da República, Canudos teria significado “senão a desordem, bagunça e perversão de seus autores numa vocação „natural“ para desrespeitar as leis, o Estado, a Igreja e as instituições” (ibid., p. 248). Sendo uma comunidade ilegal, Belo Monte foi rotulada por diversos discursos difamatórios, “rotulando de vadios, loucos, fanáticos e vagabundos” (p. 249).

Havia ainda, por parte daqueles que viam o arraial como um lugar de desordem, a tentativa de controlar e apagar a existência de particularidades dos indivíduos e principalmente, de Conselheiro. Segundo Tfouni e Romão (2002, p. 253) o apagamento acontece tanto da identidade do líder de Belo Monte quanto do seu caráter político. Para elas “há um movimento de apagamento do seu valor político, questionado pela suposição de uma anormalidade física, demência ou loucura. Registrada a sanidade mental, o articulador de Canudos desaparece”. Todas as formas de desqualificar Conselheiro e seu movimento fazem ainda, “adormecer o discurso da mobilização social” (p. 253). O discurso construído além de apagar, silencia a “dimensão revolucionária daquela experiência” (p. 254). As autoras compreendem que esse é um sentido usado para legitimar os ataques e culpar os canudenses por todo o conflito gerado: “o sujeito do discurso promove a associação entre Canudos e ponto de infecção, fonte de contágio e epidemia, como a indicar o perigo de contaminação emergente naquele arraial” (p. 254). O pensamento trazido por elas enfatiza que aqueles que sofriam diante de condições precárias de vida, foram reprimidos, violentados, “satanizados” (p. 256), “pois a „paz dos homens de bens“ está ameaçada” (p. 255).

Para homenagear a história do arraial de Belo Monte, os autores José Rivair Macedo e Mário Maestri<sup>59</sup> escreveram, em 2004, o livro *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. A homenagem ao “arraial caboclo” (Macedo; Maestri, 2004, p. 14), inicia-se com a “celebração da criatividade e potência do esforço comunitário do sertanejo brasileiro” (p.14). Para eles, Antônio Conselheiro teria desenvolvido na

---

<sup>59</sup> José Rivair Macedo é professor de História e doutor em História Social. Mário Maestri é historiador, escritor e doutor em Ciências Históricas.

construção do Belo Monte, uma obra religiosa de concepção política e social, sendo necessário entendê-lo destacando esse viés. Seguindo o modelo de outros autores, narram à história de Conselheiro e de Canudos até os momentos finais da guerra. Contudo, o que os difere de outras referências são as análises sobre as estratégias da memória em torno no conflito (2004).

Conforme observam, Canudos seria um “evento-modelo e paradigmático” (p. 149), ou seja, foi conferido “significados díspares e divergentes, desempenhando funções ideológicas, segundo o momento em que são rememorados. Ou, sobretudo, segundo quem os recorda” (p. 149). Para os autores a História não é neutra e, por isso, está intimamente ligada aos interesses de quem a produz. Assim, para eles, é possível identificar, por meio dessa ideia, as vertentes seguidas, pois “a simples denominação do arraial rebelde por Belo Monte ou Canudos, dos combatentes como „conselheiristas“ ou „jagunços“ tende a expressar as posições divergentes sobre os acontecimentos” (p. 150). Em virtude de sua fama, a Guerra de Canudos foi usada como formação militar, servindo como “parâmetro para indicar situações de perigo que era necessário evitar a qualquer custo” (Macedo; Maestri, 2004, p. 154). O Exército brasileiro passa a usar Canudos como exemplo para lidar com outras manifestações populares que ocorreram em diferentes momentos no Brasil, como em 1897, em Santa Catarina, o que ficou conhecido como “Canudinhos de Lajes”, e em 1912, também em Santa Catarina, o Contestado (p. 154,155).

Servindo como “alerta as autoridades”, a memória da comunidade de Belo Monte justificava a possibilidade de intervenção<sup>60</sup> armada em nome da estabilidade social (2004). Na História do Brasil, Canudos foi cristalizado como sendo “sinônimo de insubordinação e revolta” (p. 158). Porém, ao mesmo tempo, havia aqueles que viam o arraial com uma perspectiva crítica da realidade do país. Nesta visão se inserem a perspectiva marxista, o discurso dos representantes do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e das Comunidades Eclesiais de Base” e, ainda, a tradição oral. Focando no segundo e terceiro grupo, os autores mostram que houve o uso da Teologia da Libertação para interpretar Canudos, havendo assim, diferenças entre as interpretações de tradição oral sertaneja e as que existem fora desse ambiente.

---

<sup>60</sup> Macedo e Maestri (2004) afirmam que no final da década de 1960, isto é, no período ditatorial brasileiro Canudos servia como base de estudos das estratégias que poderiam ser utilizadas como inspiração para movimentos contrários ao regime.

Em 2010, o autor Antônio Fernando de Araújo Sá<sup>61</sup> publica o artigo *O Sertão de Pierre Verger* com o objetivo de “resgatar a categoria *sertão* a partir das reportagens fotográficas produzidas por Pierre Verger” (Sá, 2010, p.357) para a revista “O Cruzeiro” em 1946<sup>62</sup>. Na análise das fotografias de Pierre Verger, o autor afirma que, por meio dos registros fotográficos, houve a ideia de resgatar as raízes “mais profundas do „gigante desconhecido“, que alimentavam o imaginário coletivo na busca da identidade cultural brasileira” (Magalhães; Peregrino apud Sá, 2010, p. 361). Com isso, Sá aponta que a tradição intelectual considerava Canudos um “paradigma da ideia de sertão” (ibid., p. 361) e que os registros de Verger, em conjunto com o método da História oral, seria um meio de desconstrução dessa visão. Fazendo um contraste com o modelo que foi idealizado sobre os sertões nordestino, Pierre Verger mostra o cotidiano material, simbólico e imaginário do sertanejo. De acordo com Sá, o etnofotógrafo registra a fase

pós-euclidiana do sertão, pois, por um lado, suas fotografias trouxeram para a cena brasileira figuras e paisagens esquecidas da memória nacional e, por outro, elaboram uma narrativa em que se conta a história dos sertões a partir dos traços da vida cotidiana dos sertanejos (Sá, 2010, p. 362).

Ao fazer isso, Pierre Verger retrata as pessoas, os símbolos e as manifestações da cultura popular nordestina que fazem referência a Antônio Conselheiro (Sá, 2010). Ele registra imagens de elementos que fizeram parte da guerra e que foram transformados em monumentos, como o canhão Withworth 32, apelidado de “matadeira” por conselheiristas. Se tornando um lugar de memória<sup>63</sup>, o monumento transmite “o ato heroico de onze conselheiristas que tentaram destruí-la, dos quais dez morreram” (ibid., p. 363). Verger também fotografa os sobreviventes do conflito, mostrando a marca do tempo e da guerra em seus rostos e vidas. Sá afirma que Verger, com seu olhar fotográfico “realça a simplicidade das coisas e pessoas fotografadas,

---

<sup>61</sup> Graduação em História, mestre em História Política do Brasil e doutor em História Cultural.

<sup>62</sup> As fotos publicadas na revista *O Cruzeiro* em 1946 contam também com artigos de Odorico Tavares. Sobre os artigos, verificar tópico 1.3 deste capítulo.

<sup>63</sup> De acordo com o historiador Pierre Nora, lugares de memória são lugares “onde a memória se cristaliza e se refugia a um momento particular da nossa história” (1993, p. 7). Para o autor, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, porque essas operações não são naturais” (p. 15). Ele ainda afirma que esses lugares são em sua maioria ligados as classes dominantes, aos “vencedores”, pois precisam manter na memória de todos a sua dominação. Com isso, todo lugar de memória tem uma significação simbólica e exerce uma função na sociedade.

mostrando cenas cotidianas nas quais o sentido da beleza, do dramático e do poético emergem na sua construção discursiva” (p 369). O autor ainda destaca que o fotógrafo chama atenção para detalhes esquecidos e invisibilizados pela intelectualidade tradicional, como a constituição do medo no imaginário das pessoas em relação a Canudos e o “deslocamento marginal dos não-brancos no interior do seu campo simbólico” (p.373). Em seus registros fotográficos, Verger demonstra que o sertanejo se reinventou junto às memórias da guerra e reconstruíram a cidade.

No artigo *Por uma visualidade de Antônio Conselheiro: representações do beato antes e durante a guerra total de Canudos* (2015), Jadilson Pimentel dos Santos<sup>64</sup> busca apresentar como a imagem de Antônio Conselheiro foi sendo formada ao longo de sua trajetória nos jornais e folhetos de lugares alheios à realidade sertaneja. O autor inicia seu texto afirmando que Antônio Vicente nasceu e cresceu em uma região onde a religiosidade e o misticismo imperavam, formando-se um sujeito imerso nessas influências. Ao longo de sua caminhada, foi criado e idealizado por anuários e folhetos, um exemplo disso é a sua aparição descrita na *Folhinha Laermert* em 1877. A descrição do anuário impresso é carregada de características e elementos que, de acordo com Santos, “já se pode notar em seu conteúdo uma espécie de apresentação do canto do Conselheiro e sua grei, o qual se fez presente posteriormente em Canudos através de duas ladainhas e benditos” (2015, p. 561). Assim, as imagens de Conselheiro começam a surgir e a circular em meados de 1895, por meio das litogravuras e xilogravuras. Conforme Santos (2015) mostra, o intuito dessas imagens era articular frases pejorativas que desqualificassem o beato. Havia uma construção imagética com um formato de caricatura ou de charge, mas sempre com aspectos humorístico e de ridicularização do personagem e da vida sertaneja, para ressaltar a diferença entre litoral, progressistas, republicano, e o sertão, atrasado e anacrônico.

Continuando as discussões acerca do tema, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros<sup>65</sup> desenvolve o artigo *O mundo dos beatos: a força da utopia no Nordeste sertanejo* (2019). No artigo, Barros reflete sobre como no século XIX o Nordeste brasileiro foi permeado por movimentos sociais de cunho religioso e utópico, citando os

---

<sup>64</sup> Doutor em Artes Visuais desenvolve pesquisas sobre a arquitetura religiosa popular de Antônio Vicente Mendes Maciel e as manifestações imateriais deixadas pelo líder de Belo Monte.

<sup>65</sup> Antropóloga, mestre e doutora em Ciências Sociais. Realiza pesquisas sobre o catolicismo popular, memória e história oral, movimentos sociais, etc.

casos<sup>66</sup> do Padre Mestre Ibiapina, Antônio Conselheiro, Padre Cícero Romão Baptista e o Beato José Lourenço. Para a autora utopia<sup>67</sup> e ideologia estão diretamente ligadas, pois “quando o grupo até então utópico ocupa o poder e impõe seu sistema de vida procurando universalizar as próprias ideias, está-se diante da ideologia” (Barros, 2019, p. 109). Assim como o presente estudo, Barros entende ideologia a partir do pensamento de Gramsci, ou seja, ideologia como “concepção de mundo” (Gramsci, 1982), a autora utiliza também os estudos de Gramsci para pensar a religião católica no sertão. Barros afirma que o autor faz uma diferenciação entre os adeptos da religião católica que estão em camadas sociais mais elevadas<sup>68</sup> e o “catolicismo dos pobres” (Barros, 2019, p. 109). Esse catolicismo típico das camadas populares seria “materializante, utilizado para resolver os problemas prementes do homem na Terra, em sua própria existência material” (ibid.).

Ao analisar diferentes movimentos religiosos na região do Nordeste brasileiro, Barros compreende que o catolicismo teve um papel fundamental na formação do país. A autora estuda esses movimentos, chamando a atenção para o “clima de agitação, da crise ideológica que se coloca para a Igreja desde a impregnação das „elites“ brasileiras pelas ideias positivas, a partir do século XIX” (Barros, 2019, p. 110). No caso do sertão nordestino, ela observa que, com o rompimento da unidade que a Igreja Católica possuía, surge um “missionário que exproba a riqueza como fonte do mal, convocando os pobres a se unirem, sob a palavra de Deus, para mudarem as condições de abandono e injustiça a que os relegam os poderosos” (p.110). Esse missionário ficou conhecido como Padre Mestre Ibiapina. “Desiludido da justiça dos homens” (p. 111), Ibiapina percorre o sertão levando mensagens de esperança na justiça de Deus, estabelecendo “a vivência radical dos ensinamentos do evangelho como a vida Santa a ser alçada pelos homens” (p. 111). Para Barros, o Padre Ibiapina desenvolve suas ideias “no sentido de resgatar a dignidade do trabalhador” (p. 112).

A relação entre Ibiapina e Antônio Conselheiro acontece, posto que Conselheiro encontra no padre um mestre, “aquele que o guiará pelos caminhos do sertão” (Barros,

---

<sup>66</sup> Em nossa análise daremos ênfase apenas no caso de Ibiapina e Antônio Conselheiro. Sobre os outros casos, ver o artigo de Luitigarde Barros.

<sup>67</sup> Barros utiliza a definição de Karl Mannheim para o conceito de utopia, isto é, utopia como “maturação do pensamento crítico, elaboração de um projeto substitutivo do sistema vigente, organizando-se os homens para a implantação de outra alternativa social, de um novo devir” (Barros, 2019, p. 109).

<sup>68</sup> Segundo a autora os adeptos das camadas sociais mais elevadas são “principalmente a alta hierarquia da Igreja, que se regem pela teologia, tornando a mensagem igualitária cristã cada vez mais distante deste mundo, transferindo-a para uma eternidade idealizada” (p. 109).

2019, p.113). Barros mostra que a influência do missionário na vida do beato de Canudos está ligada a perspectiva religiosa e também a forma de ver o mundo, isto é, o Padre Ibiapina lutando e denunciando as desigualdades no sertão, sendo um construtor de casas, açudes, igrejas e escolas com o objetivo de ajudar aqueles que necessitavam, inspirou o líder de Belo Monte a realizar o mesmo trabalho. Segundo a autora, a materialização da utopia pensada e vivida por Antônio Conselheiro teria gerado desespero entre os “civilizados urbanos, progressistas e positivistas, que neles desencadeou uma fúria assassina capaz de levar oficiais e soldados rasos a brutalidades estarrecedoras” (ibid., p. 115). Os dois personagens não tiveram o mesmo tratamento. Mesmo havendo repressões, Padre Mestre Ibiapina e seus seguidores não foram tratados violentamente, o padre foi expulso de sua diocese, havendo o fechamento de suas casas de caridade, mas não foram considerados loucos, nem fanáticos. Diferente do missionário, Conselheiro e seus seguidores foi tratado de forma violenta, mas apesar disso, os poderosos não conseguiram matar

a utopia para cuja materialização os sertanejos se encontraram no Belo Monte. O silêncio da história oficial não conseguiu fazer desaparecer o episódio mais dramático da vida nacional, quando Igreja, Estado e Intelectuais se reuniram para o esmagamento de um projeto social, tido pela camada dirigente, como perigosa ameaça ao projeto das elites, a República (Barros, 2019, p. 115).

Em estudos mais recentes, Anderson Henrique Ferreira Marinho<sup>69</sup> publicou, em 2021, o artigo *“Herdeiros da bravura”: a [re]invenção de Canudos e a luta dos sobreviventes (1897-1947)*. O objetivo de Marinho é refletir a refundação de Canudos e a reconstrução imagética dos sobreviventes da guerra. O autor analisou o que ficou conhecido como “segunda Canudos” e a memória dos sobreviventes. O mito criado em torno da história da Guerra de Canudos fez com que essa narrativa se cristalizasse na História, e, por isso, Marinho afirma que é preciso superá-la e ir além da destruição para entender a História do Belo Monte. O autor observa que parte dos estudos realizados durante todo o século XX parte da premissa de que Canudos e o sertão são lugares parados no tempo, negando suas historicidades. Mas, “compreender a historicidade da „nova“ Canudos, fundada pelos sobreviventes, passa por entender que um povoado, vilarejo ou cidade não depende de validação exterior para que ali exista historicidade e

---

<sup>69</sup> Bacharel e licenciado em História, mestre em História, Política e Bens Culturais, e doutorando em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Pesquisas sobre a História de Canudos, tendo como objeto de pesquisa a construção do Açude Cocorobó.

vida” (Marinho, 2021, p. 175). Quanto a essa questão, Marinho destaca que a produção historiográfica durante os anos de 1910 a 1950 é escassa, ficando fora dos principais debates feitos na historiografia.

Além do âmbito da pesquisa acadêmica, o autor mostra que Canudos só voltou à cena quando Odorico Tavares e Pierre Verger visitaram a “nova” Canudos para fazer uma reportagem<sup>70</sup> sobre os 50 anos do fim da guerra. Dessa forma, em sua análise, Marinho (2021) também percebe a falta de pesquisas acadêmicas sobre alguns temas acerca do conflito, como o pós-guerra. Partindo dessa ideia, o autor compreende que Belo Monte/Canudos foi destruído a ferro e fogo, porque havia o medo de que, caso o arraial continuasse existindo, ele ressurgiria como “uma fênix sertaneja” (ibid., p. 167). O medo de uma nova “rebeldia sertaneja existia apenas como sentimento, como receio, mas o medo por parte dos conselheiristas se materializava em perseguições e mortes” (p. 167). Depois da última campanha, o Estado se mostra negligente com três questões:

o quadro sanitário instalado a partir do abandono dos corpos, que já se desintegravam sobre o solo nas altas temperaturas do sertão, sem que ocorresse nenhuma ação por parte do Estado para o sepultamento, ficando a cargo dos próprios indivíduos da região e até mesmo de fazendeiros; o quadro das perseguições aos sobreviventes, que só irá mudar a partir de um “salvo conduto” cinco anos mais tarde; e o posicionamento do Senador Rui Barbosa em defesa dos sertanejos, que porém nunca chegou a ser realizados na tribuna do Senado, aparentando não ter mais relevância frente as novas demandas e embates políticos que surgiam (Marinho, 2021, p. 172).

Em razão a esses fatos, os sobreviventes que reconstruíram e refundaram a nova comunidade de Canudos viviam com medo e com trauma, mas, mesmo que as memórias de Belo Monte e de Conselheiro fossem permeadas pela dor, mantinham-se no povoado, pois lá eram os seus lares (Marinho, 2021). Os sobreviventes começaram a se estabelecer na região depois da diminuição das perseguições dos fazendeiros. De acordo com Marinho, “os sobreviventes que se estabeleceram e que refundaram o povoado, agora batizado como Canudos, não haviam nascido na região, mas a escolheram para viver” (ibid., p. 173). Além disso, o autor nota que havia novos moradores, com diversas origens, que decidiram migrar para Canudos. Em relação à reconstrução das imagens dos sobreviventes, o autor observa que foi a partir da reportagem de Tavares e Verger, que trazia a visão dos seguidores de Conselheiro, que

---

<sup>70</sup> A reportagem pode ser encontrada no tópico 1.2 deste capítulo.

houve o interesse de pesquisar o tema através da memória dos sobreviventes. Nesse sentido, o impacto da reportagem, que continha imagens e relatos dos conselheiristas remanescentes, possibilitaram novas formas de interpretar a história de Belo Monte e Antônio Conselheiro, como também a possibilidade de compreender as dinâmicas do pós-guerra.

Através do debate da bibliografia após o centenário da fundação de Belo Monte e a Guerra de Canudos, foi possível observar as diferentes possibilidades de interpretação do tema. Todos os autores citados tiveram a preocupação de analisar Antônio Conselheiro e seu arraial de forma crítica à história tradicional e às tentativas reducionistas, além de chamar a atenção para aspectos pouco estudados. Mesmo que haja certa dificuldade devido à escassez de fontes, ainda há muito que se investigar e elucidar sobre a história de Belo Monte. Como Macedo e Maestri (2004, p. 171) afirmam, “quase nada se sabe a respeito de sua administração, do funcionamento interno da comunidade, da vida cotidiana de seus habitantes. Parte substancial de sua memória foi aniquilada junto com a destruição do arraial e a morte de seus defensores”. De fato, há aspectos da vida em Belo Monte/Canudos que são de difícil acesso, mas é possível utilizar com crítica e parcimônia referências contemporâneas ao desenvolvimento do conflito, para analisar o funcionamento e as relações no arraial. E como vimos com Marinho, discutir o tema da Guerra de Canudos não se resume a destruição da comunidade. É preciso buscar novas formas de analisar o movimento que teve o maior impacto nos primeiros anos da República.

## **CAPÍTULO 2: FORMAÇÃO SOCIAL, EXPLORAÇÃO DA TERRA E A LUTA POR JUSTIÇA NO SERTÃO: A CONSTRUÇÃO E A TRAGÉDIA DE BELO MONTE/CANUDOS.**

### **2.1 Terra, propriedade e trabalho: a formação social no sertão Nordestino.**

O processo de transição entre Monarquia e República foi marcado por transformações que resultaram em movimentações e lutas populares tanto no campo quanto no meio urbano. Emília Viotti da Costa (1999, p.15) afirma que, “o progresso econômico da segunda metade do século XIX acarretou profundo desequilíbrio entre poder econômico e poder político”. No livro *Canudos: um povo entre a utopia e a resistência* (Maia et. al., 1999) analisado no tópico 1.4 do primeiro capítulo, é possível identificar interpretações, semelhantes a que desenvolveremos neste capítulo, sobre a transição da Monarquia para a República. Como veremos, a estrutura social brasileira teve grande influência no surgimento de Antônio Conselheiro e do arraial de Canudos (Maia et al., 1999). Dessa forma, Costa autora evidencia que este descompasso ocorre pelo papel político diminuto que o Império dava àqueles que haviam se tornado o setor mais dinâmico da economia nacional: os cafeicultores do Oeste Paulista, enquanto que os antigos “barões do café” do Vale do Paraíba continuavam a ocupar postos relevantes de poder, como o Senado vitalício, em que pese seu declínio econômico em função, entre outros fatores, da própria decadência do escravismo. Sendo possível compreender a derrubada da Monarquia como um golpe dominado pelo meio militar, mas que contou com apoio (algum, mas pouco expressivo) das classes populares (classe média, trabalhadores urbanos manuais do transporte, comércio, indústria nascente e dos serviços públicos).

Contudo, Décio Saes (1985, p. 315) diz que “esse apoio existiu, embora tais classes não tenham sido chamadas a intervir diretamente, em massa no processo”. É a partir dessa oscilação que a mudança do sistema político brasileiro se desenvolve, mas, para Saes (1985), tal fato não ocorreu de forma imediata, havendo diferentes etapas que levaram ao processo de transformação do modelo jurídico-político no Brasil. Para o autor existe uma grande relação entre a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte (1890-1891). A profunda ligação entre esses momentos no século XIX representa, para Saes uma “transformação do tipo (natureza de classe) de estrutura jurídico-política dominante numa formação social”

(1985, p. 182). Ou seja, foi através da formação e desenvolvimento da burguesia industrial e do proletariado que um novo Bloco Histórico, uma nova estrutura ideológica e jurídica no Estado brasileiro pode ser observada. Para Gramsci (Gramsci, 1982), um Bloco Histórico surge a partir de uma dada combinação entre economia política e ideologia. Nesse contexto, Saes afirma que o início do processo de mudança de um bloco histórico para outro ocorreu com a Abolição da Escravatura, porque marcaria legal e juridicamente o fim da escravidão. Ele diz que

*A Abolição*, ao extinguir a categoria jurídica (ordem) do escravo bem como a classificação dos seres humanos em “coisas” (objeto de propriedade) e “pessoas” (proprietários), não apenas liquidou o direito escravista como também determinou a formação do direito burguês. A partir desse ato legal, todos os homens eram considerados como igualmente capazes de praticar atos de vontade, isto é, como sujeitos de direitos (Saes, 1985, p. 189).

Saes tem como objetivo mostrar que, com a escravidão legalmente extinta, houve “a abertura formal do aparelho de Estado aos membros de todas as classes” (1985, p. 197). O autor observa que a classe dos fazendeiros escravistas e suas frações não foram à força dirigente do processo de transformação do Estado e, ainda que tivesse sido “derrotada nesse processo de transformação superestrutural” (p. 197), essa derrota não teria levado ao seu desaparecimento. O autor indica que, em decorrência do alto custo de escravizados, houve a substituição destes por trabalhadores livres. Essa substituição foi realizada por frações da sociedade que não estavam ligadas à classe dos fazendeiros escravistas, porque estes tinham o interesse de conservar sua posição de classe. Quando Saes se refere a “frações da sociedade”, incluí tanto as classes populares (trabalhadores, não-proprietários), quanto à classe média, sendo esta última mais influente que a primeira. Saes (p. 286) define classe média como um “conjunto dos trabalhadores não-manuais, unidos por uma disposição ideológica mais geral”. A ideologia mencionada pelo autor é que a classe média considera haver uma divisão<sup>71</sup> entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa concepção se fundamenta na ideia de que existe uma hierarquização entre os tipos de trabalho, com o trabalho não-manual<sup>72</sup> sendo considerado superior ao manual.

---

<sup>71</sup> Saes acrescenta que essa ideologia seria baseada em uma concepção de “uma necessidade natural, eterna e não como um fenômeno histórico” (1985, p. 286).

<sup>72</sup> No Brasil é possível observar o desenvolvimento dessa classe no meio urbano, sendo constituída por: bancários, contadores, médicos, advogados, jornalistas, burocratas, militares de carreira, etc.

No caso do Nordeste, o que Saes percebe que, com a elevação dos preços, combinada com o declínio da agricultura açucareira, os fazendeiros, donos de terras passaram a substituir o trabalho escravo por trabalho não escravo. O autor define como trabalho não escravo “trabalho servil ou como trabalho assalariado” (Saes, 1985, p. 196), havendo variações de acordo com a região. No Nordeste brasileiro, essa substituição foi por *sitiantes*, *agregados*, *meeiros* ou *parceiros*<sup>73</sup>. Também se encontra o *colonato* em sua fase inicial, esse tipo de trabalho era realizado por imigrantes europeus, que foram incentivados a ingressarem no país como forma de ascensão social, e ainda há os *moradores*, trabalhadores que habitavam e cultivavam terras sem que fossem efetivamente proprietários delas, assim como no caso dos *colonos*. Todas as formas de trabalho não escravo citadas podem ser compreendidas como trabalho servil e não assalariado. Na região estudada, embora diferentes tipos de trabalho possam ser encontrados, o mais prevalente no meio rural eram os *moradores*. Sobre eles Gorender (1981) afirma que,

ambos, o morador nordestino e o colono paulista de café, eram remunerados com uma economia autônoma, ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência, que consumiam e cujo excedente podiam vender, ambos recebiam terreno de pastagem para animais, pequenos e grandes. Ambos recebiam moradia gratuita, muito importante isso, e ambos tinham direito à lenha e à água, o que também não é sem importância (Gorender apud Saes, 1985, p. 213).

Complementando essa ideia, Décio Saes (1985) mostra que essas relações de trabalho servil e não assalariado também eram baseadas em sua dependência pessoal entre colono, moradores e o proprietário fundiário. Essa dominação pessoal poderia acontecer de diversas formas, por exemplo, através da ligação amigável e até mesmo familiar entre eles. Segundo Victor Nunes Leal (2012), havia um compromisso e troca de favores entre eles, em que de alguma forma ambos os lados se favoreciam. Contudo, essa relação de dominância não era simétrica, pois os fazendeiros asseguravam diversas formas de privilégios para si mesmos. Saes (1985, p. 210) destaca que “as relações de produção servis não são mais „atrasadas“ que o escravismo mercantil; a sua implementação permite o desenvolvimento de uma pequena agricultura mercantil de

---

<sup>73</sup> *Parceiros*, *sitiantes* e *meeiros* são trabalhadores rurais que utilizam parte da terra de médios e grandes fazendeiros para subsistência e venda do excedente dos produtos, dando em troca parte do lucro obtido para os donos das terras, no caso dos últimos, viviam em terras menos férteis (Costa, 1999). Já os *agregados* são aqueles que foram apadrinhados pelos donos de terras, fazendo tudo que pediam em troca de algum ganho material.

alimentos [...]”. É necessário ressaltar que, apesar da migração de trabalhadores livres para o Norte, em regiões cafeeiras, em razão da expansão das plantações para a exportação, a maioria dessas pessoas permaneceu no semiárido nordestino e com isso havendo também a incorporação e expansão da economia do algodão<sup>74</sup> (Brito, 2004, p. 17).

Todas as observações feitas acima levam a uma questão essencial do Brasil no século XIX: a questão da terra. As relações de trabalho, a formação de um novo Estado e a transição para um novo bloco histórico não podem ser desvinculadas dos debates acerca da terra, porque é por meio dela que todas essas transformações se realizam. Como aponta Costa (1999, p.169), “a política de terras e a de mão-de-obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico”. Os ideais abolicionistas em voga no século XIX desencadearam não somente as mudanças na estrutura do trabalho, mas também contribuíram para que o “desenvolvimento da indústria e a acumulação de capital estimulassem a incorporação da terra e do trabalho à economia comercial e industrial” (ibid. p. 169). Como consequência disso, houve um aumento das áreas cultivadas com fins comerciais e uma diminuição da agricultura de subsistência. A autora entende que

nos lugares onde a terra tinha sido explorada apenas parcialmente, a expansão do mercado provocou a intensificação do uso da terra e do trabalho, resultando frequentemente na expulsão de arrendatários e meeiros ou na expropriação das pequenas propriedades e de terras comunitárias. Parte da população que antigamente se dedicava a economia tradicional foi absorvida como trabalhador assalariado nas fazendas comerciais. Outra parte migrou para as cidades (Costa, 1999, p. 169-170).

Em razão dessas alterações, tornou-se necessário criar novas políticas e leis que garantissem que as novas demandas fossem atendidas. A Lei de Terras, de 1850, estabeleceu que as terras logradas em sesmarias ou posse, anteriormente entendidas como parte de um domínio privado, deveriam ser medidas e delimitadas. Essa lei foi formulada para impedir que terras públicas fossem adquiridas por outros meios que não a compra, eliminando as doações que a Coroa eventualmente realizava. Com ela, a “terra tornou-se domínio público, patrimônio da nação” (Costa, 1999, p. 172). A única forma de obter terra, então, passou a ser por meio da compra ao governo, podendo ser

---

<sup>74</sup> A economia do algodão expandiu no período da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos, mas depois sofreu uma queda brusca com a recuperação estadunidense.

“obtida por qualquer pessoa com capital suficiente” (ibid. 172). No entanto, como mostra (Monteiro, 2002), em muitas partes do Nordeste, mesmo que efetivamente implementada, a lei foi sendo vista como “letra morta” (ibid. p. 55), porque “grande número de sesmarias e posses permanecia sem revalidar e sem legitimar, e as terras públicas continuavam a ser invadidas” (Carvalho, 1996, p. 314). Essas questões evidenciam a discrepância entre a intenção da lei e sua aplicação no campo, refletindo uma realidade onde as estruturas de poder locais, muitas vezes, desrespeitavam as normas estabelecidas pelo Estado.

A Lei de Terra, ainda que tivesse como objetivo regularizar a posse e o domínio das terras no Brasil, trouxe consigo muitas tensões, principalmente para aqueles que já possuíam terras, mas viam nela uma ameaça aos seus domínios já estabelecidos. Costa argumenta que, “quando a terra tornou-se uma mercadoria adquirida por indivíduos, às decisões concernentes à sua utilização passaram a serem tomadas por esses mesmos indivíduos” (Costa, 1999, p.172). Segundo Martins (apud Saboya, 1995, p. 116), destaca que a criação da Lei de Terras garantiu a “sujeição do trabalho ao capital, engradando ao mesmo um sucedâneo ideológico para a coerção física do trabalhador”. O Estado, nesse momento, alinhou-se aos interesses da elite latifundiária, “legitimando a separação entre produtores e meios de produção” (Saboya, 1995, p. 117). Esse processo reforçou o monopólio da terra nas mãos de poucos e consolidou o prestígio social e econômico associado à posse territorial. Conforme Saboya (ibid. p. 120), “a elite dirigente do país exerceu, ao mesmo tempo, o controle sobre o monopólio das terras e da mão-de-obra”. Trabalhadores que residiam em terras emprestadas pelos proprietários fundiários, viviam em constata insegurança, pois, sem garantias legais sobre sua posse, estavam sujeitos a uma situação de dependência e precariedade (Saes, 1985).

A criação da lei, ao tentar regularizar a propriedade rural, gerou uma classe de trabalhadores sem terra, ainda mais dependente das relações de dominância entre os fazendeiros (Costa, 1999). Costa afirma que a Lei de Terras “expressou os interesses desses grupos e representou uma tentativa de regularizar a propriedade rural e o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época” (ibid. p. 176). Como precisavam de uma nova forma de obter trabalho livre, as novas regulamentações partiram da ideia de criar barreiras para que o trabalhador livre fosse impedido e incapaz de comprar terra, sendo forçado a trabalhar para os fazendeiros. Para isso, a nova legislação excluía as formas de arrendamento, ocupação e

meação, transferindo essas terras para o domínio do Estado, o que resultava na concentração de terras nas mãos de grandes proprietários. Essa monopolização do campo pelos latifundiários consolidou um sistema de exploração onde tanto à posse da terra quanto o controle social sobre os trabalhadores eram aspectos essenciais para manter o status social do proprietário (Costa, 1999). É nesse processo que o campesinato pobre, sem terra, dependente e em condições de vida extremamente precárias que surge o movimento camponês. Como uma resposta a exploração e a marginalização dos trabalhadores rurais, o movimento camponês começou a se organizar como uma forma de resistir à subordinação e lutar por melhores condições de vida e de trabalho (Saes, 1985).

Situando-nos de forma mais geral o contexto político e econômico do Brasil no século XIX, é necessário entender como as transformações das relações de trabalho e o acesso a terra afetaram o sertão da Bahia, uma vez que partimos da premissa de que o movimento de Canudos surgiu em meio a essas mudanças. Nesse sentido, em virtude de seu vasto território, o estado da Bahia apresentava diversas formas de economia, sendo as principais: a lavoura açucareira, as lavras de diamantes e a criação de gados (Brandão, 2007). Ao longo do século XIX, a economia do estado passou por momentos de crescimento e declínio. Segundo Almeida (1977, p. 75), no início do século houve uma grande expansão, mas nas décadas de 1820 e 1830, ocorreu um período de redução, seguido por uma “recuperação entre os anos 1840 e 1850, logo interrompida, ligeira recuperação na década de 1860, para em seguida declinar com a guerra do Paraguai<sup>75</sup> e somente registrar nova alta a partir de 1890”. De acordo com Consuelo Novais Sampaio, no estado da Bahia havia “uma população rarefeita, espalhada pelos seus 110 municípios. A vida político-administrativa concentrava-se em Salvador” (Sampaio, 1993, p. 97), e, por isso, e pelos fatos mencionados acima, havia uma preocupação com o atraso da região.

Spinola (2004, p. 91) afirma que não foi possível “reverter uma situação de atraso consolidada em um século de desacertos neste campo. A abolição da escravatura agravou os problemas econômicos, pois desorganizou as bases produtivas das lavouras”. Durante esse período, foram registrados “25 anos de secas e 11 anos de chuvas abundantes, o que era incompatível com as necessidades dos solos” (ibid., p.

---

<sup>75</sup> A Guerra do Paraguai ocorreu em 1864 e 1870. O conflito armado envolveu o Brasil, Argentina e Uruguai para combater o Paraguai que tinha a pretensão de anexar em seu território parte do Brasil e da Argentina, e de ter o domínio da região da Bacia da Prata. Ver: Doratiotto (2002), *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*.

92). Nesse contexto, Brandão (2007, p. 65) afirma que a ocupação do sertão baiano se desenvolveu “através dos fazendeiros moradores, donos de vastas glebas de terra, herdeiros dos donatários e dependentes da agricultura de subsistência e da criação de gado”. Esses fazendeiros, que detinham o poder sobre a região, frequentemente tinham sob sua tutela trabalhadores que dependiam da concessão de um pedaço de terra para sua sobrevivência. As relações econômicas entre os donos de terras e o povo sertanejo – roceiro ou vaqueiro – podem ser compreendidas como “uma economia de atividades desenvolvidas através de relações de produção não-capitalistas compondo o que se chama de contradições do capitalismo” (ibid., p. 65).

É nesse sertão que uma das principais atividades econômicas da Bahia se desenvolve. A criação de gado, a princípio, esteve ligada à produção açucareira, “como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço” (Ribeiro, 1995, p. 340). Para Brandão (2007, p. 64), embora fizesse parte da economia e a abastecendo, o gado “não gerava uma acumulação de capital” e, por isso, o autor analisa esse momento como sendo parte das “relações de produção não-capitalistas dentro do capitalismo” (ibid. p. 67). Mesmo sem a acumulação de capital, a criação pastoril foi fundamental para a população sertaneja, pois fornecia carne, couro e mão de obra. Outra questão importante é perceber que a produção econômica da criação de gado e sua circulação estão ligadas “à gênese de arraiais, freguesias, vilas e cidades concebidas no período de expansão do capitalismo no Brasil” (p. 73). Com a criação de arraiais, vilas e cidades, o vínculo de trabalho e dependência entre o dono de terra e o sertanejo não se alterou. Conforme Saes (1985) aponta, a remuneração pelo trabalho realizado baseava-se no trabalho servil ou não assalariado. Assim, “a força de trabalho era a única moeda de troca do sertanejo” (Brandão, 2007, p. 75).

Sendo o sertão um lugar de difícil acesso a terra e que fora transformado em “um imenso pasto” (Hermann, 1997, p.23), o sertanejo continuava a ser submetido à marginalização e ao isolamento social. Muitas vezes, o trabalho sertanejo era desvalorizado em comparação com o trabalho do imigrante europeu. Segundo Hermann, na década de 1890, foram elaborados pelo governador da Bahia relatórios sobre a preocupação com a mão de obra. O problema seria resolvido com a imigração e instalação de fazendas de colonos europeus, pois, ainda que o governador considerasse os sertanejos como “laboriosos e inteligentes trabalhadores” (Lima apud Hermann, 1997, p. 24), não os viam como parte da solução da falta de mão de obra. A autora observa que, “além de pouco valorizado, o sertanejo enfrentava ainda os problemas

decorrentes das novas relações de trabalho no campo, introduzidas com a Constituição de 1891<sup>76</sup>, (p. 24). Assim, é nesse processo que as fazendas semi-abandonadas, localizadas em regiões de baixo valor econômico, passaram a ser transformadas em lugares próprios para moradia dos sertanejos desapropriados de um trabalho. Hermann entende que,

a falta de produtividade, a hostilidade do solo e da vegetação, além das secas permanentes conduziam a uma alta rotatividade populacional que, aliada à presença da violência para a solução de conflitos cotidianos, acabou transformando uma área de „sobra“ em uma espécie de espaço reservado e autônomo de grupos despossuídos (Hermann, 1997, p. 25).

Nesse sentido, o sertanejo, pertencente à classe dos camponeses dependentes e vivendo em terras cedidas ou semi-abandonadas, que muitas vezes eram inférteis, reflete a “exclusão e marginalização de camponeses itinerantes do sertão, praticamente ignorados pelos novos projetos econômicos do estado, que privilegia a importação de mão-de-obra „ordeira e civilizada“” (Hermann, 1997, p. 26). Para Saes, os processos de transformação nas relações de trabalho e no uso da terra incentivaram o camponês e o sertanejo, a manifestarem seu descontentamento. Conforme o autor aponta, a partir da década de 1870, o Nordeste teve muitas revoltas rurais<sup>77</sup>, sendo a mais conhecida o movimento de Canudos, na Bahia. Essas revoltas rurais de caráter popular, de acordo com José Murilo de Carvalho demonstram que,

apesar de não participar da política oficial, de não votar, ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado. O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desprezitar seus valores, sobretudo religiosos. Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas (Carvalho, 2002, p. 75).

Essa participação não oficial na política brasileira também pode ser percebida porque “o povo não tinha lugar no sistema política, seja no Império, seja na República” (Carvalho, 2002, p. 83). Isso significa que, ao ser excluído da participação política

---

<sup>76</sup> Para (Figueiredo, 2011, p. 142) a Constituição de 1891 “expressava valores assentados na filosofia política republicana-positivista, bem como em princípios do clássico liberalismo individualista. Mantinha-se uma ordem socioeconômica que beneficiava somente segmentos oligárquicos regionais”.

<sup>77</sup> Saes cita em seu livro (1985) os movimentos: Balaiada (1838); Revolução Praieira (1843); Movimento do Ronco da Abelha (1872); Quebra-Quilos (1874).

oficial, o sertanejo, em busca de legitimar sua própria existência, cria diferentes formas e mecanismos para ser compreendidos como parte do Estado brasileiro, como cidadãos do Brasil. O movimento de Canudos é um exemplo dessa ação, pois a comunidade foi construída a partir dos ideais intelectuais, religiosos e políticos de Antônio Conselheiro para abrigar aqueles que estavam fugindo da “política infrene, do fisco voraz e das arbitrariedades policiais” (Nogueira, 1978, p. 6). Com a criação de Belo Monte, Conselheiro, baseando-se na religiosidade judaico-cristã, desenvolve medidas que conferem sentido à sua experiência e à de seus seguidores. Além disso, “ele assume seu caráter político no sentido mais pleno do termo: a manutenção de uma determinada ordem social, política e celeste e a utilização de todos os meios possíveis para defendê-la” (Hermann, 1997, p. 31). Como consequência do surgimento do movimento em torno do beato, questões ligadas ao “acirramento da disputa pelo poder entre os grupos oligárquicos, tanto no plano nacional como no estadual e municipal” (Sampaio, 1999, p. 31) se agravaram.

Com isso, Sampaio entende que a criação do arraial deve também ser analisada “a partir das ações e do comportamento das classes dirigente, da elite governante, em particular” (ibid., p.98). Partindo desse pressuposto, Sampaio demonstra que a disputa no âmbito estadual entre os dois maiores grupos oligárquicos da época – os vianistas, adeptos ao governo de Luís Viana, e os gonçalvistas, partidários do ex-governador José Gonçalves, destacamos junto a ele a figura de Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo – causou a destruição e violência em Canudos. Isso aconteceu porque tanto Luís Viana quanto José Gonçalves, visavam à permanência no poder. Para tanto, era necessário o enfraquecimento do poder local dos políticos rivais. Cada um deles exercia influência em determinados municípios, mas havia um projeto que possibilitava interferências nas decisões dessas regiões. Esse projeto limitava o poder e o controle entre os adversários. A partir disso, outras questões foram desencadeadas, que, para Sampaio, são de grande importância para análise. Em ordem cronológica, iniciando em 1895, os seguintes eventos tomaram forma:

- 1) o governo envia força policial a Bonfim, reduto político de José Gonçalves (janeiro);
- 2) o governador retira dos municípios o direito de organizar suas guardas policiais (janeiro);
- 3) o secretário de Polícia manda prender cidadãos gonçalvistas (março);
- 4) ocorre a duplicata do legislativo estadual (abril);
- 5) frades capuchinhos vão em missão a Canudos (maio);
- 6) o poder executivo é exercido em duplicata

(outubro); 7) Antônio Conselheiro vai a Bom Conselho (dezembro) (Sampaio, 1999, p. 48).

Para a autora, é por meio desses acontecimentos que se pode perceber que “Canudos ainda era objeto secundário nas preocupações dos que lutavam pelo poder. O importante era destruir a facção rival” (Sampaio, 1999, p. 49). A duplicata do legislativo estadual durou dois meses, pois o presidente do Senado, o barão de Camaçari, e o seu opositor, barão de Jeremoabo, “avocaram-se o direito de substituir o governador e instalaram-se no palácio governamental” (ibid., p. 52). Fizeram essa substituição com a alegação de que, na ausência do então governador Rodrigues Lima, que havia tirado licença para tratamento de saúde, o estado ficaria sem representante. Durante esse período, ambos os políticos tomaram decisões que os favoreciam. Porém, havia o plano por parte dos gonçalvistas/jeremoabistas, de que, em razão dessa duplicata, o governo federal realizaria uma intervenção, “revertendo o quadro político a seu favor” (Sampaio, 1993, p. 104). A intervenção federal foi impedida, porque “o presidente Prudente de Moraes remeteu a questão ao Congresso e o impasse só foi rompido com a volta antecipada de Rodrigues Lima, que, apressadamente, reassumiu a chefia do governo” (Sampaio, 1999, p. 52).

Preocupados em manter seus poderes, a elite política da Bahia “se empenhou na luta por cargos na administração pública, no legislativo e no judiciário; investiu muito em questúnculas partidárias e interesse pessoal” (ibid., 1993, p. 105). Nesse contexto, ainda não havia atenção em Conselheiro e seus seguidores. Durante o governo de Luís Viana, foram espalhados boatos de que Antônio Conselheiro e os conselheiristas iriam atacar adeptos ao Barão de Jeremoabo, impedindo-os de votar na eleição do município de Juazeiro. Assim, formou-se o motivo para a primeira expedição. Diante desse fato, percebe-se que existem vertentes diferentes sobre os motivos da ida do beato e dos conselheiristas a Juazeiro. Dessa forma, compreende-se que as diversas versões revelam o jogo político que o movimento esteve envolvido, uma vez que os boatos ajudaram a criar as justificativas necessárias para os ataques das tropas oficiais. O medo criado em torno de Canudos

não surgiu das camadas populares nem impeliu o progresso. O medo de Canudos foi um *medo construído* pelos de cima, com o propósito de enfraquecer e mesmo aniquilar as forças adversárias, numa cruenta disputa pelo poder político no interior de uma mesma classe social. No final da guerra sangrenta, o medo provocou o estupor, impôs uma

trégua na disputa entre as facções políticas rivais e no confronto entre *militarismo*, dominante nos primeiros anos da República e o *civilismo*, que procurava se impor (Sampaio, 1999, p. 32).

O medo construído pela elite dominante esteve presente, porque os líderes políticos, a Igreja Católica e os grandes fazendeiros estavam preocupados com a influência que Antônio Conselheiro exercia nas camadas populares, assim como nos “setores intermediários da sociedade, que se deixavam atrair por suas palavras, por seu carisma” (Sampaio, 1999, p. 45). As mudanças realizadas pelo governador no estado atraíram críticas ao seu governo, sendo acusando de apoiar o movimento sertanejo. Com isso, observa-se que todas as movimentações políticas estavam envolvidas nas disputas entre os grupos oligárquicos centrais, e Canudos foi à consequência disso. Sampaio afirma que “foi à disputa pelo poder, na Bahia e na Capital Federal, que conferiu a Canudos a dimensão nacional” (1999, p. 53). Para a autora, Canudos foi manipulado para o fortalecimento do poder central, demonstrando o apego dos fazendeiros em relação às suas terras e ao modo de vida dominante. O fim da comunidade foi “efusivamente comemorada pelas classes dominantes” (ibid., p. 75). A perseguição contra Conselheiro e os conselheiristas teve seu fim, e nenhum culpado foi apontado. Cezar Zama escreveu que o que originou o conflito foram os problemas entre Luís Viana e “dois antigos correligionários, depois adversários que ousavam enfrentar o dominador” (Wolsey, 1899, p. 22).

## **2.2 Antônio Conselheiro e a tragédia de Canudos: da criação ao conflito**

Foi a partir do livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902) que a noção do Nordeste como o sertão brasileiro surgiu. No livro, Euclides da Cunha descreve os motivos que teriam levado à Guerra de Canudos. Para o autor, a relação entre o homem e a terra foi de fundamental importância para o desenvolvimento do conflito, porque entende que o meio proporcionou o surgimento do arraial de Canudos. A contribuição de Euclides da Cunha fez com que, ainda no século XIX, o sertão fosse associado ao semiárido, conhecido como o polígono das secas, devido ao seu clima tropical seco, com chuvas escassas e, principalmente, irregulares. Esse conceito também foi influenciado pelo imaginário cultural, ou seja, pelos antecedentes socioculturais de sua população. Dessa forma, para compreender os desdobramentos de Canudos/Belo

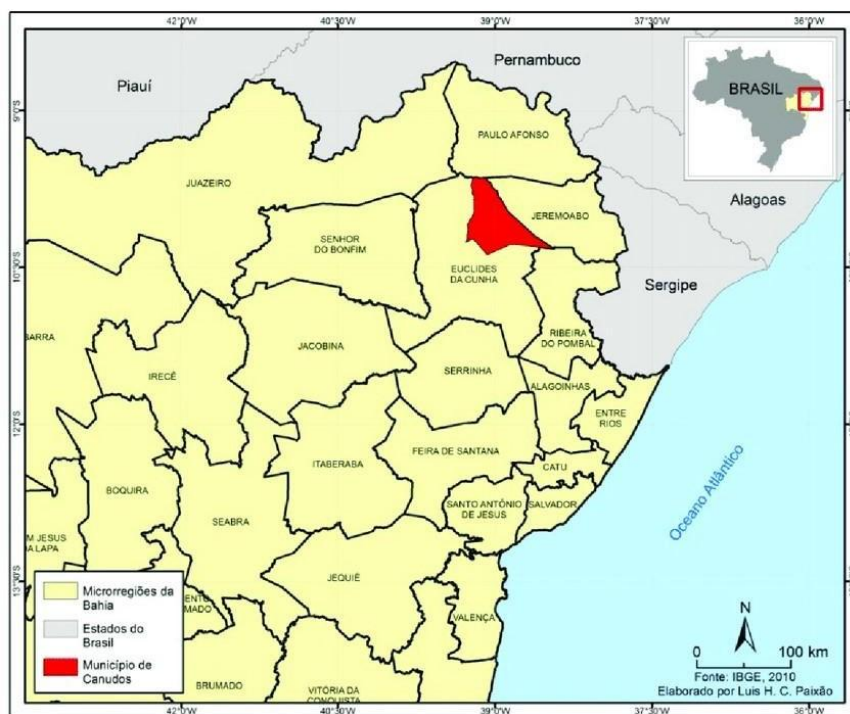
Monte, é preciso primeiramente considerar o meio em que está inserido, ou seja, é preciso contextualizar geograficamente a região do sertão baiano. Canudos está localizado no norte do estado da Bahia (Imagem 2), distante da capital baiana. Situado ao longo do Rio Vaza-Barris<sup>78</sup>, o sertão baiano é caracterizado por um clima semiárido, com relevos e vegetações que surpreenderam Euclides da Cunha. Ao se deparar com uma paisagem completamente diferente do litoral carioca, Cunha observou que

as condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. [...] Porque o que estas denunciam – no enterroado do chão, no dismantelo dos cerros quase desnudos, no contorcido dos leitos secos dos ribeirões efêmeros, no constricto das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos – é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas. De um lado a extrema secura dos ares, no estio, facilitando pela irradiação noturna a perda instantânea do calor absorvido pelas rochas expostas às soalheiras, impõe-lhes a alternativa de alturas e quedas termométricas repentinas; e daí um jogar de dilatações e contrações que as disjunge, abrindo-as segundo os planos de menor resistência. De outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas, precipitam estas reações demoradas (Cunha, 2020, p. 13).

Imagem 2:

---

<sup>78</sup> Segundo José Aras o nome “Vaza-Barris” seria proveniente de uma antiga lenda. O autor conta que um homem negociante de aguardente em direção aos sertões vinha “acompanhando uma carga de cachaça em um cavaleiro até Canudos, onde fazia a troca do seu produto por caças moqueadas e peles de animais silvestres, além de mel e cera para a fabricação de candeias”. Por conta de uma chuva, que pegara o homem de surpresa, não conseguiu continuar sua jornada, tendo que esconder os barris no mato e voltando ao lugar de origem sem nada. Alguns dias depois, voltou ao local onde escondeu os barris, mas nada encontrou, pois estavam vazios. “Ali, a crítica era grande, e, em todos os engenhos, quando alguém procurava comprar cachaça, vinha logo a troça: „não vá pelo rio Vasabarrís”. E foi assim, que o rio do mel vermelho, até então chamado Irapiranga (devido a existência de muita caça em seus arredores), ficou cognominado Vasabarrís, como é conhecido”. (Aras, 2009, p. 18-19).



Município de Canudos, estado da Bahia.  
Fonte: IBGE (2010).

Euclides da Cunha descreve que, ao redor do arraial, encontravam-se serras e morros, sendo o mais notável o morro da Favela. Para o autor, naquele lugar “estavam os mesmos acidentes e o mesmo chão, embaixo, fundamente revolto, sob o indumento áspero dos pedregais e caatingas estonadas...” (ibid., 2020, p. 18). Além disso, é importante mencionar que a área onde Canudos<sup>79</sup> foi fundado era originalmente uma fazenda que pertencia “à gente da Casa da Torre, que as obtivera de sesmaria<sup>80</sup>”, (Calasans, 1987, s/p), e já contava com alguns moradores. Segundo Calasans (1987), o pequeno povoado desfrutava de uma localização estratégica, pois possuía estradas que o conectavam a várias vilas. Essas rotas incluíam caminhos para Cambaio, Calumbí ou Rosário, Massacará, Jeremoabo, e estendiam-se até os caminhos do rio São Francisco, “de Canudos, na direção do Oeste, partiam as estradas de Uauá e da Canabrava, através das quais se completavam as caminhadas dos sertões banhados pelo „rio da unidade nacional”” (ibid., s/p).

<sup>79</sup> Conforme Martins as dimensões territoriais é de 1.500m x 800m, ou seja, 1,2 km<sup>2</sup>.

<sup>80</sup> José Calasans (1987, s/p) afirma que “Segundo a tradição recolhida no meio de velhos moradores da área, as terras da fazenda pertenceram à gente da Casa da Torre, que as obtivera de sesmaria. Em 1856, possuíam quinhões de terras no lugar denominado Canudos, segundo o registro efetuado perante o vigário da freguesia de São João Batista de Jeremoabo, padre Joaquim Inácio de Vasconcelos, os senhores Lázaro Pereira Leal, Sebastião José Quadrado e Vitorino José de Santana”. Além disso, o autor complementa que antes da chegada de Conselheiro e os conselheristas, havia moradores.

Diferente da descrição feita pelo padre Vicente Ferreira dos Passos a Euclides da Cunha, que referia Canudos como uma “fazenda velha [...] com população suspeita e ociosa” (Cunha, 2020, p.), o povoado<sup>81</sup> era, na verdade, um ponto de passagem para viajantes oferecendo abrigo, tratamento para os animais, e abastecimento de água e alimentos. Conforme Calasans (1987) aponta, a economia local incluía atividades como o trabalho de ferreiros, a criação de bodes e a venda do couro para a vila vizinha Cumbe e Monte Santo. Além de algumas pequenas plantações as margens do Vaza-Barris e seus afluentes. Calasans conclui que o “lugarejo, era um local dos sertões baianos, como inúmeros outros, aliás, que representava condições favoráveis ao desenvolvimento de um ponto de reação ao poder constituído” (Calasans, 1987, s/p). Com a chegada de Antônio Conselheiro em 1893, o arraial passou por mudanças na dinâmica dos moradores da região. Embora os motivos exatos para a transformação de nome do povoado para Belo Monte não sejam claros, é notável que Antônio Conselheiro renomeou o local, refletindo sua influência crescente sobre a comunidade.

Para Euclides, na *urbs* monstruosa não havia distinção das ruas, os becos eram estreitos e mal separados, “o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos...” (Cunha, 2013, p.186). Essa imagem de desordem e desestruturação contrastava com a realidade descrita por Calasans (1987, s/p), que mencionava a presença de “uma pequena capela e umas duas ou três casas de melhores condições”. De acordo com Calasans, arraial tinha uma configuração um pouco mais organizada do que a visão caótica retratada por Euclides. No centro do povoado, localizavam-se as igrejas. A Igreja de Santo Antônio já existia na fazenda de Canudos antes da chegada de Conselheiro. Após sua chegada, Antônio começou a construção de uma nova igreja, dedicada a nome Bom Jesus, contudo, ela permaneceu inacabada. Além das igrejas, a área central do arraial incluía “casas vermelhas ou ainda do comércio.” Tais nomes teriam origem

de um „correr“ de casas de telha, no lado apostro as igrejas, pertencentes ao comerciante Antônio Vilanova, a João Abade, o „chefe do Povo“. Eram as mais confortáveis de toda a localidade,

---

<sup>81</sup> De acordo com José Aras, na fazenda Canudos havia escravos foragidos das usinas de Sergipe e Alagoas (Palmares). Refugiados, ficavam “aglomerados pelas margens do Irapiranga, dedicando-se as artes de ferreiros e carpinteiros, nas quais se tornaram hábeis. Quando moradores das vizinhanças precisavam de consertos de armas, iam a Canudos” (Aras, 2009, p. 18).

levantadas depois da chegada do Bom Jesus Conselheiro. „Do comércio“, por causa da loja de Vilanova (Calasans, 1987, s/p).

Um número grande de casebres foi levantado partindo da praça, cada casa/casebre ia surgindo à medida que mais pessoas iam chegando. Cada rua ou beco do povoado recebia o nome dos moradores ou das características associadas a ela. Calasans (1995, s/p) diz que Antônio Conselheiro conseguiu reunir “em torno de sua figura carismática, brancos, negros, mulatos e caboclos”, como também doentes mentais e incapacitados, ou seja, havia no arraial gente de todas as origens e regiões do Nordeste brasileiro. O autor mostra por meio de cartas de moradores da região que havia uma rua com o nome de „negro<sup>82</sup>“, outra apelidada de „caboclos“, como também ruas que tinham nomes como Campo das Abóboras, da Caridade, e a rua mais alinhada de todas, a do Monte Alegre, que se estendia até a estrada de Uauá (Calasans, 1987). Essas denominações refletem a diversidade e o caráter dinâmico do povoado, além de ilustrar a integração de diferentes grupos sociais e étnicos em torno da figura de Antônio Conselheiro.

O cemitério original, localizado ao fundo da Igreja de Santo Antônio, era um espaço simbólico<sup>83</sup> para a comunidade. Com o avanço da guerra, um novo cemitério foi estabelecido mais afastado das igrejas, refletindo as mudanças e as necessidades emergentes do povoado durante o conflito. Esses aspectos contribuem para a compreensão da vida cotidiana em Canudos e da forma como a comunidade lidava com a expansão e a crise. O crescimento desordenado do arraial e a diversidade de seus habitantes mostram como Canudos se configurou como um microcosmo do sertão nordestino (Imagem 3), reunindo pessoas de diferentes origens e condições sociais,

---

<sup>82</sup> De acordo com Calasans (1995), os indígenas eram da etnia Kiriri de Mirandela e Rodelas; os pretos libertos pela lei áurea, conhecidos por 13 de maio.

<sup>83</sup> J.J. dos Reis (1991, p.171) afirma que “uma das formas mais temida de morte era a morte sem sepultura certa. E o morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos”. Podemos concluir com isso que havia certa preocupação entre as pessoas e principalmente entre aqueles que seguiam a Igreja Católica, de serem enterrados em um local sagrado. Segundo o autor, por muito tempo esse local foi a igreja, pois eram “a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e de anjos, deviam também se abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos” (ibid. 171). Contudo, no século XIX a discussão sobre a falta de higienização desses espaços foi questionada. Cemitérios já existiam para aqueles que a igreja não considerava ser dignos de enterrados em seu solo sagrado, mas com a questão da higiene levantada, os cemitérios passam a ser fundamentais na hora do sepultamento. A igreja discordava dessa situação, mas a transformação dos cemitérios em monumentos fez com isso mudasse. Um cemitério monumento pode ser compreendido como um lugar que atrai olhares em razão de sua dramaticidade estética (Thompson, 2014). Com essa alteração o “espaço do cemitério tem por função atrair a visita das pessoas, além disso, é construído tanto para os vivos como para os mortos. [...] para os mortos, existe porque, quando os vivos visitam esse lugar, a alma do morto é lembrada e cuidada, e, além disso, toda a glória conquistada em vida é mantida para sempre no monumento” (ibid. p. 90).



família de destaque local e era proprietário de uma loja. A família Maciel havia se envolvido anteriormente em conflitos com a família Araújo, resultando em uma série de traições e mortes. No entanto, Vicente Mendes Maciel, pai de Antônio Vicente, se manteve afastado dessas disputas. Após a morte de Maria Joaquina, Vicente Mendes casou-se novamente, mas continuou a se preocupar com a educação de Antônio Vicente. Vicente Mendes Maciel dedicou-se a proporcionar a seu filho uma educação superior aquela geralmente oferecida aos meninos da época. Antônio Vicente recebeu aulas de latim com o professor Manuel Antônio Ferreira Nobre na Vila de Quixeramobim, destacando-se pelo seu desempenho intelectual e pelo interesse em adquirir conhecimentos que estavam além do padrão regional (Calasans, 1991).

Após a morte de seu pai em 1855, Antônio Vicente, então com 25 anos, assumiu a responsabilidade pelos negócios da família, anteriormente geridos pelo pai. Segundo Calasans (1991) Antônio Vicente havia sido caixeiro respeitado e bem-conceituado nas redondezas cearenses antes de herdar a loja. No entanto, ao tomar conta do comércio, percebeu que os negócios não iam bem, tendo que vender a casa em que o comércio estava localizado para saldar as dívidas acumuladas. No ano de 1857, Antônio Vicente casou-se com Brasilina Laurentina de Lima. Com a esposa, empreendeu diversas viagens pelo Ceará. Durante esse período, tentou abrir uma escola, tornou-se professor e se envolveu em várias atividades, incluindo a venda de mercadorias e a atuação como advogado para os menos favorecidos, já demonstrando traços de sua intelectualidade e vivências materiais. Mas, essas iniciativas não foram bem-sucedidas, e ele enfrentou dificuldades contínuas, incluindo desemprego. A relação com Brasilina, sua esposa, não estava nada bem, quando descobre que o trai com outro homem. Calasans (1991, s/p) mostra que “Antônio Vicente flagrou o adultério e, sem nenhuma reação, abandonou o lar. Não houve fuga da esposa com o amante e sim o abandono da mulher pelo marido traído”.

Por volta de 1870, começou a acompanhar padres que pregavam missões no interior do Ceará e da Bahia. Durante essa época, ele aprofundou seu conhecimento sobre as leis divinas, “praticava para se tornar um singular missionário, de indiscutível aceitação popular” (Calasans, 1991, s/p). Em 1873, Antônio Vicente já era conhecido como um beato, caracterizado por sua aparência distinta com uma batina e um chapéu de palha. Diziam que o homem tinha força inigualável, pedia dinheiro para os pobres e “anunciava que iria construir vinte e cinco igrejas. No seu resto de vida, tudo praticou para realizar o objetivo anunciado” (ibid. s/p). Antônio Vicente começou a ser

conhecido por diferentes nomes, como Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, e finalmente Antônio Conselheiro, o nome pelo qual se tornou mais famoso. Com sua crescente popularidade, ele e seus seguidores viajaram por várias regiões do sertão nordestino, especialmente no sertão baiano. No entanto, suas atividades intelectuais, religiosas e práticas, que incluíam conscientização sobre as condições de vida do povo, rezas, cantorias e ladainhas, não foram bem recebidas em todos os lugares. Calasans (1991) relata que, quando Antônio Conselheiro chegou à Vila de Itapicuru-BA, suas cantorias e práticas religiosas causaram descontentamento entre alguns habitantes locais.

A cantoria dos rezadores desagradou a população da Vila. Surgiram reclamações, que foram apresentadas ao delegado, quando ele voltou, num sábado, de sua propriedade, onde se encontrava no dia da chegada do grupo conselheirista. Boaventura Caldas, no intuito de fazer valer o poder de autoridade, entrou em entendimento com o Conselheiro, sem alcançar bom êxito. As orações prosseguiram, aumentando o número de participantes, sobretudo depois que o vigário da freguesia, o cônego Agripino da Silva Borges, da corrente política oposicionista, criticou do púlpito a atitude do delegado querendo silenciar os rezadores. (Calasans, 1991, s/p).

Apesar de não ter boa fama em muitos lugares que percorrera (Calasans, 1988), isso não os impediu de continuar fazendo aquilo que o Conselheiro falava, continuavam a rezar, seguir as leis divinas, construir igrejas, reconstruir muros, cemitérios e ajudar os desvalidos. Por onde passavam, chamavam atenção dos moradores, líderes políticos e religiosos, que se aproveitavam dos serviços oferecidos pelos trabalhadores e das reclamações para fazerem oposições políticas. O barão de Jeremoabo<sup>85</sup> diz que “a presença do Conselheiro transformou a vida sertaneja numa „perenal missão“” (ibid. s/p). Essa resistência, somada as tensões geradas por suas ações e práticas em diversas localidades, contribuiu para a construção de sua imagem e para a formação do movimento que mais tarde culminaria na Guerra de Canudos. A complexa relação de Antônio Conselheiro com as comunidades que visitava, marcada tanto por aceitação quanto por conflito, reflete a dificuldade que ele enfrentou ao tentar implementar suas visões religiosas, sociais e intelectuais em um contexto diversificado e frequentemente hostil.

---

<sup>85</sup> Cícero Dantas Martins ou barão de Jeremoabo, “foi um dos mais ativos e combativos homens públicos da Bahia” (Sampaio, 1999, p. 17). Dono de 59 fazendas na Bahia e 2 em Sergipe, sendo possível ser o maior proprietário rural da região. O barão em diversos momentos teve relações conflituosas com o povo e o líder de Canudos.

A despeito das contradições, em alguns locais, principalmente de divergências entre os representantes da Igreja e do Estado, tinha certo apoio dos padres, delegados e políticos (Calasans, 1988). Em meio aos acontecimentos, no ano de 1876, foi solicitado que o Conselheiro fosse preso. Antônio Conselheiro foi preso sem resistência alguma, em junho do mesmo ano, na vila de Itapicuru. A princípio, o fato ocorreu devido às suas pregações e enfrentamentos – sem violência – por onde passava. Como já citado, suas ações não agradavam os padres e os políticos/delegados das regiões, mas a acusação tomou outra forma quando, em julho ainda de 1876, ele foi acusado de matar Brasilina, sua esposa. A acusação foi provada como falsa, todavia, foi criada uma imagem “arrepiaadora” do beato (ibid. s/p). Voltando a manifestar o seu pensamento e práticas, manteve-se a tradição de construir ou reconstruir igrejas e cemitérios, ajudando todos aqueles que necessitavam (Calasans, 1993). Em 1877, o sertão vivia uma forte seca, mas o beato continuava com seu objetivo, “aumentando extraordinariamente a popularidade” (Calasans, 1973, s/p). Ao longo da década de 1880, Conselheiro e seus seguidores passaram por diversas comunidades construindo e reformando cemitérios e igrejas, como os cemitérios de Itapicuru e Entre Rios, a igreja da fazenda Mocambo, a igreja do Cumbe, hoje Euclides da Cunha, igreja do Chorrochó, sendo “a mais imponente das capelas até então levantadas” (ibid., s/p).

Ademais, em meados de 1893, em uma região conhecida como “deserto dos Canudos” (Calasans, 1987, s/p), estabeleceu-se, “acompanhado de milhares de seguidores, o „messias brasileiro mais conhecido e estudado“, Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro de alcunha, também cognominado Bom Jesus Conselheiro e Santo Conselheiro”. Como consequência do crescimento do arraial, por volta de 1895, foram enviados em missão os capuchinhos da Piedade: Frei João Evangelista de Monte Marciano<sup>86</sup>, Frei Caetano de S. Leo e o Padre Vicente Sabino dos Santos, que mantinha relações amigáveis com Conselheiro, tendo até uma casa na comunidade. A visita não foi pacificadora, como era o objetivo inicial. Depois de poucos dias no arraial, “a trindade missioneira teve de abandonar o povoado, agravando assim o relacionamento dos canudenses com o poder público” (Calasans, 1996, s/p). Depois da visita conflituosa, Frei João Evangelista escreveu um relatório que, para Calasans, seria a primeira notícia geral do povo do Belo Monte/Canudos, detalhando aspectos da vida cotidiana,

---

<sup>86</sup> No tópico 1.1 do primeiro capítulo foi feita uma análise pormenorizado da campanha do Frei Monte Marciano.

pormenores dos seus costumes, novas de alguns cabecilhas da grei, o péssimo estado sanitário do povoado, as atitudes agressivas de exaltados seguidores do líder Antônio Conselheiro. Julgando haver encontrado um agrupamento rebelado, desrespeitador da lei, cerceador das liberdades públicas, indicava para resolver aquele flagrante atentado às necessárias providências do poder civil para o restabelecimento da lei e do culto católico. Em resumo, pedia a intervenção do governo estadual (Calasans, 1996, s/p).

Além da descrição das casas, dos moradores e de toda a comunidade, o frei descreve ter observado, “em cerca de duas horas, a passagem de oito enterros, o que lhe disseram depois ser fato comum na localidade” (Calasans, 1987, s/p). Esse fenômeno provavelmente ocorria em decorrência das más condições de vida e saúde na região. O frei também menciona que a maior parte das pessoas que viu era de fora, ou seja, vinham de diferentes localidades para se juntar ao arraial de Conselheiro. Outra informação de Frei João Evangelista é que havia homens armados dia e noite, que “montam guarda a Antônio Conselheiro; parecem idolatrá-lo e cada vez que ele transpõe o limiar da casa em que mora é logo recebido com ruidosas aclamações e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo” (Marciano, 1895, p. 5). Por fim, o frei diz que

Naquella infeliz localidade, portanto, não tem império a lei, e as liberdades publicas estão grosseiramente coarctadas. O desaggravo da religião, o bem social e a dignidade do poder civil podem uma providencia que restabeleça no povoado dos Canudos o prestígio da lei, as garantias do culto catholico e os nossos fóros de povo civilisado. Aquella situação deplorável de fanatismo e de anarchia deve cessar para que a horna do povo brasileiro para o qual é triste e humilhante que, ainda na mais inculta nesga da terra pátria, o sentimento religioso desça a taes aberrações e o partidarismo politico desvaire em tão estulta e baixa reação (Marciano, 1895, p. 8).

Nesse sentido, percebe-se que o representante da Igreja em Canudos tinha uma visão muito clara e objetiva do que deveria ser feito no arraial. Para ele, era necessária à intervenção do poder público para resolver o problema que o estado baiano se encontrava. A partir do relatório, o Estado começou a tratar a e a se preocupar com Canudos de outra forma, iniciando intervenções policiais com base na violência. Nesse contexto, Calasans (1993, s/p) reitera que houve resistência contra governantes de alguns municípios. A reação teria começado em Masseté, quando começaram a cobrar impostos que haviam sido “estabelecidos pela lei da organização municipal, em algumas

localidades do nordeste baiano”. Outro local onde ocorreram movimentações contra a cobrança de impostos foi em Natuba, município que Euclides da Cunha chamou de Bom Conselho. Calasans (1993, s/p), diz que Euclides escreveu o nome de forma equivocada e que o erro persiste. Em Amparo e Bom Jesus, os conselheiristas teriam praticado “atos de desobediência”. Sobre isso, Calasans ainda observa que, no caso de Natuba:

ao ser envolvida pela agressividade dos jagunços em dezembro de 1895, quando Antônio Vicente e seus adeptos lá estiveram, em clima de guerra, arrebatando as tabuletas de impostos, mudando o lugar da feira, ameaçando autoridades, desafiando os “miseráveis republicanos” (Calasans, 1994).

Em razão de tais movimentações, o Barão de Jeremoabo teria seguido para o território com força policial para pôr fim ao que estava acontecendo. De acordo com Calasans (1993, s/p), os seguidores de Conselheiro “bateram a tropa policial, que correu desabaladamente, com mortes de ambos os lados”. Em vista disso, o governador do estado, Dr. Rodrigues Lima, alarmado com a situação, solicitou ajuda e intervenção do poder policial federal. Não demorou para que o pedido fosse atendido, o exército brasileiro foi convocado para enfrentar aos conselheiristas e a Antônio Conselheiro. Vale ressaltar que os atos citados não fazem parte dos conflitos descritos no enredo de Euclides da Cunha em *Os Sertões*. O autor discorre de forma pormenorizada sobre os quatro, quase cinco conflitos que tem como início um boato sobre Conselheiro e sua gente.

O primeiro conflito, em 1896, sucedeu após o breve enfrentamento policial junto ao Barão de Jeremoabo e foi desencadeado por um boato que circulava pela região sobre Antônio Conselheiro. Ao construir a nova igreja, Conselheiro encomendou madeiras na cidade vizinha, Juazeiro-BA. O boato que se espalhava era de que o líder iria pessoalmente à cidade buscar o material<sup>87</sup> e, “como sucede com quase todos os boatos, este se foi avolumando de momento a momento, de modo que, dentro em pouco, a notícia se tinha transformado numa ameaça tremenda” (Milton, 2003, p. 36). Segundo Aristides Milton (p. 37), havia, por ordem de Conselheiro, a intenção de invadir a cidade, saquear todo comércio e “em seguida, tiraria uma vingança cabal do juiz de

---

<sup>87</sup> Ataliba Nogueira (1978) diz que existe outra versão dos fatos, pois na verdade ao saber que sua encomenda demoraria a chegar, por falta de quem a levasse até o arraial, Antônio Conselheiro mandou avisar que juntaria alguns homens e mandaria buscalas.

direito da comarca de quem não gostava, por fatos acontecidos em Bom Conselho, onde esse magistrado havia anteriormente servido”. O autor afirma que havia pessoas que não acreditavam na possibilidade de algum conflito, mas as tentativas de acalmar os ânimos não surtiram efeito.

Foi enviado um telegrama ao governador Luís Viana solicitando reforços para a cidade, mas o pedido foi negado. Contudo, pouco depois, outro telegrama informava que mil homens estavam a caminho de Juazeiro, saindo de Canudos, o que levou o governador a atender ao pedido e enviar a força policial para o local. O embate ocorreu em Uauá, próximo a Canudos, “tinham certeza de que a gente de Canudos vinha chegando aquele povoado, pois o Conselheiro, quando comunicou que iria buscar a madeira, marcou a data da partida” (Nogueira, 1978, p. 17). Além disso, o autor menciona que o povo que vinha de Belo Monte, “vinham em procissão, rezando o rosário e cantando hinos religiosos” (ibid.). Euclides da Cunha afirma que, quando começou a luta, muitas pessoas ficaram feridas ou mortas. Foi possível verificar os atingidos, mas entre os seguidores de Antônio Conselheiro houve um número maior: “baquearam em grande número; e tornou-se lhes a luta desigual a despeito da vantagem numérica”.

Batidos pelas armas de repetição, opunham um disparo de clavinote a cem tiros de comblain. Enquanto o soldado os alvejava em descargas nutridas, os jagunços revolviam os aiós, tirando sucessivamente a pólvora, a bucha e as balas no demorado processo da carga de seu armamento grosseiro; enfiando depois pelo cano largo do trabuco a vareta; cevando-o devagar; socando lá dentro aqueles ingredientes como se enchessem uma mina; escorvando-o depois; aperrando-o afinal, e ao cabo disparando-o; realizando o heroísmo de uma imobilidade de dois minutos na estonteadora ebbriez do tiroteio... (Cunha, 2013, p. 236).

A primeira expedição funcionou como um estopim, pois, no entendimento dos líderes políticos, aquilo teria sido a prova necessária para pôr fim ao arraial e sua gente, demonstrando a força e o poder do governo, “como quer que fosse, o governo carecia restabelecer a sua força moral, incontestavelmente abalada” (Milton, 2003, p. 47). Em decorrência disso, a segunda expedição começou a ser organizada e “deveria ser mais respeitável pelo número de soldados, que a compusesse, tanto quanto mais bem aparelhada para o campo de ação, em que teria de agir” (ibid.). Ou seja, era preciso mobilizar todo o poder militar-bélico para, enfim, acabar com o arraial de Canudos

(Imagem 4). A segunda expedição ocorreu logo no início de 1897, sendo comandada por major Febrônio de Brito.

Conforme aponta Milton (2003), havia 600 homens no batalhão que seguiria até Canudos. O major Febrônio acreditava que, ao ver a quantidade de homens e o armamento em mãos, os canudenses se renderiam ou fugiram da ameaça. No entanto, mesmo portando armamento pesado e contando com um grande número de militares, os habitantes de Canudos permaneceram para defendê-lo. Mesmo sendo uma luta desigual e por sofrerem muitas perdas, os moradores resistiram, deixando o exército com numerosas baixas. Novamente, o exército não conseguiu invadir o arraial, demonstrando mais um insucesso da campanha. Milton mostra que o evento motivou os canudenses a permanecer e a manter a coragem, enquanto do “outro lado à dúvida e o susto invadiram todos os espíritos que, profundamente sobressaltados, explodiram num grito solene e alteroso de alerta pela pátria e pela república” (Milton, 2003, p. 57). Com os ânimos aflorados pela frustração que foi a segunda campanha, o governo republicano enfrentou pressão da sociedade, sendo imperativo acabar com o povo daquela comunidade.

Dessa forma, a terceira expedição foi comandada pelo coronel Antônio Moreira César, conhecido como “corta-cabeças”. Moreira César era visto pelos governantes da República como a esperança para resolver a situação, uma vez que o coronel afirmava que em seu comando, a derrota do povo de Canudos estava garantida. O embate, não foi fácil, resultando em mortos e feridos de ambos os lados. Mais uma vez, a investida não obteve sucesso. O coronel, devido a uma doença<sup>88</sup>, acabou morrendo, o que levou os soldados recuar das proximidades da comunidade. Contudo, caíram em uma armadilha preparada pelos canudenses, ficando cada vez mais em uma situação crítica. A derrota inesperada deixou todos surpreendidos, esperava-se que o coronel finalmente acabasse com o povo daquele lugar. O cenário não era favorável no estado baiano, que, por sua vez, enfrentava crescente pressão para buscar uma solução rápida. De acordo com Milton, a situação não era boa,

todos os esforços e sacrifícios de sangue e de dinheiro tinham se inutilizado de encontro a obcecação e a valentia de um pugilo de sertanejos fanáticos. O país inteiro vibrava de indignação e de pasmo diante desta verdade contrastadora. Cumpria, pois, ao Governo agir sem demora para desafrontar a lei e a sociedade agravadas. E o

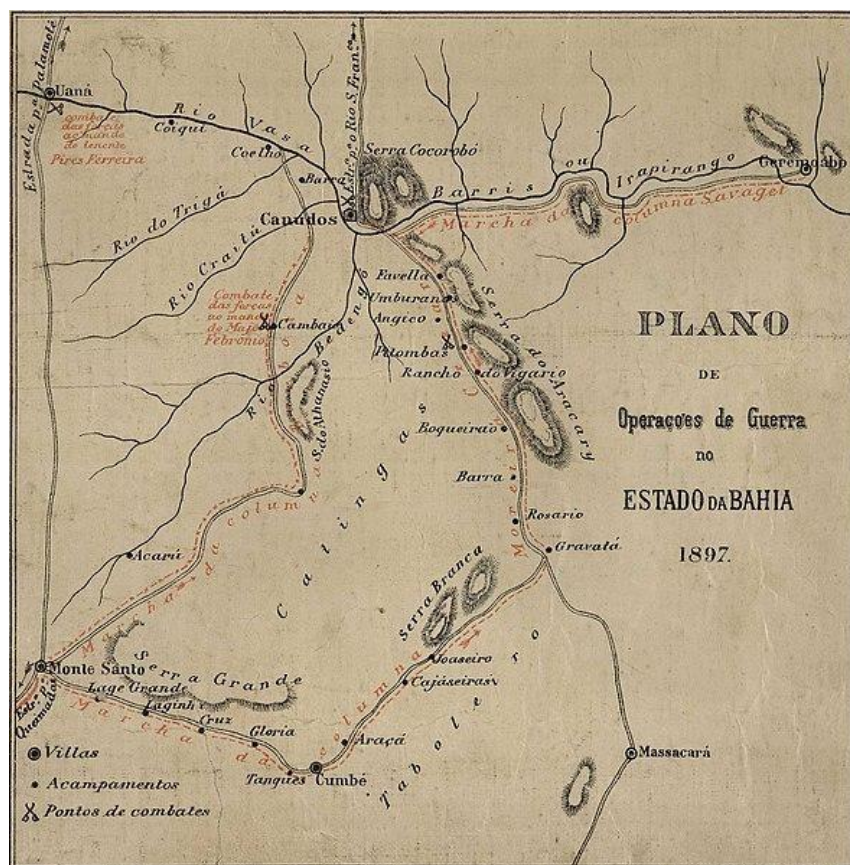
---

<sup>88</sup> Existem diferentes versões sobre a morte do coronel Moreira César, um que ele teria morrido a partir de uma doença, e outra versão, seria devido a um tiro que teria levado na cintura.

Governo assim fez, para honra sua e glória da pátria brasileira (Milton, 2003, p. 93).

A quarta expedição fora organizada para ser a mais poderosa de todas, com a união de diferentes batalhões do exército para a nova empreitada. Conseguiram chegar às proximidades de Canudos (Imagem 4) e iniciaram mais um embate, “a artilharia começou a bombardear a cidadela de Canudos. Os estragos foram notáveis e recíprocos, porque os jagunços respondiam com energia e insistência ao fogo dos canhões, que estrondeavam” (ibid., p. 103). Alguns dos batalhões que haviam se juntado à luta foram derrotados, e, mesmo sendo bombardeados e sofrendo muitas baixas, Canudos se manteve firme. Entre os soldados, havia muitos problemas acontecendo: os canudenses, conhecedores das estradas, estavam impedindo a chegada de mantimentos para os batalhões, além de os soldados estarem cansados do enfrentamento. Diante desses acontecimentos, a guerra continuou e “do alto da Favela se observava esse duelo de morte, em que desgraçadamente se batiam brasileiros contra brasileiros. Todos os corações palpitavam de anseio e de dor” (Milton, 2003, p. 109).

Imagem 4:



Assim, para pôr fim ao embate, os comandantes dos batalhões se colocaram entre os soldados, no meio do fogo cruzado, pois era crucial que a expedição terminasse e o arraial fosse derrotado. Os soldados entenderam o gesto como um ato de coragem, o que reanimou a todos a alcançar o objetivo. Em uma “carga arrojada, geral, e febril, a entusiasmada mole dos defensores da lei se precipitou sobre os seus adversários, que foram pouco a pouco recuando” (ibid., p. 109). Foi somente em outubro de 1897 que a comunidade foi completamente derrotada. Canudos foi completamente destruído. Alguns dos seguidores de Antônio Conselheiro conseguiram fugir, enquanto outros caíram nas mãos dos soldados, que atearam fogo nas casas e prenderam homens, mulheres e crianças como forma de demonstrar a vitória. Segundo Milton, era possível ver crianças e mulheres, “aterradas e soluçantes, ajoelhavam-se, implorando em vão misericórdia e piedade. E os homens, alucinados, prorrompiam nas maiores e mais selvagens imprecações, esquecidos de si mesmos, da humanidade inteira, de Deus talvez” (ibid. p. 130). Aqueles que não foram mortos ou estavam feridos foram levados para a Salvador para trabalharem de forma precária ou deixados à margem da sociedade.

Sobre Antônio Conselheiro, sabe-se que ele morreu cerca de quinze dias antes do fim da guerra, em decorrência da doença chamada *disenteria*, ou como chamavam na época, *caminheira*. O corpo do líder foi enterrado no local que seria o santuário, onde passava a maior parte do seu tempo, junto à chave que seria do arraial e uma cruz, colocada por seus seguidores. Conselheiristas que sobreviveram e se entregaram ao exército ajudaram na identificação do corpo quando foi desenterrado pelos soldados, o líder de Canudos teve sua cabeça decapitada e o cérebro retirado, pois havia a suposição de que a resposta para tudo o que aconteceu estaria ali, depois disso foi enterrado novamente. O cérebro de Conselheiro foi levado a Faculdade de Medicina da Bahia, onde foi estudado pelo médico Nina-Rodrigues<sup>89</sup>, mas nada foi encontrado<sup>90</sup>. Do pouco que restou da época em que esteve vivo, é possível encontrar dois manuscritos. O primeiro manuscrito teria sido escrito em meados de 1895 e tem como título

---

<sup>89</sup> Raimundo Nina Rodrigues nasceu em 1862 em Vargem Grande, MA. Médico e antropólogo foi precursor da antropologia criminal brasileira e nos estudos sobre a cultura negra no país. Suas pesquisas abordavam as origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas na vida de cada pessoa.

<sup>90</sup> Anos mais tarde a Faculdade de Medicina pegou fogo e junto com ela, o cérebro e a cabeça de Antônio Conselheiro, foi destruída.

*Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*. E o segundo, escrito em 1897, *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação*. Ambos os manuscritos foram encontrados por oficiais do exército<sup>91</sup>. Nesta pesquisa, a segunda obra será analisada no terceiro capítulo com o objetivo de compreender os aspectos políticos, religiosos e intelectuais que compõem a atuação do beato de Belo Monte.

### **2.3 A vida em Belo Monte/Canudos: a estrutura social do arraial sertanejo**

Compreendemos até aqui as relações que o novo bloco histórico se inseriu diante das transformações políticas e econômicas do Brasil; a formação do sertão onde Belo Monte foi construído, as características do arraial e os desdobramentos da guerra. Neste momento cabe entender quem são as pessoas que seguiam o beato, bem como os aspectos da vida em Belo Monte, ou seja, como era o cotidiano e as vivências na comunidade. Trazer essas questões para o debate nos ajuda a analisar o movimento a partir de diferentes pontos de vistas, porque toda a construção de Belo Monte não aconteceu de forma aleatória ou desorganizada. Ali havia um povo organizado que constituiu suas próprias leis, política, economia e estrutura social, e, sobretudo, havia um líder, um organizador da cultura e um intelectual orgânico (Gramsci, 1982): Antônio Vicente Mendes Maciel. Através dessa análise será possível observar que Belo Monte/Canudos era constituído por um bloco histórico próprio e diferente daquele que imperava em outras regiões brasileiras. Nesse contexto, Nertan Macedo, em seu livro *Memorial de Vilanova* (1983), entrevistou um dos conselheiristas mais famosos, Honório Francisco de Assunção ou como ficou conhecido, Honório Vilanova<sup>92</sup>. O comerciante afirmou a Macedo que Canudos era como qualquer outro lugar, “com sua

---

<sup>91</sup> O primeiro escrito após ser encontrado por Eugênio Carolino Sayão Carvalho e ofertado para o jornalista Aloísio de Carvalho, com quem teria ficado até 1972, quando o deu de presente a José Calasans. Atualmente, o manuscrito se encontra na Universidade Federal da Bahia, o Núcleo Euclidiano do Centro de Estudos Baianos.

O segundo escrito foi encontrado por João de Sousa Pondé, que entregou ao escritor Afrânio Peixoto. O autor teria doado a Euclides da Cunha um pouco antes de morrer. Depois disso, foi encontrado em um sebo e comprado por Aristeu Seixas. Em 1974 foi publicado por Ataliba Nogueira no livro “Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica”.

<sup>92</sup> Honório e seu irmão Antônio Vilanova foram comerciantes moradores de Belo Monte/Canudos. As bibliografias sobre o tema descrevem as atividades dos irmãos como sendo fundamental para o desenvolvimento do arraial e até mesmo da guerra, já que forneciam pólvora para os conselheiristas engajados com a luta. É descrito também que os dois tinham as melhores casas na comunidade e que teriam enriquecido com o dinheiro e outros bens que fizeram em Belo Monte/Canudos.

comunidade e organização próprias, onde coabitavam a fé em Deus e os mistérios simples e humanos” (Macedo, 1983, p. 31).

Antes de falarmos propriamente de Belo Monte/Canudos, cremos ser necessário falar também da vida antes da se instalarem no arraial, pois percebemos que esse momento faz parte da construção de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Como foi discutido anteriormente, Conselheiro, a princípio sozinho, passou por diferentes comunidades construindo e reformando muros, igrejas e cemitérios. De acordo com José Aras<sup>93</sup>, ao chegar ao arraial de Vila Rica do Bom Jesus em 1877/1878, o beato teria contribuído para “o crescimento do lugarejo, atraindo muita gente, que ali permaneceu, como tantos outros que surgiram, por força de suas pregações, reunindo o povo que se fixava naqueles vilarejos por ele escolhidos” (Aras, 2009, p. 22). Antônio Conselheiro, por meio de sua intelectualidade e ações, conseguiu reunir muitas pessoas dispostas a escutá-lo e ajudá-lo. Aras afirma que com essa movimentação, em pouco tempo conseguiu erguer muitas obras “no município de Inhambupe, Timbó, Esplanada, fazendo sua sede em Vila Rica, onde pediu permissão, para construir a igreja” (ibid, p. 22). Além desses lugares citados, o autor mostra que o líder enviava cartas para aqueles que tinham mais condições ou bens materiais, pedindo ajuda, seja de dinheiro ou alimento, para o seu povo e em todas às vezes teria sido atendido (ibid, 2009). Os sertanejos que viviam abandonados, passando fome e sem recursos viram em Antônio Conselheiro “a esperança de uma vida em comunidade: desprotegidos, como sempre foram, estariam de agora em diante, livres dos potentados e exploradores, aproveitadores de sua condição humilde” (p. 23).

As notícias de suas obras e pregações logo se espalharam, e Antônio Conselheiro se tornou conhecido por todo o sertão. Segundo Aras, chegavam convites de toda a região solicitando a construção de igrejas, capelas, cemitérios, essas “construções eram feitas, por sua determinação, de quatro em quatro léguas. Isso para facilitar os sepultamentos daqueles que moravam distantes dos lugares onde eles existiam” (Aras, 2009, p. 24). Pessoas de todas as idades, sexos e cores o seguiam para onde quer que fosse; não faltava alimento, porque, por onde passavam, as pessoas os ajudavam. Além disso, “sempre com vestes compostas e asseadas, era impressionante, naquela época,

---

<sup>93</sup> José Soares Ferreira Aras nasceu em 1893 na Freguesia de Nossa Senhora do Cumbe, atual Euclides da Cunha. Foi um poeta, jornalista e escritor. Escreveu o livro “Sangue de irmãos: Canudos por dentro” utilizando-se dos depoimentos de sobreviventes, de sua família e de lembranças de quando era criança. Segundo o autor, era possível ouvir “os estrondos da artilharia, por mais de vinte léguas. Eu, criança de quatro anos, há dozes léguas, contava todos os tiros, riscando no mourão da cerca” (Aras, 2009, p. 178).

como se vestiam e cuidavam de sua higiene pessoal, sendo as roupas bem lavadas, apesar de velhas ou remendadas” (ibid, p. 44). Também aconteciam festas nas comunidades em que passaram, como forma de agradecimento pelos trabalhos realizados com empenho. Em cada lugar por onde passaram, executaram seus trabalhos de acordo com os preceitos religiosos, políticos e intelectuais de Conselheiro. Ao longo dos anos, o líder foi constituindo suas próprias regras e modo de viver, dividindo o tempo entre os trabalhos nas construções e os momentos de rezas, cantos e conselhos.

Todo esse contexto das andanças de Antônio Conselheiro e seus seguidores pelo sertão ocorreram até os anos de 1893. A partir desse ano, já estavam instalados na fazenda Canudos, que foi transformada no arraial de Belo Monte. Em Canudos, já existiam algumas casinhas, mas, devido à grande quantidade de pessoas acompanhando o beato, foi necessário construir mais. Realizavam mutirões para as construções, pensando na organização dos habitantes para “garantir-lhes a sobrevivência, cuidando da terra e dividindo o seu produto, de modo que todos fossem iguais e tivessem os seus direitos garantidos” (Aras, 2009, p. 59). Cada família tinha sua casa, aqueles que não tinham uma, dividiam moradia com parentes ou quem fosse escolhido para a divisão. Quase todas as casas foram construídas de forma simples, exceto a casa dos irmãos Vilanova, que possuíam melhores condições. Assim, as casas eram feitas de

„taipa“, cobertas de uma camada grossa de barro sobre galhos de icó, tinham, quase todas, apenas uma porta. Sem janelas, sem caimento, poucas com reboco. Eram compostas, quase todas, apenas de dois vãos: uma sala e um quarto exíguos, onde estava tudo de que dispunham: pequenas camas de varas, redes e esteiras de palha de ouricurizeiro; bancos toscos (um maior e dois ou três pequenos); uma banquetta, que servia de mesa. Pendurados, o bogó para carregar a água, os caçúas, os aiós, os cestos de cipó, etc. os utensílios eram panelas, aribés, potes, pinicos e pratos de barro; nas paredes-cruzes, rosários e estandartes do Divino, às vezes, que guardavam as portas. Viam-se, também facões jacaré, facas parnaíba, bestas e espingardas (Aras, 2009, p. 79-80).

Euclides da Cunha em sua obra utiliza dados feitos por militares com a contagem de casas no arraial. O autor diz que havia em Canudos mais de cinco mil casebres e todos construídos da mesma maneira. Não é possível confirmarmos a quantidade de casas e pessoas em Belo Monte/Canudos, já que não houve antes do conflito um censo demográfico. Não obstante, em grande parte da bibliografia o número de casas e pessoas são os mesmos, havendo pouca variação. Sobre essa questão, José

Aras aponta que existia um crescente êxodo de pessoas vindas de outros lugares do Brasil. Vendiam seus bens e partiam para a comunidade e quando lá chegavam, Conselheiro era o primeiro a ficar sabendo, pois ordenava um dos seus seguidores de confiança, João Abade, “para arranchá-la no barracamento geral, até que fosse construída a nova morada. Essa, não demoraria mais do que algumas horas para estar pronta” (Aras, 2009, p. 84). Após esse momento, os novos moradores se encontravam com um grupo de beatas fazendo orações para em seguida conhecer o beato. Além disso, todos ali tinham os seus afazeres, “os Vilanovas eram os encarregados de dispensar alguma coisa para o sustento, até se acostumarem” (ibid. 84).

Juntamente com as construções das moradias, a igreja também estava sendo erguida. Embora já existisse uma igreja no local, iniciou-se a construção de uma nova, maior, para acomodar mais pessoas. Aras descreve que era possível ouvir o som das marretas nas pedras e que blocos de mármore eram trazidos da Serra do Cambaio. Materiais eram coletados de diversas regiões para a construção da nova igreja, e os trabalhadores dedicavam-se à obra com grande empenho. O autor relata que “nos acabamentos dos altares, marceneiros e pintores, com o maior cuidado, levaram a obra ao ponto de ser terminada toda, a um só tempo. Já, os carpinteiros encerravam as cruzetas das linhas do teto” (Aras, 2009, p. 82). O trabalho realizado por eles era visto como um esforço para agradar o líder do Belo Monte. Contudo, é importante ressaltar que, apesar do árduo esforço dos conselheiristas, a igreja nova nunca foi concluída, sendo destruída durante a quarta expedição. A construção dessa igreja foi o fator que desencadeou as primeiras expedições, pois se espalhou o boato de que os “jagunços” de Conselheiro iriam até Juazeiro para tomar à força as madeiras que haviam sido compradas, mas ainda não enviadas. O que começou como um boato acabou ganhando proporções que resultaram na guerra fratricida.

Em relação à constituição das leis e normas do arraial, percebe-se que Conselheiro se baseava principalmente nas leis de divinas. Fazia suas pregações e rezas, mas os batizados, casamentos e confissões eram realizados apenas pelo padre Vicente Sabino dos Santos, que morava na região vizinha e possuía uma casa na comunidade. Antônio Conselheiro consciente de seu papel, não negava que havia certas atividades religiosas que somente os padres ou bispos, devido à sua formação na Igreja Católica, poderiam realizar. Quando frei João Evangelista de Monte Marciano chegou a Canudos, todas as atividades religiosas passaram a ser conduzidas por ele ou pelos padres que o acompanhavam. Na comunidade, havia horários específicos para cada atividade. O povo

se levantava cedo para assistir à missa, confessar, batizar e celebrar os casamentos dos “amancebados. Às quinze horas, o sino da igreja chamava as crianças para o catecismo” (Aras, 2009, p. 70). Após a refeição, “as dezoito e trinta, os sinos badalaram, chamando os sertanejos para a „Reza“” (ibid., p. 71). As penitências eram realizadas de diferentes formas, como o “„arranha-costas“, quando se utilizava um ralo, para passar nas costas, até tirar sangue; jejum, com abstenção total da carne, só sendo permitida uma única alimentação diária” (ibid. p. 84).

José Aras relata que “Conselheiro, também, dava ordens justas” (2009, p. 87), impondo a proibição de bebidas alcoólicas e a inexistência de prostituição. Aqueles que cometiam crimes eram julgados e, posteriormente, levados para à justiça fora do arraial para responder pelos seus atos. Um exemplo disso é a história narrada por Aras, sobre um homem, seguidor do beato, que matou e roubou um viajante que passava pela região. Depois de ser preso e confessar o crime, “o beato mandou-o entregar a polícia de Monte Santo, devolvendo a mula com os arreios para a família do morto. Outros casos semelhantes se registraram, sempre punidos pela Justiça” (ibid., p. 87). O roubo era incomum, porque “tudo existia em abundância, gado, roçado, provisões não faltavam” (Macedo, 1983, p. 70). Antônio Conselheiro dedicava-se a ensinar a doutrina cristã e dar conselhos, e contava com um pequeno grupo de homens que o ajudava a organizar a comunidade, garantindo ordem e respeito (Aras, 2009). Segundo Honório Vilanova, “quase nunca aparecia o Peregrino<sup>94</sup>. Vivia dentro de casa, meditando ou rezando. Os homens, repito, não era tanto de frequentar os ofícios. As mulheres, sim, iam quase todas ao santuário ou a latada, onde rezavam e ouviam a pregação” (Macedo, 1983, p. 39).

A moeda que circulava em Belo Monte era de cobre e ainda do Império; o dinheiro da República não entrava na comunidade, sendo trocado fora para obter algum lucro. Sobre isso, Honório Vilanova afirma que Antônio Conselheiro não aceitava ou pegava em dinheiro da República, nem o de Dom Pedro II, pois não tinha envolvimento com qualquer tipo ou valor monetário. O conselheirista relata que ele “não dormia com um tostão de um dia para o outro. Se recebia esmolas, logo as passava a quem se achasse junto dele. Ou mandava comprar panos para vestir os necessitados” (Macedo, 1983, p. 40). Honório ainda conta que, em certa ocasião, Conselheiro mandou queimar o dinheiro, mas ele não o fez. O comércio dos irmãos Vilanova funcionava todos os

---

<sup>94</sup> Em toda a entrevista, o conselheirista se refere a Antônio Conselheiro como o peregrino.

dias, e os produtos vendidos faziam parte da alimentação e da vida da população. O sobrevivente da guerra relembra como era a vida no Belo Monte:

Eu e compadre Antônio tínhamos a nossa loja, mesmo defronte ao santuário. Era um formigueiro de gente, zelosa e ordeira nos seus bons costumes, onde não havia uma só mulher prostituta. Do balcão eu via em derredor a quietude e a paz em que findavam os dias. Reinava o Peregrino. A sua palavra era ouro de lei. A sua mão, suave. O bastão era apenas para apoiar o corpo moído de tantos sacrifícios e rezas. Isto. Mais nada (Macedo, 1983, p. 67).

Através de seu conhecimento e parceria com o pequeno grupo de homens que o auxiliava na organização de Belo Monte, foi realizada a divisão do trabalho na comunidade, de acordo com as habilidades identificadas em casa indivíduo. Havia plantações; criação de gado; artesanato no curtume de peles; abate de animais, etc. Até mesmo as crianças tinham o seu papel dentro da organização, ficando a cargo do pastoreio dos animais, da pesca e da caça de pequenas aves. As mulheres cuidavam de casa, dos filhos, das rezas e quando necessário, buscavam alimentos nas regiões vizinhas. Tudo o que era produzido era comercializado nas feiras das vilas vizinhas. Na entrevista concedida a Macedo, Honório Vilanova fala que Belo Monte era grande e que cada um poderia fazer o que quisesse desde que seguissem as leis do peregrino. Ainda narra que “quem tinha roça tratava da roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de rezar ia rezar” (Macedo, 1983, p. 67). Em Belo Monte todos trabalhavam, colaboravam e partilhavam tudo o que era produzido, “de tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino” (ibid., p. 67).

José Aras, a partir dessas ideias, observa que, com esses aspectos, “faz-se supor que os canudenses tivessem melhor condição de vida do que seus vizinhos, jamais furtando ou pedindo esmolas, como se apregoa aos quatro cantos” (Aras, 2009, p. 61). A respeito disso, entendemos que o arraial viveu momentos em que a fome e a miséria não foram constantes, mas com o início do conflito e o cerco do exército, o que haviam superado voltou a ser uma preocupação. Abelardo Montenegro afirma que, em Belo Monte, todos tinham o que comer, porque “havia carne para o açougue, os paióis continham provisões, as roças estavam plantadas” (Montenegro apud Nogueira, 1978, p. 200). As plantações ficavam perto dos riachos do Vaza-Barris e eram diversas. Aras (2009) afirma que plantavam cebola, batata, alho, mandioca e milho. Tiravam seu

sustento da terra, alimentando-se também de plantas da caatinga, feijão de corda e outros cereais, “nada faltando. A pé, ou montados, espalhavam-se pelos arrabaldes, a procura de gêneros alimentícios” (Aras, 2009, p. 80).

Os relatos sobre a alimentação dos moradores de Belo Monte destacam a presença constante da farinha, que acompanhava todas as refeições, o milho com o leite, o umbu, o mel, o jerimum, o feijão e a fava (Rodrigues; Lima, 2021). A alimentação também estava ligada às práticas religiosas dos sertanejos, uma vez que o jejum era praticado como forma de penitência pelos pecados, além de ser um meio de estreitar a comunhão com o divino. Para Rodrigues e Lima, o modo como Antônio Conselheiro e seus seguidores se relacionam com o alimento revela características de uma identidade baseada na crença de que, através do alimento ou da privação dele, ocorreria à superação do “mundo da matéria contaminado pelo pecado” (2021, p. 210). Assim, o lugar descrito por frei João Evangelista como um rio de leite e os barrancos de cuscuz de milho ilustram os hábitos alimentares do arraial diante das adversidades e crenças.

Ademais, abordando um pouco mais as relações comerciais no arraial, verifica-se que havia em grande quantidade o comércio de peles de ovinos e caprinos. Manoel Benício afirma que “o maior comércio era o de couro, especialmente de bode e carneiro, que abundam como peste pelas caatingas” (Benício, 1899, p. 166). As cabras eram essenciais para a vida econômica da região, e, por serem animais resistentes às variações climáticas do sertão, essa característica foi explorada para gerar mais renda. O couro tratado era transportado em jumentos para Juazeiro, onde era comercializado. Um dos compradores, que também atuava como comissário de Antônio Conselheiro, era o coronel João Evangelista Pereira de Melo, mais conhecido, coronel Janjão. O produto não se restringia às localidades vizinhas; sua produção foi tão significativa que foi exportado para outros países. Segundo Aras, “o Tesouro do Estado recolhia em grandes quantias, provenientes da exportação de peles de cabra para a Alemanha e os Estados Unidos” (2009, p. 60-61). Além do mais, as vendas realizadas na comunidade estavam isentas de impostos, uma vez que o beato não seguia as regras cambiárias da República. Honório Vilanova narra que “os vendedores de Cumbe, Uauá, Monte Santo e de todas as redondezas tinham inveja de nós, os Vilanovas, porque não dávamos impostos ao governo, como eles” (Macedo, 1983, p. 70).

As crenças dos sertanejos foram uma das características mais debatidas durante o conflito. Muitos os viam como fanáticos, devido às manifestações religiosas serem diferentes das praticadas pela religião tradicional. No entanto, o que se diferenciava da

religiosidade tradicional era, na verdade, comum no sertão e em localidades mais afastados dos grandes centros urbanos. Em muitas dessas áreas, os padres eram escassos, e quando estavam presentes, faziam celebrações apenas algumas vezes por mês. Por esta razão, as comunidades contavam com a ajuda de beatos ou representantes capazes de realizar essas mediações religiosas. Outra profissão bastante escassa no meio sertanejo era a de médico. Como os líderes religiosos, os médicos também eram raros, e não havia ninguém a quem fosse atribuído o papel de mediador. Diante dessa realidade, surgiram rezadores e curandeiros, que auxiliavam aqueles que não tinham acesso a profissionais ou meios para procurá-los. As rezas e curas feitas por essas pessoas eram passadas de geração em geração e eram altamente respeitadas. Aras<sup>95</sup> discorre que Antônio Conselheiro determinou que os serviços dos curandeiros e rezadores no arraial de Belo Monte fossem gratuitos. Tudo o que fosse possível tirar da flora e da natureza era utilizado para a cura das doenças. O autor ainda diz que no arraial

a flora sertaneja rica em plantas medicinais, utilizavam-se dela, sendo o mais hábil Manoel Quadrado, curandeiro de renome, da serra da Sombra. Velhos e inválidos se encarregavam de benzeduras, atendendo filas enormes. Joaquim Grugunzo foi um dos melhores rezadores, tinha poder magnético, hipnotizava o doente, fazendo-o adormecer, em qualquer dor, e até mesmo, no parto. Quando não havia padre, batizava em casa, de emergência para a criança não morrer pagã, senão ia para o „limbo“, e lá „ficava escorregando, sem poder ir para o céu“. Além das orações e das beberagens e chás, haviam as „simpatias“, que eram muito usadas para curar doenças. Só que eram feitas em segredo, a fim de não serem descobertas pelos pacientes (Aras, 2009, p. 88-89).

Pedro Lima Vasconcellos chama atenção para um dos curandeiros que desempenhou um papel importante nas atividades medicinais: o pajé Manoel Quadrado, auxiliar de Conselheiro. Em sua pesquisa, Maria Lucia F. Mascarenhas identificou Manoel Quadrado como pajé do povo Tuxá de Rodelas<sup>96</sup>, e destacou que Euclides da

---

<sup>95</sup> Alguns exemplos de rezas e simpatias que José Aras cita em seu livro: para acabar com o mau olhado: com três galhos verdes falar “olhado e quebranto são dois males excomungados. Com dois te botara, com três eu te tiro, com os poderes de Deus e da Virgem Maria”; para se livrar do mal: “Pai nosso pequenino, sete anjos vão comigo, sete candeias me alumando, sete livros me rezando, Nosso Senhor é meu padrinho, Nossa Senhora é minha madrinha, me fizeram a cruz na testa para o maldito não me tentar, nem de dia, nem de noite, nem às três horas da tarde, nem ao pingão do meio-dia. Amém”; para menopausa tomar raiz de limoeiro brabo; expelir chumbo de tiro tomar banho de golda de juremeira, pau de colher; disenteria tomar chá de semente de umburana de cheiro cozida, raspa de goiabeira; febre da beira do rio tomar banho fervendo, chá de mil-homens. Os chás e banhos aqui referenciados são do curandeiro Joaquim Grugunzo e foram descritas por ele dez anos após a guerra (Aras, 2009, p. 89-90).

<sup>96</sup> A vida de Rodelas era uma das rotas de passagem para chegar a Canudos, ficando próximo ao Rio São Francisco.

Cunha o mencionou em seu livro. (Mascarenhas, 1997). O curandeiro exercia sua função com base em sua sabedoria medicinal indígena e não fazia distinção entre os doentes: “a medir com os doentes” (Benício, 1899, p. 278), cuidando de todos feridos e doentes “também por instinto de humanidade” (ibid., p. 280). A fama de Manoel Quadrado foi tamanha que até na poesia popular<sup>97</sup> é possível encontrá-lo. As rezas e as curas faziam parte da vida dos belomontenses, ocorrendo na interseção da crença, da saúde e da ciência. Uma grande quantidade de pessoas procurou Belo Monte devido à fama da localidade, sendo considerado o “lugar de cura de males de todos os tipos” (Vasconcellos, 2011, p. 117).

Antônio Conselheiro, por meio de notícias espalhadas, passou a ser conhecido como santo milagreiro, o que fez com que muitos doentes o procurassem em busca de alívio para seus sofrimentos. Segundo João Arruda, a justificativa para isso era a fé no poder de cura do beato: “a insistência com que eram repetidas as notícias dos milagres estimulava a crença dos que eram física e psiquicamente incapazes de que a única solução para suas dificuldades encontrava-se no santo povoado” (Arruda, 1993, p. 87-88). O líder do arraial não se via como médico, padre ou santo; não havia evidências de que realizasse milagres, mas para os seus seguidores, “somente o santo peregrino poderia restabelecer o seu estado de saúde” (ibid., p. 88). Assim, as práticas de cura exercidas por Antônio Conselheiro, Manoel Quadrado e Joaquim Grugunzo refletiam a preocupação com o bem-estar dos que seguiam o líder. Eles buscavam, por meio do conhecimento da natureza, da vida e da ciência medicinal, formas de recuperar a saúde e superar os limites impostos pela vida no sertão.

Em relação aos povos indígenas que estiveram em Belo Monte/Canudos, Mascarenhas afirma que dois grupos principais estiveram presentes: os Kiriri de Mirandela e os Kaimbé de Massacará. A autora explica que “a história Kiriri é dividida no contar dos mais velhos, em „antes“ e „depois“ de Canudos” (Mascarenhas, 19997, p. 68). O povoado de Mirandela era uma das passagens importantes para o acesso a Belo Monte/Canudos. O contato com Antônio Conselheiro aconteceu, pois ele falou sobre sua missão para o bem de todos, convidando-os a se unir à sua causa: “a notícia correu, inclusive do rio de leite e ribanceira de cuscuz, e falaram „nois vamo, nois vamo“” (Reesink, 2012, p. 246). Influenciados pelos mais velhos, que tinham experiência e

---

<sup>97</sup> A poesia popular referida é: “Manoel Quadrado ocupava-se, E o médico e curandeiro; Vivia a catar raízes; Nos matos e tabuleiros; Rezando com as benzeduras; O buso era aventura; E ordem do Conselheiro” (Calasans, 1984, p. 97).

conhecimento, os indígenas seguiram para o arraial. Um aspecto importante é que “os índios foram tudo. Foi contado o que ficou. Iam porque queriam ir, não tinham promessa” (ibid., p. 246). Os Kiriri passavam mais tempo na comunidade, mas como não possuíam roças para cultivar, voltavam para a sua terra para fazer farinha, que depois levavam a Belo Monte. Quando necessário, caçavam e coletavam alimentos nas redondezas, para garantir que ninguém passasse fome. Durante os momentos de orações, acompanhavam as rezas, mas “os índios tinham as rezas deles, „imitando“ o Santo Ofício, mas é de índio: bendito de paca, louvado o tatu, amém teiú” (Mascarenhas, 1997, p. 73).

O indígena Antônio Fogueteiro, conhecido como “Jagunço Bom, foi mandão em Canudos” (Mascarenhas, 1997, p. 70), ajudou Antônio Conselheiro e seus seguidores na busca da madeira para a construção da nova igreja. Além de Fogueteiro, outros indígenas também auxiliaram na construção e durante o conflito. De acordo com Mascarenhas (1997), teria sido um indígena o primeiro a morrer no embate. A autora observa que, embora os Kiriri tenham sofrido muitas perdas durante o conflito, sentem orgulho de sua participação e consideram toda a trajetória como parte de sua história e crenças. Depois da guerra, os sobreviventes retornaram às suas terras, contudo os fazendeiros da região tomaram posse dos territórios, obrigando-os a trabalhar para eles em troca de alimento. Diferente dos Kiriri, nem todos os indígenas Kaimbé seguiram Conselheiro. A região de Massacará também era uma das passagens para chegar a Belo Monte/Canudos. A fama do beato se espalhou entre os indígenas, que acreditavam que “em Canudos iam ter comida e salvação” (ibid. p. 80). Mas, a vila onde encontravam suas terras era dominada pelo coronel José Américo, que perseguia “índios e outros que passavam por Massacará a caminho de Canudos, até bloquear definitivamente esta passagem” (ibid., p. 80-81).

Conforme Mascarenhas descreve, “quem foi para Canudos, foi e não voltou. Em Massacará tinham medo do Coronel José Américo. Ninguém abria a boca para dizer que ia para Canudos, tinham medo” (Mascarenhas, 1997, p. 81). No final do conflito, muitos dos Kaimbé conseguiram escapar, mas para eles, a memória do evento é marcada pelo medo e pelo terror que o coronel impôs antes e depois. Mascarenhas narra que, para os indígenas Kaimbé, a ida ao arraial tinha como objetivo algo essencial para a vida: a busca de comida. O coronel José Américo, “acirrado perseguidor de índios” (p. 84) condenou todos os que estiveram em Belo Monte/Canudos, tratando-os como jagunços, “ele saiu „catando“ o pessoal, culpado ou não. Tocava fogo nas „taperas“. Para não

morrer os índios „debandaram“ pelo mundo” (ibid., p. 82). Além disso, os indígenas foram usados como mão de obra pelo coronel em suas próprias terras, vivendo em “estado de penúria” (p. 84). Diante a violência sofrida, os sobreviventes perceberam que a guerra afetou a todos. O que deveria ser o “rio de leite” e os “barrancos de cuscuz” se transformou no “rio de sangue do povo e a serra de cuscuz era o pessoal arrumado enrriba uns dos outros, foi isso que aconteceu” (ibid., p. 82).

São poucas as bibliografias que abordam as mulheres de Belo Monte. As seguidoras de Antônio Conselheiro são frequentemente associadas a aspectos como fanatismo, pobreza e até mesmo a feiura. Segundo Udineia Braga (2009), havia um grande contingente de mulheres, “o mulherio constituía então, a parte mais numerosa do pessoal fanático, podendo ser calculado em dois terços do bando que acompanhava o Conselheiro” (Dantas apud Braga, 2009, p. 3). Embora não seja possível determinar números exatos, já que não havia uma contagem demográfica no arraial, os primeiros relatos indicam que havia, de fato, muitas mulheres. Benício, em seu livro, descreve que as mulheres desempenhavam várias funções na comunidade,

as mais pobres e miseráveis fabricavam farinha de bró e parreira. As moças fabricavam redes de crauá, indo buscar nas catingas feixes destas bromélias de que tiveram as fibras da casca verde, pilando-as e deitando-as em seguida ao sol para enxugar. Outras mulheres faziam sal da terra, preparando-o por um methodo rudimentar (Benício, 1899, p. 172).

Para além dos trabalhos já mencionados pelo autor, também havia mulheres responsáveis pelas plantações, criação dos animais, pelas rezas, pelos cuidados com a casa e com os filhos. Entretanto, apesar de todo o trabalho realizado, elas eram compreendidas “apenas como mãe e mulheres dos conselheiristas, eram mulheres dos jagunços, daí o termo jagunças” (Braga, 2009, p. 4), o que resultava na desqualificação de seu papel dentro de Belo Monte/Canudos. José Aras (2009) relata que, durante a guerra, ao anoitecer, as conselheiristas, desesperadas, rezavam e lamentavam a perda dos seus familiares. Elas alimentavam, vestiam, cuidavam dos feridos e, “nas horas de combates ajudavam os homens a carregar mais armas e munições” (Aras, 2009, p. 186). Faziam o que podiam para manter seus companheiros de luta vivos, “a comida, o fumo, a cachaça, a rapadura, eram distribuídos com os homens, ficando as mulheres e crianças em jejum, quase diário” (ibid. p. 186). Mesmo assim, mantinham sua fé em Conselheiro e na salvação de Belo Monte. No fim da campanha do exército contra Canudos, as

mulheres e crianças que não conseguiram fugir foram feitas prisioneiras. Algumas conseguiram retornar para suas famílias, enquanto outras “ainda em ocasião de morte, cederam quantias em dinheiro para ajudar outras em condições menos favorecidas” (Braga, 2009, p. 5).

As mulheres que caíram nas mãos dos generais e soldados tiveram diferentes destinos, porque “algumas tinham suas qualidades destacadas numa tentativa de que fosse justificado seu acolhimento junto às famílias para o trabalho doméstico” (Oliveira, 2002, p. 314). As que não eram escolhidas para esse trabalho eram consideradas indesejáveis e descartáveis. Além do trabalho doméstico, havia também o risco de serem forçadas à prostituição, uma vez que não tinham outra forma de sobrevivência. Houve casos de “matrimônio ou concubinato entre os militares e egressas de Canudos” (ibid., p. 315). As mulheres que ficaram “livres” dessas relações não foram reconhecidas e permaneceram como jagunças. Walney da Costa Oliveira afirma que, para os benfeitores, elas eram “imundas de famintas careciam de compaixão e, mais ainda, condução, para que se lhes resgatasse alguma similitude de humanidade” (Piedade apud Oliveira, 2002, p. 315). As chamadas bruxas e fanáticas teriam seguido Antônio Conselheiro por falta de “capacidade cognitiva” (ibid., p. 316), sendo a ignorância o que as teria levado ao caminho da morte. Mais ainda, as prisioneiras do exército foram descritas por Euclides da Cunha como feias, megeras e com outros títulos depreciativos ou pejorativos. O autor de *Os Sertões* contribuiu para os estigmas em torno das conselheiristas, que foram submetidas a todo tipo de violência.

Belo Monte contava com uma espécie de guarda que garantiam o cumprimento das regras e protegiam a comunidade de possíveis ataques de fazendeiros das regiões próximas. Essa guarda era composta exclusivamente por homens de confiança<sup>98</sup> de Antônio Conselheiro, que exercia funções determinadas por ele. No relatório feito pelo frei João Evangelista, é registrado que a guarda de Conselheiro estava sempre armada: “dia e noite, montam guarda a Antônio Conselheiro, parecem idoladral-o” (Monte Marciano, 1895 p. 5). O frei não fornece mais detalhes sobre como se organizava essa estrutura em torno do líder, mas outros relatos indicam que “passeavam pelas ruas armados de bacamartes, facões e facas „piancós” (compridas com línguas de cobras)” (Aras, 2009, p 69). Na comunidade, não havia armas grandes ou novas, “a não ser

---

<sup>98</sup> A guarda era composta por: o general de Conselheiro, João Abade; Vicente ou Vicentão; Pedrão; os irmãos Antônio e Honório Vilanova; Pajeú; Lalau, ajudante de Pajeú; o velho Macambira e seu filho Joaquim; Antônio Beatinho; e duas mulheres: Alexandrina quatro furos de bala e Ana Serra Vermelha (Aras, 2009, p. 93-94).

espingardas de caça, algumas conseguidas da polícia, em Maceté, e instrumentos de trabalho” (ibid., p. 86). Dessa forma, podemos concluir que a ideia de que estavam fortemente armados, como sugerido por Euclides da Cunha em seu livro, não é precisa, pois o que existia no arraial eram instrumentos de trabalho e armas de caça, comuns no cotidiano sertanejo. Foi somente durante a guerra que os conselheiristas se apropriaram das armas e munições deixadas pelos soldados.

Nesse processo, os donos de fazendas foram diretamente afetados e desestabilizados, pois o beato, com seu discurso fundamentado na solidariedade popular, atraía os trabalhadores para a causa. Segundo Aras (2009), na região em que estava localizado o arraial, “os fazendeiros foram perdendo seu poder, com a perda, também, dos trabalhadores” (ibid. p.61). Isso ocorreu porque, em Belo Monte, o trabalho forçado foi substituído pelo trabalho livre e coletivo. A redução de mão de obra e o prejuízo gerado nas fazendas de engenho e de gado uniram os donos das terras aos políticos, intelectuais da República e à Igreja contra Canudos. Os “inimigos da pobreza” (ibid., p. 86) se articularam para a destruição do lugar. O exército brasileiro, especializado em combater cidadãos desarmados, enfrentou uma comunidade estruturada que seguia uma lógica racional e consciente. A organização social de Belo Monte não apresentava divisões de classes, com todos sendo tratados de maneira igualitária. Por meio da religiosidade, Antônio Conselheiro implementou no arraial uma iniciativa autônoma, regida por suas próprias regras e leis. Como afirma José Aras, no arraial não havia duas classes; todos obedeciam às mesmas normas e tomavam decisões em conjunto. Todos colaboravam e “todos lucravam; todos trabalhavam a terra e cuidavam do vilarejo; todos eram autoridades; todos participavam das decisões e das partilhas; todos eram responsáveis pela paz e pelo progresso” (2009, p. 78).

No cotidiano de Belo Monte, “os direitos eram os mesmos; todos queriam o bem comum; todos eram iguais” (Aras, 2009, p. 78). Além disso, a partilha e a coletividade das plantações, dos animais, das casas e das experiências materiais eram práticas comuns entre os trabalhadores do Nordeste. Essa iniciativa surgiu como uma resposta à luta de um povo contra as adversidades impostas pela vida no sertão nordestino, dominado pelos latifundiários. Conselheiro articulou um movimento de resistência, promovendo a oposição à opressão e à ausência de assistência do Estado. Assim, o bloco histórico de Belo Monte/Canudos representou, naquele contexto, a síntese das contradições da sociedade sertaneja. E economia desse bloco histórico sertanejo, foi marcada pelo coletivismo camponês, em contraste com o modelo agrário dominante, e

um regime político caracterizado como uma teocracia, uma vez que todas as decisões passavam por Conselheiro. No plano ideológico, destaca-se o messianismo fundado no catolicismo popular, havendo uma leitura fluida e adaptada da religião que dialogava diretamente com as esperanças e sofrimentos do povo.

Mais do que um retorno ao antigo regime, Belo Monte/Canudos expressava uma crítica radical ao novo bloco histórica que se consolidava. Antônio Conselheiro, além de líder espiritual, era um erudito cuja trajetória intelectual e sensibilidade social o tornaram capaz de formular um projeto de sociedade que desafiava as estruturas vigentes do Estado e da Igreja. Tratando assim, de uma experiência revolucionária, que confrontou a ordem vigente e provocou uma violenta reação da classe dominante. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que Belo Monte foi construído por um homem intelectual “com a consciência e a sensibilidade necessárias para traduzir as dores e anseios do povo dos sertões” (Sampaio; Damasceno, 2005, p. 65), o próximo capítulo tem como objetivo entender os aspectos religiosos, políticos e intelectuais presentes no pensamento e nas ações de Antônio Vicente/Conselheiro.

### **CAPÍTULO 3: ENTRE FÉ E POLÍTICA: A PRÁTICA INTELLECTUAL DE ANTÔNIO VICENTE E A FORMAÇÃO DE BELO MONTE: UMA ANÁLISE DA SUA AÇÃO COMO INTELLECTUAL RELIGIOSO E POLÍTICO**

Antônio Conselheiro/Antônio Vicente foi, por muito tempo, tratado como louco e fanático, tanto por estudiosos quanto pela sociedade, que o conheceu através das visões marcadas de preconceitos e estereótipos. Seu cérebro, como dissemos anteriormente, foi levado a Salvador para estudos realizados pelo médico Raimundo Nina Rodrigues. Era necessária, a época, encontrar uma justificativa patológica das decisões religiosas e políticas do beato. Como nada de físico foi encontrado, apesar da insistência de uma possível psicose, afirmava-se que Antônio Conselheiro e os seus jagunços construíram o arraial de Canudos devido ao meio em que foram gerados: “a sua loucura é daquelas em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo senão de uma época pelo menos do meio em que elas se geraram” (Rodrigues, 2006, p. 42). Para o autor, o povo que compõe o meio rural e sertanejo é constituído por

grande maioria de raça de inferiores onde são normais esses sentimentos, essas crenças, tenha aderido e se associado à propaganda político-religiosa do alienado. E isso é tão natural que a crença na divindade de Antônio Conselheiro e no mérito de sua missão política não constituiu um atributo exclusivo da turba que o rodeava imediatamente, e que recebia sua influência direta, mas foi partilhada também por todas as classes inferiores da população e mesmo pelos soldados que faziam parte das expedições enviadas para combater os fanáticos (Rodrigues, 2006, p. 86-87).

A visão de Nina Rodrigues, contribuiu ainda mais com as descrições feitas por Euclides da Cunha, coroando o movimento de Canudos como o movimento dos jagunços loucos e fanatizados. Como vimos nos capítulos anteriores, essa perspectiva perdurou por muito tempo nas diferentes áreas do conhecimento. Embora houvesse interesse em estudar o tema, os pesquisadores ficavam restritos aos acontecimentos da guerra, dando menor ênfase no líder de Canudos. Havia também a falta de fontes que pudessem auxiliar na compreensão da vida de Antônio antes e depois da instalação no arraial. A redescoberta do seu manuscrito *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação* (1897), por José Calasans, mudou pouco o cenário, pois, apesar de ser considerado um dos maiores pesquisadores do movimento

e do beato, Calasans se absteve de analisar a obra. Após ser reencontrada, levou-se um tempo até ser devidamente analisada. Os estudos começaram a partir da publicação feita por Ataliba Nogueira<sup>99</sup> em seu livro *Antônio Conselheiro e Canudos*, em 1978. Foi a partir dessa publicação que começou a surgir uma maior iniciativa de entender os pensamentos e escritos de Antônio Vicente. Nesse sentido, a análise da obra nesta pesquisa foi realizada com base em uma das edições publicadas por Ataliba Nogueira, já que o manuscrito original se preservado encontra na Universidade Federal da Bahia, sendo inclusive disponibilizado digitalmente.

O livro de Nogueira foi organizado por ele e transcrito, uma vez que os textos de Conselheiro eram redigidos manualmente em uma escrita desenhada, como era comum na época. Através das análises de suas prédicas buscamos compreender sua forma de escrita, suas reflexões, seus conselhos, sua influência, liderança, além de seu pensamento religioso, político e a sua intelectualidade. A análise da obra *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação* (1897), parte da ideia de que Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, seria um intelectual orgânico. Destacamos aqui que o entendimento de líder de Belo Monte como um intelectual orgânico, tem origem nas pesquisas de Wilson Correia Sampaio e Maria Neide Damasceno. No livro *Antônio Conselheiro nos Sertões de Euclides da Cunha: um enfoque gramsciano* (2005), os autores afirmam que Conselheiro seria um intelectual orgânico, pois suas práticas demonstravam “a consciência presente na transformação prática da realidade, sem desconsiderar aquela que se revela em seu discurso, a concepção verbal” (Sampaio; Damasceno, 2005, p. 84). Além disso, os autores apontam que tudo o que Antônio Conselheiro fez, ou seja, suas prédicas e ações demonstrava o caráter orgânico de sua intelectualidade. Na análise feita por Sampaio e Damasceno, as prédicas do beato não são analisadas de forma detalhada, já que não era o objetivo do livro.

Com isso, com base na pesquisa dos autores, nosso objetivo é contribuir e demonstrar, por meio da análise aprofundada e sistemática das prédicas, que Antônio Vicente/Conselheiro era um intelectual orgânico. Para o desenvolvimento deste estudo, é preciso antes considerar toda a construção político, religiosa, social, cultural e intelectual que o beato teve ao longo de sua jornada no sertão nordestino. Assim, consideramos que o líder de Belo Monte desenvolveu uma visão do mundo. Essa visão

---

<sup>99</sup> O autor denomina o manuscrito de Antônio Vicente como: *Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a República*.

do mundo foi expressa por meio do seu conhecimento religioso, político e intelectual, o que fez com que se tornasse uma figura famosa entre o povo sertanejo. Dessa forma, a consciência de Antônio Vicente revela que, diante do seu grupo, ele desenvolveu, por meio de suas predicas, reflexões e possibilidades que iam além do senso comum posto naquele momento e naquela região.

### **3.1 Antônio Vicente: líder religioso**

Não é possível pesquisar o tema do movimento de Canudos sem, de alguma maneira, esbarrar na questão religiosa. É necessário compreender qual era o papel da religião e da religiosidade no meio sertanejo. No caso do sertão do Nordeste, a religião mais presente na vida dos habitantes é a Católica. Segundo Thales Azevedo (2002, p. 31), o Brasil é descrito como o país com o maior número de católicos, “a maioria do povo brasileiro professa a religião católica”. De acordo com Riolando Azzi (1976), há no Brasil, tipos diferentes de catolicismo, e essa diversidade pode ser observada tanto nas crenças quanto nas formas de expressar a fé. Azzi afirma que o catolicismo tradicional no território brasileiro remonta à colonização e é “especificamente de importação lusitana. O catolicismo do Brasil é em máxima parte herança de Portugal: a maioria das devoções é trazida da terra-mãe” (Azzi, 1976, p. 96). Para o autor, não foram apenas às características de ordem oficial e tradicional da religião católica que foram transportadas para o Brasil, mas também “o gosto pelas procissões, o hábito das romarias e a crença nos milagres” (ibid., p. 96). Isso demonstra que a construção da religião e da religiosidade no país teve em seu desenvolvimento particularidades que contribuíram para o surgindo de um catolicismo popular<sup>100</sup>.

O catolicismo popular tem diferentes significados, tanto em relação aos aspectos conceituais e teóricos quanto em suas práticas. Neste trabalho, não temos a pretensão de abordar os debates teóricos<sup>101</sup> em torno do conceito, porque as questões relativas a esse

---

<sup>100</sup> No texto *Elementos para a História do Catolicismo Popular*, Riolando Azzi (1976) afirma que, há no Brasil diferentes tipos de catolicismo, por exemplo: catolicismo leigo; catolicismo medieval; catolicismo social; catolicismo familiar; catolicismo romano; catolicismo clerical; catolicismo individual; etc. Para mais informações sobre o tema, ver o autor.

<sup>101</sup> As discussões sobre o conceito de catolicismo popular não são recentes. Desde a publicação do livro *Os Sertões*, a ideia da existência de dois Brasis permeou também as visões acerca da religiosidade e da religião de lugares mais afastados. Foi desenvolvida a ideia de que haveria um catolicismo do litoral (civilizado, moderno) e o catolicismo do sertão (afastado, antigo), este seria popular ou como ficou mais conhecido, rústico. Essa análise partiu da premissa do isolamento interiorano (Queiroz, 1976; Mott, 1997; Facó, 1976). Outra compreensão sobre o conceito é que foi construindo a partir de uma sociedade híbrida,

tema merecem um estudo mais aprofundado. Dessa forma, conforme observa Gomes Filho (2020), uma das principais características desse conceito é a sua presença no sertão brasileiro, não se limitando a ele, mas sendo predominante nessas regiões. O autor afirma que o catolicismo formado no território brasileiro não pode ser entendido somente “pela leitura do catecismo, manuais litúrgicos ou documentos canônicos da Igreja Católica”. A religião foi usada como forma de dominação e se “serviu da miscigenação de diversos aspectos culturais e religiosos, tanto das tradições indígenas e africanas, quanto das heranças culturais ibéricas, que nem sempre se adequavam aos preceitos romanos” (Gomes Filho, 2020, p. 52). Além disso, o catolicismo popular seria uma forma de expressar a crença no divino a partir das manifestações tradicionais e oficiais, em conjunto de manifestações religiosas de outras culturas, isto é, havendo uma hibridização da religião (Gomes Filho, 2020). Assim, a religião e a religiosidade popular são construídas no cotidiano e no compartilhamento de uma visão do mundo que carrega práticas e crenças singulares e diversas, mas que fazem sentido para o povo.

Sabendo disso, é possível observar que, embora Antônio Conselheiro seguisse a crença no catolicismo, essa estava permeada de noções particulares das vivências da região nordestina. Como vimos, ainda que se considerasse tradicional e oficial, a igreja católica no Brasil, muitas vezes, não se adaptava às regras vindas de Roma, apresentando suas próprias particularidades e costumes. Por esse motivo, percebemos que, na cosmovisão de Conselheiro, há elementos próprios de um catolicismo popular sertanejo. As suas idas a cada comunidade, a construção de Belo Monte, seus conselhos e suas prédicas fazem parte de uma visão de mundo que reflete sobre as experiências vividas no sertão nordestino. Cremos que, embora não haja uma admissão formal por parte da igreja católica, Antônio Vicente/Conselheiro foi formado dentro de uma tradição católica durante o período monárquico, tendo sua intelectualidade construída ao longo dos anos.

Isso posto, analisaremos os escritos do beato, percebendo que seu pensamento vai além da simples busca por soluções para problemas cotidianos, mas também como parte de uma reflexão crítica a sociedade. Nesse sentido, a religiosidade de Antônio Vicente é essencial para entender Belo Monte e a si próprio, pois foi por meio dela que

---

ou seja, surgindo por meio das diversas formações culturais, podendo ser pensando também como sincrético (Freyre, 2003; Souza, 1986; Abreu, 1994; Hoonart, 1991). Mas cabe ressaltar que é preciso tomar cuidado com o conceito para não “criar tipologias descomedidamente distantes da realidade religiosa vivida por incontáveis sujeitos imersos nos tão matizados perfis de religiosidade popular do Brasil” (Gomes Filho, 2020, p. 52). Além disso, o autor afirma que é possível encontrar muitas interpretações que desqualificam a religiosidade popular.

ele pode demonstrar suas ideias, opiniões, ensinamentos e intelectualidade. O líder de Belo Monte não pode ser resumido a esse aspecto, mas é necessário compreender que sua crença no divino ajudou milhares de pessoas em um momento em que se viam desamparados. O apego à religião não era por fanatismo, mas porque ele acreditava que era a única capaz de salvar a todos que sofriam naquele sertão.

De acordo com Fiorin<sup>102</sup> (1980), a estrutura da obra está dividida em três tópicos: a cristologia<sup>103</sup>, a mariologia<sup>104</sup> e a eclesiologia<sup>105</sup>. A cristologia aparece ao longo de todo o manuscrito, mas, segundo o autor, concentra-se de maneira especial nas vinte e nove meditações sobre as dores de Maria e no sermão sobre a cruz. Fiorin afirma que “o conhecimento relativo à Cristo aparece, quase sempre, em reflexões sobre a pessoa de Maria e o seu papel na obra da Salvação” (ibid., p. 119). Sobre o tópico da mariologia, o autor observa que está ligado com o discurso cristológico e que Antônio Conselheiro dedica grande parte das prédicas a Maria, por considerá-la a rainha dos mártires “em virtude de todos os sofrimentos por que passou” (ibid., 132). Por fim, a eclesiologia presente na obra aparece, de acordo com Fiorin, nas passagens sobre a cruz, o recebimento da chave de Santo Antônio de Belo Monte e a República. O autor entende que não se trata de um discurso sobre a Igreja enquanto uma instituição individual, mas sim uma concepção de Igreja universal, vista como o caminho para a salvação. Partindo dessa divisão, ele compreende que a “pregação do Conselheiro vincula-se ao que Riolando Azzi chama de „catolicismo renovado“, isto é, um

---

<sup>102</sup> A referência que estamos utilizando é a sua pesquisa de mestrado na área de Linguística da Universidade de São Paulo. No seu trabalho, o autor análise o discurso nas prédicas de Antônio Conselheiro a partir de sua área de pesquisa. Como podemos observar ao longo deste tópico, o autor fez contribuições muito importantes para pensar a estrutura da obra. Contudo, ressaltamos que o autor tem algumas considerações que discordamos, pois ele entende que o beato aceitava a situação sócio-econômica a qual pertencia, não querendo alteração social, porque ela teria sido instituída por Deus e que suas normas tinham como finalidade “assegurar a dominação de uma classe sobre outras, pois sempre vai conduzir à sujeição de um homem a outro” (Fiorin, 1980, p. 162). Discordamos de Fiorin neste aspecto, pois como observamos ao longo deste trabalho, Antônio Vicente/Conselheiro era perseguido pelas classes dominantes por ser contra a exploração de trabalhadores nas fazendas. Além disso, no arraial de Belo Monte, não havia a sujeição de homens sob outros e sim uma divisão igual das tarefas realizadas.

<sup>103</sup> A cristologia é o estudo religioso em que Jesus Cristo ocupa um lugar central na história. A crença é desenvolvida a partir das obras de Jesus, incluindo sua encarnação, ressurreição e sua natureza humana e divina.

<sup>104</sup> A mariologia é o estudo da figura de Maria. Os mistérios, a missão e o significado de Maria são colocados como foco na história da salvação e na vida da igreja.

<sup>105</sup> A eclesiologia estuda as origens da Igreja Católica, sua natureza, estrutura e missão para a salvação da humanidade.

catolicismo pós-tridentino<sup>106</sup>, que procura reforçar a autoridade da Sé Romana<sup>107</sup>,” (ibid., p. 136).

O manuscrito de Antônio Vicente<sup>108</sup> é dividido em quatro partes. A parte primeira: *Tempestades que se levantam no coração de Maria*, são mistérios da vida de Maria e de Jesus Cristo. São vinte e nove mistérios, divididos em três pontos. A parte segunda: *Os dez mandamentos da lei de Deus*, descrevendo e ensinando sobre os mandamentos. A parte terceira: *Textos extraídos da Sagrada Escritura* são passagens diversas retiradas da Bíblia. A quarta parte: *Prédicas de circunstância e discursos*: contém informações sobre a cruz, a missa, a confissão, as maravilhas de Jesus, a construção e edificação do templo de Salomão, sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, padroeiro do Belo Monte, sobre a parábola do Semeador, sobre a República e por fim a despedida. Em todo o manuscrito, percebe-se a religiosidade do beato. Em todas as partes, a religião é utilizada para expressar o pensamento, as opiniões e conhecimento do autor. Antônio Vicente, ao narrar à história de Maria e Jesus, baseia-se nos ensinamentos bíblicos e dos livros<sup>109</sup> *Horas Marianas* e a *Missão abreviada*. Ainda que não haja confirmação devido à escassez de fontes, acreditamos que o beato tenha tido contato com outras obras religiosas, uma vez que havia, à época, uma ativa imprensa católica que divulgava suas obras e ideias (Silva, 2020).

Na parte primeira, o autor descreve a vida e as dores de Maria como forma de aproximação com a vida dos sertanejos. A divisão das 29 prédicas é a partir da construção de três pontos: o primeiro narra um acontecimento da vida de Maria; o segundo ponto explica o que foi escrito dando um aspecto mais sensível à história; e o terceiro faz reflexões, apelando e relacionando a vida de Maria com a do leitor, porque para ele é importante que os fiéis entendam as ações de Maria como aquelas que devem ser seguidas, pois a virgem, seria a ligação entre o humano e o divino. Apesar de haver no título do manuscrito que foi feito para os canudenses, Antônio Vicente não indica as pessoas ou o grupo a quem está escrevendo, visto que a todo o momento utiliza uma

---

<sup>106</sup> O Concílio Tridentino foi um processo de mudanças realizadas na Igreja Católica entre os anos de 1545 a 1563 na cidade de Trento. Tinha como objetivo principal combater a Reforma Protestante.

<sup>107</sup> Fiorin observa que o movimento de Canudos ocorreu vinte anos depois do Concílio Vaticano I, que proclamava o dogma da infalibilidade papal, representando o coroamento do processo iniciado no Concílio de Trento. “Nesse contexto, é claro que deveria ser enfatizada a romanidade, pois o contrário apontaria para uma eclesiologia em que a Igreja seria concebida como rede de comunidades e não como uma instituição universal” (Fiorin, 1980, p. 137).

<sup>108</sup> Utilizaremos nesse capítulo o nome de batismo de Antônio Vicente, pois em sua obra coloca da seguinte forma: “a presente obra mandou subscrever o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel no povoado do Belo Monte, província da Bahia em 12 janeiro de 1897”.

<sup>109</sup> Conta-se que Antônio carregava os livros para todos os lados, sendo os seus livros de cabeceira.

linguagem universal. Ademais, dando sequência as análises das prédicas, a prédica 8<sup>110</sup>, “Desolação de Maria durante o seu desterro no Egito”, o beato escreve:

Primeiro ponto: A santíssima Virgem durante o seu desterro no Egito não poucas vezes derramava lágrimas pelo que via diante de seus olhos e pela distância de sua querida, Sião. E nisto mesmo a Senhora nos ensina a desprezar o Mundo e suspirar pela pátria Celeste, nossa verdadeira morada. Sigamos portanto o exemplo de Maria, imite-mos sua resignação e levantando para o céu o nosso coração, por entre suspiros exclamamos: Quando te verei, pátria querida? Quando na companhia dos bem-aventurados cantarei os louvores do Senhor? Ah! Fazei minha querida Mãe que eu tenha esta felicidade, apesar de não merecer (Maciel, 1897, p. 56-57).

A história dessa prédica fala sobre a fuga da mãe de Jesus para longe de sua terra natal devido às perseguições e ameaças feitas pelo rei da Judeia contra aquele que viria salvar o mundo de todos os pecados. O rei toma tal atitude porque vê no menino Jesus um adversário, sentindo-se ameaçado e temendo a perda de poder. A relação dessa parte da prédica com a realidade do povo sertanejo ocorre porque, assim como Maria, os sertanejos, quando possuíam terras ou viviam sob condição de empregados nas terras alheias, viviam fugindo e abandonando suas propriedades por medo das ameaças dos fazendeiros ou em razão da falta de recursos para manter suas vidas. Ainda na mesma prédica, no terceiro ponto, é mencionado: “[...] e, posto que o Senhor esteja em toda parte, e por isso no seu coração, só fica contudo satisfeita quando o contempla, quando o adora no lugar para isto designados [...]” (Maciel, 1897, p. 60). Acreditamos que, nesse trecho, o elemento mais importante é a crença de que está em peregrinação para a “pátria bendita”, que seria Belo Monte. Nesse sentido, em Belo Monte, teriam os meios e a segurança para viver os preceitos fundamentados na vida de Maria.

Na continuidade de sua obra, Antônio Vicente escreve sobre o retorno de Maria à sua terra natal e a perda de seu filho em um templo, momentos que foram de aflição. Ele também narra como a morte dos avós de Jesus afetou profundamente sua mãe, que os amava com toda a sua alma. Já não sendo mais um menino, Jesus parte para Nazaré em busca de conhecimento, deixando sua mãe aos prantos. Embora Maria fique triste e sinta dor, entende que tudo ocorre conforme os planos de Deus. Esse fato pode ser

---

<sup>110</sup> Os títulos das prédicas de 1 a 7 são: 1. Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da anunciação; 2. Sentimento de Maria por causa da pobreza em que se achava, por ocasião do nascimento de seu filho; 3. Dor de Maria na circuncisão de seu filho; 4. Humilhação de Maria no mistério da apresentação; 5. Dor de Maria na profecia de Simeão; 6. Dor de Maria na ocasião de sua fugida para o Egito; 7. Dor de Maria na morte de inocentes.

percebido na prédica 13<sup>111</sup>, “Sentimento de Maria quando seu filho se retirou em Nazaré”:

Terceiro ponto: Desta sorte meditando no amor de Jesus para com Maria, e na pena e saudade da Mãe para com seu Filho, aprendemos de ambos a cumprir a vontade de Deus, obedecendo aos seus mandamentos: aprendamos de Maria a sacrificar para maior glória do Senhor o que tivermos de mais estimável do mundo. Se nascemos para ser felizes e se para o conseguimento desta felicidade torna-se necessário o sofrimento, a tudo nos devemos sujeitar, contanto que se cumpra em nós as disposições do Senhor nosso Deus (Maciel, 1897, p. 100-101).

Ao longo dessa prédica, Antônio Vicente descreve o sentimento de Maria diante da partida de Jesus para cumprir suas obrigações enquanto Salvador, tendo que passar quarenta dias e quarenta noites no deserto sem alimentos. Sua dor está ligada ao fato de que ela sabe que seu querido filho terá que enfrentar penitências e sofrimentos. Como mãe, ela sofre, mas nota-se que “o sentimento da Senhora é grande, também é a sua resignação com a vontade de Deus, a quem ama mais que a sua própria vida” (Maciel, 1897, p. 95). A partir desse ponto, observamos que a relação entre a vida de Maria, seu filho e os seguidores de Antônio Vicente ocorre devido às andanças e os longos caminhos que percorreram pelo sertão, muitas vezes com uma alimentação precária, vivendo de caridade e expostos a todo tipo de situação, que poderia ser favorável ou marcada por violências. Para o autor, essa parte da vida de Maria e Jesus, mostra que, mesmo que não estivessem satisfeitos com o que iria acontecer, seguiram suas missões, pois obedeciam a Deus. Por isso, tudo o que Antônio Vicente e os seus seguidores passaram fazia parte de suas missões, estando, assim, em obediência à lógica divina.

Em seguida, na prédica 14<sup>112</sup>, “Dor de Maria por causa das injúrias proferidas contra seu filho” Antônio Vicente conta como Maria sofre por mentiras e injúrias contra Jesus. Mesmo vendo seu filho e a si mesma serem maltratados, ela não tinha intenção de se vingar daqueles que cometiam tantas injustiças. Na fala de Antônio Vicente, embora o sofrimento seja grande devido às muitas arbitrariedades, é preciso seguir os passos da mãe de Jesus e não buscar por vinganças, pois, para ele “só Deus reserva para si o vingar-se de seus inimigos, por meio da punição do crime”. Ele acrescenta também que

---

<sup>111</sup> Os títulos das prédicas de 9 a 12 são: 9. Aflição de Maria na sua volta do Egito; 10. Dor de Maria na perda de seu filho no Templo; 11. Sentimento de Maria na morte de seus pais; 12. Dor de Maria durante a vida particular de Jesus em Nazaré.

<sup>112</sup> Os títulos das prédicas 15 e 16 são: 15. Dor de Maria na por ocasião da permissão que Jesus lhe pediu para suportar a morte; 16. Dor de Maria na prisão de seu filho.

Maria “sempre teve um coração cheio de compaixão para com aqueles mesmos cuja impiedade lhe tem causado tantas amarguras” (Maciel, 1897, terceiro ponto, p. 109). Na sequência, o beato descreve como Jesus, mesmo sabendo a sua sofrida missão, pede permissão à sua mãe para suportar tudo, inclusive a morte. O sofrimento de Maria não terminaria tão cedo, porque ela viu seu filho ser preso, levado por Pôncio Pilatos para ser flagelado e crucificado. A prédica 17 “Dor de Maria na flagelação de seu filho”, retrata esse momento:

Segundo ponto: Ela declara ao seu Deus que está disposta a tudo sofrer, mas pede que o Senhor auxilie a sua natureza para semelhante golpe, que fortaleça o seu coração, pois sabe que, se não for socorrida com um esforço sobrenatural, morrerá de pura dor. Eis aqui, pois, como nossa carinhosa Mãe se nos apresenta à consideração, eis como devemos contemplar este passo triste e doloroso. (Maciel, 1897, p. 130).

Terceiro ponto: [...] a fim de por suas ações regularmos as nossas, reconhecendo assim que o sofrimento é o único meio de nos aproximar de Deus; que este Mundo deve ser orvalhado com nossas lágrimas, visto como temos ofendido ao Senhor e causado aflições a Maria (Maciel, 1897, p. 132).

As dores de Maria, tanto antes quanto após a crucificação de Jesus, são retradas como agonizantes. Ela, aos prantos, percorria todo o caminho junto a seu filho, sendo amparada pelo discípulo João. Ao ver as vestes de Jesus ser rasgadas e partilhadas entre os soldados, Maria fica ainda mais desolada com tamanha maldade. Permanecendo ao lado de Jesus, sente compaixão por todo o sofrimento e o ajuda da forma que pode. Mesmo em agonia, Jesus clama por sua mãe e lhe diz que tudo está conforme o caminho traçado por Deus. Com seu filho já morto, ela o vê sendo perfurado por uma lança por aqueles que o crucificaram. Sua dor se estende até o funeral de Jesus e segue por toda sua vida, pois, sem seu filho, sente-se incompleta. Maria, por toda sua vida e por sua missão, torna-se a rainha dos mártires. A virgem Maria, na perspectiva de Antônio Vicente, o maior exemplo e inspiração a ser seguido, porque com a sua história, é possível compreender toda sua dedicação e confiança nas obras de Deus. Na prédica 25<sup>113</sup> “Martírio de Maria na morte de seu filho”, essa característica é destacada:

---

<sup>113</sup> Os títulos das prédicas 18 a 29 são: 18. Dor de Maria quando seu filho foi apresentado por Pilatos ao povo; 19. Dor de Maria encontrando seu filho com a cruz aos ombros; 20. Dor de Maria na agonia de Jesus; 21. Dor de Maria quando os soldados repartiram entre si os vestidos de seu filho; 22. Compaixão de Maria na sede de seu filho pregado na cruz; 23. Dor de Maria na agonia de Jesus; 24. Dor de Maria quando seu filho lhe falou na cruz; 25. Martírio de Maria na morte de seu filho; 26. Dor de Maria quando

Terceiro ponto: E se ela não fosse um perfeito exemplar em todas as virtudes, bem podia levantar o ponto e queixar-se do seu povo pela enorme crueldade exercida contra o seu verdadeiro Salvador. Ah! Santíssima Mãe de misericórdia! não permitais que fique infrutífera para mim uma morte tão afrontosa e nem que contra mim venham as cruéis dores que estais padecendo: Volvei antes estes tristes e lacrimosos olhos pedindo ao doce Jesus que tenha compaixão dos pobres pecadores (Maciel, 1897, p. 193-194).

Na parte segunda do manuscrito, Antônio Vicente escreve “Os dez mandamentos da lei de Deus”. De modo geral, não há diferenças significativas entre a forma como ele descreve os mandamentos e o que está escrito na Bíblia.<sup>114</sup> A ordem dos mandamentos é mantida, com algumas alterações e explicações feitas ao longo do texto. Vejamos a seguir: 1º mandamento: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o máximo e o primeiro mandamento (Mat, cap. 22, v. 38)” (Maciel, 1897, p. 224). Antônio Vicente mantém o mesmo mandamento, mas tece explicações relacionadas ao contexto em que vive, utilizando seus conhecimentos sobre a religião católica para mostrar que devem viver segundo a ética católica (Fiorin, 1980). Ao longo do texto, ele recorre às ideias de diversos santos, como, São Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Santo Inácio de Loiola e o Cardeal Hugo.

O 2º mandamento: “É uma ofensa que comete neste preceito aquele que fizer qualquer jura, invocando o santo nome de Deus em vão” (Maciel, 1897, p. 250). Seguindo o mesmo padrão do primeiro, há algumas alterações no significado, pois, não se trata apenas o uso irreverente do nome de Deus, mas também o ato de prestar falso testemunho para prejudicar outra pessoa: “ao passo que é horroroso o procedimento daquele que nada sabendo da causa, nem de vista, nem de ouvir dizer, presta juramento falso, movido por respeito humano, por paga ou por qualquer consideração” (Maciel, 1897, p. 252). Sobre esse preceito, é importante lembrar que, em 1876, Antônio Conselheiro foi preso injustamente sob a acusação de ter matado sua mãe e sua esposa. As falsas acusações resultaram de boatos e falsos testemunhos de pessoas que viam Conselheiro como inimigo. Por esse motivo, compreendemos que este mandamento tem

---

o lado de seu filho foi aberto com uma lança; 27. Dor de Maria no descimento da cruz e funeral do cadáver de seu filho; 28. Dor da Senhora em sua soledade; 29. Maria rainha dos mártires.

<sup>114</sup> Os 10 mandamentos na Bíblia são: 1. Amar a Deus sobre todas as coisas; 2. Não criarás imagens para adoração; 3. Não tomar o seu santo nome em vão; 4. Guardar os sábados e dias santos; 5. Honrar pai e mãe; 6. Não matarás; 7. Não cometerá adultério; 8. Não furtarás; 9. Não levantar falso testemunho; 10. Não cobiçarás.

grande relevância nos ideais do beato, justamente pelo fato ocorrido antes da construção de Belo Monte.

O 3º mandamento: “Que ofensa gravíssima cometem neste preceito aqueles que não santificam o domingo e o dia santo de guarda [...]” (Maciel, 1897, p. 271). Antônio Vicente, ao comentar sobre este mandamento, reflete sobre a maneira como as pessoas estão lidando com a religião. Para ele, a religião e as leis divinas estão sendo negligenciadas. Na perspectiva do autor, as pessoas vivem como cegos, deslumbrados por uma vida material marcada por sofrimentos, e por isso deveriam se converter,

porque ainda é glória e riqueza em casa de Deus, sem que ali se padeça necessidade alguma: tudo é um bem acumulado de todos os bens, sem receio de jamais perde-lo. Lá não há noite nem calor, nem frio nem mudança do ar, sim um perfeito dia, alegre, claro, sereno e cheio de toda segurança para sempre (Maciel, 1897, p. 292).

O 4º mandamento “Os filhos devem amar a seus pais, respeitando, obedecendo e socorrendo-os em suas necessidades temporais e espirituais: pobreza, velhice, enfermidades e qualquer trabalho” (Maciel, 1897, p. 293). Para o líder de Belo Monte, o cuidado com os pais é essencial. Na sua infância, ele perdeu a mãe e, ainda jovem, seu pai enfrentou problemas de saúde, enquanto sua madrasta o maltratava. O 5º mandamento, por sua vez, diz “Quantas lágrimas arranca o assassino de uma família como ofensa da lei divina e humana” (Maciel, 1897, p. 319). O preceito que aborda questões relacionadas aos assassinos e à morte também fala sobre o perdão diante desses acontecimentos. Antônio Vicente entende que quem comete tal crime deve ser responsabilizado pela lei divina e pela lei dos homens. E como seguidores obedientes a Deus, aqueles que sofrem devem fazer o bem aqueles que os fizeram mal: “mas sim fazemos bem aquele que nos injuriou” (Maciel, 1897, p. 334-335). O próximo mandamento é o único que não segue a ordem dos demais mandamentos descritos na Bíblia. Embora os outros não mantenham uma sequência exatamente igual, a diferença é mínima. Este preceito, no entanto, introduz um novo tema ao manuscrito. 6º mandamento:

Os dias do homem se desvanecem como a sombra; ele seca como as ervas; mas vós, Senhor permaneceis eternamente. Foi no meio das enfermidades de um leito, acercado da sombra da morte, que soava outrora este oráculo do profeta do Altíssimo. [...] Permitiu Deus que a vida do homem fosse breve, para que ele nem com as prosperidades se ensoberbecesse, vendo o pouco tempo que as havia de gozar, nem

com as adversidades perdesse o ânimo, vendo que em breve haviam de acabar e para que se resolvesse a mortificar-se em viver conforme os preceitos divinos, tendo por grande ventura os trabalhos de uma breve vida, os gozos da eterna glória, onde deve ter o pensamento e o coração (Maciel, 1897, p. 343-344-345).

O mandamento que fala sobre a morte tem uma clara ligação com o que os seguidores de Antônio Conselheiro estavam vivendo. Aqueles que padeceram durante a guerra foram confortados pelas palavras do beato, pois, para eles, a morte não tinha um significado ruim, mas sim o sentido de estarem finalmente no paraíso de Deus. Os autores das primeiras fases da Guerra de Canudos, afirmam que ao longo do conflito, viam os canudenses se entregarem à morte na defesa de sua comunidade. Perguntava-se sobre as razões de cometerem tal ato. Em resposta a isso, já na completa destruição do arraial, viam os sobreviventes preferindo a morte a viver sem o seu Conselheiro: “quando o Beatinho voltou, para dizer ao general que os seus companheiros preferiam morrer um a um, lá mesmo onde os arremessará a sorte” (Barreto, 18 p. 225). A cosmovisão de Antônio Vicente passou a ser a dos seus seguidores e, para eles, a morte era o caminho para a eternidade: “Que é a vida do homem neste mundo? Não é mais que mera peregrinação, que vai caminhando com tanta pressa para a eternidade” (Maciel, 1897, p. 345-346).

O 7º mandamento: “Que ofensa terrível comete neste preceito aquele que furta qualquer coisa do próximo. Se a criatura considerasse na gravíssima responsabilidade de semelhante dano, nunca o haviam de cometer” (Maciel, 1897, p. 363). Nesta parte, o autor descreve que o roubo e o furto são ações que devem ser levadas à justiça de Deus e dos homens, pois é preciso responsabilizar as pessoas pelos crimes que cometeram. O 8º mandamento “Que ofensa gravíssima comete neste preceito aquele que diz de outrem aquilo que ele não fez” (Maciel, 1897, p. 381). Semelhante ao 2º mandamento, neste Antônio Vicente escreve sobre os crimes cometidos uns contra os outros em nome de mentiras e vantagens, e como tais atos são prejudiciais para a moral religiosa. O 9º mandamento “Do preceito do Senhor se conhece a toda evidência quanto é grave a culpa daquele que comete o adultério: a Deus e ao próximo” (Maciel, 1897, p. 404). Ao longo desse preceito, o autor se refere mais às mulheres do que aos homens, porque, na sua perspectiva, as mulheres têm grande responsabilidade para que o adultério ou a traição aconteça ou não. Ele relata que

E assim todas as mulheres que se quiserem conservar em virtude para com Deus e paz para com seus maridos, não só fujam de cair em tão horrível culpa, mas nem ainda dêem a menor desconfiança a seus maridos, porque muitas vezes dissimulam com prudência o que depois vêm a executar apaixonadas, com razão (Maciel, 1897, p. 406-407)  
[...] Ocupem-se as mulheres em bons exercícios e não estejam ociosas. Devem evitar os passeios, tomando assim o exemplo do lastimoso caso que sucedeu a nossos primeiros pais. Porque se Eva estivesse em companhia de seu esposo, nem o demônio teria ocasião de a enganar, nem ela teria sido causa de fazer pecar a Adão (Maciel, 1897, p. 412).

Sua visão sobre esse mandamento está ligada não somente aos seus conhecimentos das leis divinas, mas também à sua experiência com o adultério, já que sua esposa o traiu, fugindo com um policial militar. Além disso, suas ideias sobre as mulheres estão de acordo com o que predominava na época, pois eram tratadas de maneira diferente dos homens, devendo obediência a eles. Assim, chega-se no último mandamento, 10º “É uma ofensa que comete neste preceito aquele que cobiça as cousas do próximo” (Maciel, 1897, p. 416). Na última parte de sua descrição dos mandamentos, a cobiça e o desejo das coisas alheias são destacadas para mostrar que as pessoas devem se conformar com aquilo que elas têm. Para Antônio Vicente, “a felicidade do homem consiste em conformar-se com a vontade de Deus” (Maciel, 1897, p. 417). A parte terceira das prédicas consiste em textos retirados da Bíblia. A construção desses textos começa na página 427 e vai até a 485, sendo apresentados inicialmente em latim<sup>115</sup> e seguidos de suas traduções, narrando os motivos que levaram as pessoas a seguir Jesus Cristo.

Na parte quarta, os elementos religiosos são diversos, uma vez que o autor explica o significado de cada um desses elementos para a religião católica. A cruz, para Antônio Vicente, é um dos instrumentos mais importantes, porque é nela que se demonstra o poder de Jesus. A missa é o momento mais sagrado para aqueles que creem em Deus, e, por isso, devem assisti-la todos os dias. A confissão, para o autor, é de extrema relevância, pois é nesse momento que o divino perdoa todos os pecados cometidos. Ele também fala das maravilhas realizadas por Jesus ao longo de sua vida, além de mencionar a construção do templo de Salomão. Sobre a parábola do semeador, destaca que é preciso acreditar nas palavras de Deus e ajudar aqueles que mais precisam, colaborando como podem. Na parte que fala sobre o recebimento da chave da

---

<sup>115</sup> Segundo Fiorin (1980, p. 247) o latim é uma língua sagrada dos católicos, pois “implica a posse do „mistério” da palavra divina e o direito de ensiná-la, de pregar. Seu domínio separa o corpo clerical dos profanos”.

Igreja de Santo Antônio, o padroeiro de Belo Monte, Antônio Vicente descreve que a construção da igreja ocorreu porque Jesus lhe pediu que assim o fizesse, e ele expressa sua gratidão a todos aqueles que ajudaram de alguma forma. O líder diz que:

Foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos) que tocou e moveu os corações dos fiéis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo. Maravilhosas, como dizia Moisés nos transportes do seu júbilo, são as tuas obras, justos são os teus juízos. Impossível seria, fiéis, eu fazer a Igreja de Santo António se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio. Aqueles, porém, que concorreram com as suas esmolas e com os seus braços, podem estar certos que o Bom Jesus os recompensará generosamente; eles devem ficar plenamente satisfeitos por terem concorrido para a construção da Igreja do servo do Senhor, na doce esperança de um dia serem participantes da sua glória, à vista do seu testemunho que demonstra o zelo religioso que tanto os caracteriza. O dia de hoje, fiéis, nos vem comemorar tão belo acontecimento para a nossa religião santa, quando se trata de realização de um templo tão útil, tão aceitável e agradável a Deus (Maciel, 1897, p. 539-540-541).

Em relação à República, o discurso de Antônio Vicente gira em torno de fazer críticas à incorporação do regime político, que, segundo ele, não tem o apoio divino, visto que, somente o rei possui essa ligação, sendo escolhidos por Deus para ser o representante do país. Ele demonstra insatisfação com o tratamento dado à religião, à igreja e aos fiéis com a mudança de governo. Antônio Vicente afirma que a República deseja acabar com a religião: “esta obra-prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; porque Deus protege a sua obra: ela tem atravessado no meio das perseguições; mas sempre triunfando da impiedade” (Maciel, 1897, p. 563). Escreve ainda sobre como acredita que a princesa Isabel foi escolhida por Deus para libertar os homens dos sofrimentos causados pela escravidão. Finalizando sua crítica, afirma que a República é o grande mal para o Brasil, que antes era regido com base nas leis divinas.

Além disso, ele critica a criação do casamento civil. Para ele, o casamento civil é um grande pecado contra a religião e os preceitos de Deus, incentivando a todos a desobedecerem a tal procedimento, “evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma” (Maciel, 1897, p. 608). Sobre o casamento civil é importante ressaltar que em razão da separação entre Igreja e Estado, a realização formal do matrimônio passou a ser gerida pelo Estado, causando desaprovação por parte

dos líderes religiosos, pois, “a Igreja foi apresentada em condições secundárias perante o Estado e a constituição da família” (Silva, 2003, p. 129).

A construção religiosa do manuscrito abrange aspectos presentes na Bíblia, como citações dos versículos, menções aos santos e à história de Maria e Jesus. Segundo Fiorin (1980), a postura de Antônio Vicente reflete um período marcado pelas consequências do Concílio de Trento e pelo Concílio Vaticano I. O autor entende que os “dogmas que o Conselheiro prega, entretanto, não se desviam dos parâmetros da ortodoxia. O beato não pode, em hipótese alguma, ser considerado um herege” (ibid., p. 140). Para o líder do arraial, a religião ultrapassava o lado espiritual e temporal, estando também ligada ao material. Fiorin ainda observa que nas prédicas há uma distinção “entre espiritualidade e temporalidade, estando de acordo com a noção de que o homem é composto de duas partes diferentes: corpo e alma” (ibid., p. 145). Essa diferença demonstra que, para o beato, a salvação deveria acontecer nos dois âmbitos, pois, como ele afirma, as leis dos homens devem estar de acordo com as leis de Deus, e todos os homens devem sujeitar-se a elas. De acordo com Douglas Teixeira Monteiro, os ideais religiosos estão presentes em toda a existência e vivências de Antônio, “desde as suas atividades cotidianas até o seu pensamento político” (Monteiro, 1977, p. 59).

Nesse sentido, o beato constrói sua mensagem sem perder de vista os motivos que o levaram a escrevê-la, ou seja, o seu povo. Embora não tenha indicado explicitamente o público a quem se dirige, observamos que, ao escrever a partir de experiências próximas às vividas pelos conselheiristas e considerando o período em que o fez, é possível perceber que ele se preocupava em inseri-los na história. Ele desenvolve todas as suas prédicas com base em sua cosmovisão, conhecimento, experiências e crença. Sua religiosidade era manifestada de diversas maneiras, tanto pelas práticas com as rezas e ladainhas quanto por meio de seus conselhos e ensinamentos sobre a vida. O que ele ensinava em suas prédicas eram formas de sobrevivência diante dos problemas enfrentados no sertão e da guerra que os afligia. O que mais importava para o beato era a salvação daqueles que se dispusera a segui-lo. O catolicismo expresso por Antônio Vicente/Conselheiro pode ser compreendido por meio de suas ações frente ao seu povo e aos acontecimentos que levaram ao conflito. A forma de expressar sua religião e religiosidade era predominantemente católica e inserida em um esquema maniqueísta de bem vs mal. Contudo, suas práticas estavam repletas de influências culturais dos homens e mulheres que o seguia. Com isso, o líder de Belo

Monte/Canudos não defendia a violência<sup>116</sup>, rezava, dava conselhos e acreditava fielmente que Deus salvaria a todos.

### **3.2 Antônio Vicente: líder político**

Muitas pesquisas sobre a história do movimento de Canudos abordam o tema sob o viés religioso, deixando em segundo plano ou excluindo do debate os aspectos políticos demonstrados pelo líder. Com o tempo, a inserção do viés político foi ganhando espaço nas análises. Contudo, em alguns momentos, os pesquisadores da história diminuam ou negavam a importância da religião para Conselheiro. Mas, as pesquisas mais recentes mostram que o beato tinha opiniões políticas, que exercia em conjunto com sua religiosidade. As afinidades entre as noções religiosas e políticas de Antônio Conselheiro permeiam seu pensamento e suas ações, mesmo que de forma indireta, uma vez que não há relatos de que ele tenha se intitulado um líder político. Porém, em determinados momentos, observam-se ações de um homem político, consciente da realidade em que vivia. A consciência que emerge do pensamento e ações do beato fazia parte de uma expressão de um todo, de uma consciência presente no sertão baiano. A consciência da sua classe social, ou seja, a classe trabalhadora rural foi desenvolvida em meio a um conjunto complexo de organismos privados (Gramsci apud Portelli, 1977) que reproduziam a concepção de mundo da classe dirigente.

No período que ocorre o movimento de Canudos, a classe dirigente, ainda não completamente constituída, era composta por fazendeiros não-escravistas e a classe burguesa urbana industrial. Nesse contexto, a concepção de mundo da classe fundamental abrangia, penetrava e adaptava todos os grupos sociais através dos seus diversos graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore, etc. (ibid.). Dessa forma, Antônio Vicente, deve ser entendido também por meio de suas relações com seu conjunto social e como parte de uma estrutura que define a sociedade. Além disso, é preciso pensá-lo, porque suas práticas, tanto religiosas quanto políticas, estavam dotadas de concepções teóricas do mundo que viveu, as quais lhe permitiram engendrar as possibilidades subjetivas e objetivas de transformação da realidade social da qual ele era parte integrante (Gramsci, 2010). Isso posto, a análise dos aspectos políticos

---

<sup>116</sup> Nos relatos dos livros de José Aras (2009) e Nertan Macedo (1969) são descritos por sobreviventes que Antônio Conselheiro era contra qualquer tipo de violência. Mostram ainda que no momento do conflito, o beato incentivava as pessoas a irem embora para que nada acontecesse com elas, mas que se mantinham ao seu lado.

presentes nas prédicas de Antônio Vicente parte da premissa de que há manifestações de concepções e valores ligadas a classe dirigente, mas, principalmente que há manifestações de elementos contraditórios a essa classe.

Na parte primeira de sua obra, como vimos no primeiro tópico deste capítulo, Antônio Vicente escreveu sobre a vida de Maria e Jesus. Descreveu os momentos de aflição, sofrimentos e injustiças que ambos enfrentaram, com o objetivo de aproximar a vida dos seus seguidores à daqueles que, para ele, eram os maiores exemplos a serem seguidos: Jesus e sua mãe. Para o autor, ao fazer isso, demonstrava o seu desejo de salvação para todos. Com um conteúdo majoritariamente religioso, o discurso de Antônio Vicente nos revela a preocupação no bem-estar daqueles que o seguiam. Contudo, para além de sua religiosidade, observamos elementos de uma visão política e crítica sobre a realidade que ele vivia no sertão baiano. Com isso, nas primeiras prédicas<sup>117</sup>, o beato escreve sobre as condições em que viviam Maria e Jesus, isto é, na pobreza e na simplicidade, evidenciando uma preocupação com a realidade material à qual estavam submetidos. Porém, para ele, do mesmo modo que Maria e seu filho, esse fato não os tornava menos dignos de salvação. Na prédica 7 “Dor de Maria na morte de inocentes”, o beato escreve:

Primeiro ponto: As empresas dolorosas sempre trazem consigo os sinais que caracterizam o sentimento e a tristeza, a qual, se por alguns momentos parece deixa o coração padecente, é para reaparecer com maior pena e dor (Maciel, 1897, p. 47).

Antônio Vicente narra sobre o decreto do rei da Judéia, Herodes, que ordenou a morte de todas as crianças do sexo masculino para evitar perder seu poder. A família divina, no momento em que as mortes começam, foge para o Egito, deixando tudo para trás. O beato argumenta que, para Maria, ver inocentes morrerem lhe causa ainda mais sofrimento. A partir disso, percebemos que o autor, em sua citação, demonstra o sofrimento diante das mortes dos seus seguidores. Isso é possível ser notado, pois a obra foi escrita em janeiro de 1897, momento em que a segunda expedição estava em andamento. Cremos que a relação política desse preceito está ligada ao fato de que Antônio Vicente era contrário a todo tipo de violência e entendia que os ataques eram injustos, porque o povo só buscava salvação. Essa ligação também pode ser verificada

---

<sup>117</sup> Como já citamos no tópico anterior todas as 29 prédicas, neste tópico referenciaremos somente as que serão analisadas.

na prédica 9 “Aflição de Maria na sua volta do Egito”. De modo geral, o preceito relata o retorno de Maria, José e Jesus para a Judéia e como esse momento foi de aflição devido às instabilidades e perigos encontrados no caminho percorrido. Assim como a família, Antônio Vicente e seus seguidores passaram por diversos caminhos, hora sendo bem recebidos, hora sendo tratados como problema. No entanto, isso não os impediu de seguir suas crenças e buscar a sua terra prometida, que viria a ser Belo Monte:

Terceiro ponto: Aqui vemos a santíssima Virgem ensinar-nos que enquanto vivermos neste mundo devemos temer as ciladas dos nossos inimigos, não por desconfiarmos da Providência Divina, mas por precaução não nos abandonando ao letargo, confiando temerariamente na bondade de Deus, sem fazermos de nossa parte para merecer (Maciel, 1897, p. 69).

Nas prédicas seguintes, que ainda narram à história de Maria e Jesus, compreendemos que Antônio Vicente estava muito preocupado com questões vinculadas à moralidade. O seu entendimento sobre o que é certo ou errado tem um caráter fortemente religioso, o que explica a forte presença da moral e obediência às regras. Para ele “sem a virtude da obediência” (Maciel, 1897, p. 91) não se pode agradar a Deus; e, ao desobedecer, estaria se cometendo um grande pecado, o que levaria ao castigo. Na prédica 16 “Dor de Maria na prisão de seu Filho”, por exemplo, o autor mostra como Jesus foi preso injustamente crimes que não cometeu. Antônio Vicente diz: “[...] o Cordeiro Divino que se deixa manietar para com as suas prisões nos libertar das cadeias com que tenhamos sido oprimidos [...]” (Maciel, 1897, terceiro ponto, p. 124).

Na prédica 21 “Dor de Maria quando os soldados repartiram entre si os vestidos de seu Filho”, Antônio Vicente narra o momento em que Jesus foi violentado e crucificado pelos soldados, e como esse foi um momento de tristeza para a sua mãe. Além disso, relata que os soldados, cheios de fúria, rasgaram e pegaram as vestimentas de Jesus para trocá-las por algo que pudesse oferecer algum benefício. Referindo-se a esse acontecimento, ele escreve: “Porém temos nos recebido dignamente e assim conservado a vista da divina graça? Ou a temos trocado pelo vil interesse das cousas da terra?” (Maciel, 1897, terceiro ponto, p. 161). Esse discurso faz referência aos interesses

das pessoas por coisas materiais, que pensam apenas em si mesmas e não no bem-estar de todos. Na análise dos mandamentos, no 2º mandamento<sup>118</sup>, o autor escreve:

Se Deus, para julgar as consciências dos que governam, disse que há de tomar tempo: como poderão escusar-se os homens de tomar tempo para com acerto obrarem aquilo que Deus e o monarca lhes têm encarregado por obrigação de seus ofícios e cargos, em que lhes não vai menos que a sua salvação ou sua condenação eterna? Porém, o que mais estranho e tomara que se emendassem, é o que hoje vejo tão praticado no mundo, vem a ser: uns certos juízes com capa de virtude, os quais muitas vezes tiram a justiça a quem a tem para darem a quem não a tem. Ação digna de um grande castigo e repreensão, tanto pela ofensa a Deus, como do próximo. Como se há de ajustar à lei divina e, ainda, às humanas, o que só põe os olhos no interesse e os cuidados nos respeitos humanos? Atrapalham a lei divina e negam o sentido das leis humanas, sendo que foram e são fundadas muitas razões em justiças, como o podem ver quem as ler com atenção. Honrosa causa é o ofício do juiz e assim deve cumprir com os seus deveres (Maciel, 1897, p. 264-265-266).

Neste mandamento, é possível observar a crítica que Antônio Vicente faz aos governantes e aos juízes, que, em muitos momentos, realizam práticas que são contrárias as leis. Para ele, a justiça, sendo um direito de todos, é negada e retirada das pessoas em nome de interesses pessoais. O cuidado e o respeito pelas pessoas não acontecem, pois não há a o cumprimento e obediência dos deveres que são incumbidos aos juízes e governantes. A crítica que Antônio Vicente faz dos direitos e deveres que não são cumpridos por aqueles que detêm o poder demonstra que uma visão de mundo consciente, que confronta os elementos da visão de mundo da classe dirigente. As contradições de sua realidade são manifestadas em seus escritos, e suas ações práticas evidenciam os motivos que levaram à construção de Belo Monte. Ainda sobre os mandamentos, o 5º mandamento<sup>119</sup> diz:

Não se deve proteger o assassino que deve expiar o seu crime na cadeia para não sair dela, para servir de exemplo àqueles que o queiram imitar. Para que foi constituída a lei, senão para garantir o direito do homem? Aquele, porém, que não quer sofrer injúrias por Nosso Senhor Jesus Cristo, cujo exemplo deve imitar, então recorra à lei, para punir aquele que o injuriou, porque só assim evitará de tirar a existência do próximo e arrancar tantas lágrimas de uma família. Não se pode explicar o procedimento do soberbo; se vos digo que recorram à lei, é porque me parece que muitos de vós não querem fazer a vontade de Deus; deixam-se vencer da soberba. Assim, pois, se haveis

---

<sup>118</sup> Esse mandamento refere-se ao uso do nome de Deus em vão e para dar falsos testemunhos.

<sup>119</sup> O mandamento refere-se à premissa do “não matarás”.

de lavar as mãos no sangue do próximo ide à presença da autoridade para aí, se proceder contra ele, na forma da lei, de cuja execução o Bom Jesus deixou-nos o exemplo (Maciel, 1897, p. 326-327).

O pensamento de Antônio Vicente sobre o 5º mandamento mostra que ele se preocupava em seguir tanto as leis divinas quanto as leis dos homens. Para ele, a existência das leis é a garantia de que as pessoas tenham direitos e, uma vez que haja o descumprimento delas, é necessário que as autoridades punam os infratores. Nota-se que, embora tenha sido preso e faça críticas aos responsáveis pelo cumprimento das normas, o beato compreendia a importância dos direitos, dos deveres e das leis. Isso demonstra que ele não se via como uma autoridade de maior poder, mas sim como o mediador da palavra de Deus. Sobre essa questão, no terceiro tópico do segundo capítulo, é possível verificar um exemplo da forma de Antônio Vicente lidava com o descumprimento das regras dentro do arraial. No exemplo citado no tópico, vimos que um dos moradores de Belo Monte, matou e roubou um homem, e, quando o líder soube do ocorrido, entregou o criminoso para às forças policiais. Com isso, percebe-se que o cuidado com os sertanejos que o seguiam ia muito além das relações espirituais e religiosas.

A parte quarta da obra é um dos únicos momentos em que Antônio Vicente cita diretamente a construção de Belo Monte e o seu pensamento acerca da República. Sobre o “recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, Padroeiro do Belo Monte”. Nesta parte da prédica, Antônio narra sobre a construção da segunda igreja de Belo Monte, em homenagem a Santo Antônio. Ele diz que a obra foi realizada “em virtude do poderoso auxílio do Bom Jesus” (Maciel, 1897, p. 538). A construção era uma forma de honrar a Deus e as suas glórias. Além disso, afirma que “foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos) que tocou e moveu os corações dos fiéis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo” (p. 539). E ainda completa, afirmando que:

Porém, se vós não dais crédito aos seus escritos: como dareis crédito às minhas palavras? Quem tellia nunca imaginado que no século dezanove, cujo povo foi educado nos santos salutareis princípios da religião cristã, que muitos deles deixassem de se nutrir do verdadeiro sentimento do amor de Deus; além de darem tão triste testemunho, ocorre que se movem pela incredulidade, imitando assim os judeus, idéia horrorosa, pensamento ingrato; que eles não ligam a menor importância pela sua salvação, como são os maçons, protestantes e republicanos, porque eles também só acreditam na Lei de Moisés,

espalhando doutrinas falsas e errôneas aos ignorantes, arrastando assim tantas almas para o inferno, além das perseguições que eles fazem à religião do Bom Jesus, nunca eles hão de triunfar, porque Deus protege a sua obra (Maciel, 1897, p. 547-548).

O que o beato escreve nessa parte está relacionado ao fato de que, para ele, os ideais da religião cristã estavam sendo negados pelos homens em detrimento de outras crenças. Para Antônio Vicente, as doutrinas falsas, como a dos republicanos, perseguem e têm como objetivo acabar com a religião católica para assim triunfarem, mas isso não aconteceria, porque os fiéis e a religião são protegidos pelo divino. Essa perspectiva do autor está ligada ao novo formato do regime republicano, em que há a separação entre o Estado e a Igreja. O seu discurso sobre a República é dividido em quatro temas principais: a Companhia de Jesus; o casamento civil; a família imperial e a libertação dos escravos. Vejamos o que o autor escreve sobre a República e a Companhia de Jesus:

Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fiéis, de um assunto que só a incredulidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela. Hoje porém foge toda a segurança, porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião. Admiro o procedimento daqueles que têm concorrido com o seu voto para realizar-se a república, cuja idéia tem barbaramente oprimido a Igreja e os fiéis: chegando a incredulidade a ponto de proibir até a Companhia de Jesus; quem pois não pasma à vista de tão degradante procedimento? Quem diria que houvesse homens que partilhassem de semelhante idéia. A república é o ludíbrio da tirania para os fiéis. Não se pode qualificar o procedimento daqueles que têm concorrido para que a república produza tão horroroso efeito!! Homens que olham por um prisma, quando deviam impugnar generosamente a república, dando assim brilhante prova de religião. Demonstrado, como se acha, que a república quer acabar com a religião, esta obra-prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; porque Deus protege a sua obra: ela tem atravessado no meio das perseguições; mas sempre triunfando da impiedade. Por mais ignorante que seja o homem, conhece que é impotente o poder humano para acabar com a obra de Deus. Considerem, portanto, estas verdades que devem convencer àquele que concebeu a idéia da república, que é impotente o poder humano para acabar com a religião. O presidente da república, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados (Maciel, 1897, p. 560 a 565).

Como é possível notar, para Antônio Vicente a Companhia de Jesus teria sido proibida com a instauração da República; contudo, esse fato não ocorreu nesse período, mas sim no século XVIII. Embora tenham sido expulsos em 1759, no século XIX, os jesuítas voltaram ao Brasil, porém sem a mesma influência que tinha anteriormente. De acordo com Livia Pedro, houve algumas atividades dos inacianos nos anos de 1841, “onde ergueram novas províncias, residências e colégios, em condições econômicas, políticas, culturais e sociais bem diferentes das deixadas no século XVIII” (Pedro, 2008, p. 27). Entretanto, como é possível observar, essas atividades aconteceram ainda no período da Monarquia. Em relação ao período da República, a autora afirma que há relatos das ações dos jesuítas já nos anos de 1900. Nesse sentido, cremos que o autor tenha se referido à expulsão dos jesuítas por parte da República, porque a Igreja Católica estava perdendo cada vez mais espaço nas relações político-sociais. Para Antônio Vicente, esse movimento de afastar a Igreja do Estado era uma das formas de exterminar a religião. As perseguições que a religião e os fiéis estavam sofrendo eram entendidas como uma grande injustiça. Nesse caso, percebemos que sua crítica está ligada à perseguição que ele e seus seguidores estavam sofrendo através das campanhas do exército em Belo Monte. Ainda sobre as mudanças que a Igreja sofreu, o líder da comunidade afirma que:

Estas verdades demonstram que o casamento é puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo; não pode portanto o poder temporal de forma alguma intervir neste casamento, cujo matrimônio na lei da graça Nosso Senhor Jesus Cristo o elevou à dignidade de sacramento, figurando nele a sua união com a santa Igreja, como diz são Paulo. Assim, pois, é prudente e justo que os pais de família não obedeçam à lei do casamento civil, evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma (Maciel, 1897, p. 607-608).

A separação entre Estado e Igreja, estabelecida em 1891, tornou o casamento religioso sem qualquer efeito civil. Ou seja, antes desse momento, a autoridade religiosa era a única competente para validar o casamento, entretanto, com as novas regras republicanas, o casamento passou a ser tutelado pelo Estado. Para Antônio Vicente, essa cisão era um crime contra a religião e os seus preceitos. Ele entendia que o matrimônio era um contrato entre duas pessoas e Deus e, por isso, ao torná-lo civil, estariam cometendo uma ofensa gravíssima. Sua visão sobre esse acontecimento nos permite considerar que as transformações políticas e sociais da Primeira República,

principalmente em relação à Igreja Católica e o que esta representava, romperam com uma estrutura permeada por elementos cristãos, segundo a qual a instituição seria o lugar de assistência e legitimidade. Entre suas prédicas, no entanto, não há citações sobre a mudança na coordenação dos cemitérios, mas, assim como o casamento, este passou a ser organizado pelo Estado. Apesar de não falar do tema, Conselheiro se dedicou à construção e reformar de cemitérios, e por isso acreditamos que seu empenho nessa atividade também esteja relacionado a essa separação. Para os cristãos, a morte tem grande significado, porque é o momento de descanso na vida eterna junto a Deus.

Antônio Vicente entende que o fim da escravidão aconteceu porque Deus ordenou à princesa Isabel que o fizesse. Além disso, afirma que a princesa teria sido aconselhada a assinar o decreto de liberdade, pois, como os ideais da República estavam em voga nos debates, havia a perspectiva de que os novos governantes não concordariam com a libertação do povo, o que poderia evitar o fim da escravidão. Para o autor das prédicas, a abolição foi um evento muito importante para a história do Brasil e para o povo brasileiro. Toda a crueldade e violência são vistas pelo beato como um pecado contra o povo de Deus. Ao realizar esse feito, a representante da Monarquia demonstrava a sua fidelidade com Deus e ao povo, e, por esse motivo, os republicanos eram contrários ao regime monárquico. Com isso, ele escreve:

É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque sua alteza a senhora Dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o, tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano; a força moral (que tanto a orna) com que ela procedeu à satisfação da vontade divina constitui a confiança que tem em Deus para libertar esse povo, não era motivo suficiente para soar o brado da indignação que arrancou o ódio da maior parte daqueles a quem esse povo estava sujeito. Mas os homens não penetram a inspiração divina que moveu o coração da digna e virtuosa princesa para dar semelhante passo; não obstante ela dispor do seu poder, todavia era de supor que meditaria, antes de o pôr em execução, acerca da perseguição que havia de sofrer, tanto assim que na noite que tinha de assinar o decreto da liberdade, um dos ministros lhe disse: Sua Alteza assina o decreto da liberdade, olhe a república como uma ameaça; ao que ela não liga a mínima importância, assinando o decreto com aquela disposição que tanto a caracteriza. A sua disposição, porém, é prova que atesta do mundo mais significativo que era vontade de Deus que libertasse esse povo. Os homens ficaram assombrados com tão belo acontecimento, porque já sentiam o braço que sustentava o seu trabalho, donde formavam o seu tesouro, correspondendo com ingratidão e insensibilidade ao trabalho que desse povo recebiam (Maciel, 1897, p. 619 a 623).

Compreendemos, nessa passagem, a preocupação do líder de Belo Monte com o bem-estar e segurança de todos aqueles que fazem parte do Brasil. Não há muitas informações acerca do tema na história da Guerra de Canudos, mas nota-se, que para ele, a violência da escravidão não se justificava e que todos mereciam ser tratados igualmente. Ademais, Antônio Vicente recebeu em seu arraial muitos libertos que não tinham para onde ir e que lutaram até o fim ao lado do povo conselheirista. A respeito da família real, o beato tem uma visão que está vinculada à religião, pois, para ele, por serem escolhidos por Deus, são os únicos com legitimidade para governar o Brasil. Assim, o autor entende que:

É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? Quem não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3º tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô o senhor dom Pedro 2º, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece o seu direito e, conseqüentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil? Negar estas verdades seria o mesmo que dizer que a aurora não veio descobrir um novo dia (Maciel, 1897, p. 567-568-569).

No que concerne a esse tema, entendemos que, apesar de defender a família real, Antônio Vicente/Antônio Conselheiro não era um monarquista. O argumento de que era favorável ao regime monárquico foi construído no período do conflito e constantemente enfatizado em obras que narram a história. Mas, assim como diversos autores citados ao longo desta pesquisa, acreditamos que o líder da comunidade foi erroneamente considerado monarquista devido aos jogos políticos que estavam ocorrendo tanto no âmbito estadual quanto no nacional. Seu apoio à família real estava mais relacionado à religiosidade do que do seu modo de governar, já que momentos de miséria e hostilidade aconteceram ainda no período da Monarquia, por exemplo, a sua prisão em 1876. Em suas prédicas não há qualquer menção de alguma ação concreta contra a República, mas é no meio do seu discurso religioso, que encontramos uma proposta política, isto é, “o seu discurso político implica uma proposta política” (Fiorin, 1980, p.

276). Sua visão de mundo foi constituída em um momento de transição e de transformações políticas, econômicas e sociais. Todo esse processo foi desenvolvido com base em disputas políticas, muitas das quais faziam uso da violência. A nova ordem a ser estabelecida na Primeira República fez arranjos para que toda a estrutura seguisse o novo modelo vigente.

De acordo com Fiorin (ibid., p. 241) o discurso religioso de Antônio Conselheiro não retira “a sua verdade do mundo físico e das possibilidades ou impossibilidades científicas”. Embora tenha concepções e valores vinculados à classe dirigente, o autor afirma que “o discurso do beato apresenta uma rebeldia contra o estado de coisas da sua época” (ibid., p. 277). Com isso, a religiosidade do líder do arraial é convertida na luta contra a hegemonia da classe fundamental, ou seja, sua crença é transformada em força material. Para Sampaio e Damasceno (2005, p. 100), o movimento de Canudos “é expressão da luta de classes”, porque representava “uma alternativa de sociabilidade, um projeto de mundo marcadamente diferente do modelo imposto pela nascente República”. Isso nos mostra que todas as práticas e ações do beato refletem uma posição consciente e crítica de uma realidade própria do sertão nordestino. Suas experiências e vivências levaram à organização política voltada à mudança da condição material do povo sertanejo de Belo Monte, desenvolvendo uma comunidade autônoma e fraterna. Além disso, segundo os autores citados, Antônio Vicente/Conselheiro foi um homem que falava a mesma língua e sofria as mesmas angústias que seu povo. E, por isso, era capaz de “traduzir no plano da representação a vivência e as aspirações do coletivo que o envolve. Um intelectual orgânico” (ibid., p. 71).

### **3.3 Antônio Vicente como um *intelectual orgânico* revolucionário**

A princípio, quando falamos sobre o que é ser um intelectual, nos deparamos com diversos sentidos. Por exemplo, ser um intelectual pode ser visto como alguém dedicado a atividades que exigem um grande esforço mental, ou alguém culto, que estuda e possui amplo conhecimento sobre a cultura, artes, história, ciência, etc. Entretanto, ao abordar o conceito de intelectual a partir da cientificidade da História, encontramos um sentido socialmente construído, que, em sua maioria, está limitado às áreas acadêmicas. Para Gramsci, existem na estrutura social dois tipos principais de intelectuais: os *intelectuais tradicionais* e os *intelectuais orgânicos*. Apesar de serem

distintos, o autor compreende que “todos têm em comum o vínculo mais ou menos estreito que os liga a uma classe determinada” (Gramsci apud Portelli, 1977, p. 105). Isso significa que os intelectuais têm origens nas mais diversas classes sociais. Além disso, ele observa que a formação dos intelectuais é modificada, “em cada país, pelo desenvolvimento do capitalismo” (ibid., p. 112). De modo geral, Gramsci caracteriza os intelectuais como “funcionários das superestruturas” (ibid., p. 108) e sua função é elaborar a ideologia da classe dominante e dar consciência ao seu papel, transformando-a em “concepção de mundo que impregna todo o corpo social” (ibid., p. 109).

Os intelectuais tradicionais fazem parte de diversas camadas de intelectuais que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental. Ou seja, pertencem ao antigo bloco histórico e, por esse motivo, devem ser suprimidos pela classe fundamental. Mas, o processo de suprimi-los ou absorvê-los é difícil devido à sua diversificação. Os intelectuais tradicionais costumam se apresentar como uma categoria autônoma, porque perderam seu vínculo com a base social. Sua autonomia ocorre “porque estão fortemente organizados, formam uma casta” (Gramsci apud Portelli, 1977, p. 117). Além do mais, sua relação é principalmente com a igreja. Existem ainda, intelectuais tradicionais do tipo urbano, que “cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes” (Gramsci, 2022, p. 22). Já os intelectuais tradicionais do tipo rural são “ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa, de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes” (ibid., p. 23). Este tipo de intelectual tem uma função político-social importante, pois estabelece a conexão entre camponeses e a administração estatal ou local.

Os intelectuais orgânicos que compõem o novo bloco histórico são “especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz” (Gramsci, 2022, p. 16). O vínculo orgânico de um intelectual está representado na atividade que exerce no bloco histórico ao qual pertence, produzindo um sistema explicativo complexo ligado à classe fundamental. Segundo Gramsci (2022), os intelectuais do tipo orgânico são organizadores do Estado e do comércio, e se desenvolveram em um novo tipo de intelectual organizador da indústria. Para o autor, os intelectuais orgânicos não se limitam ao seu tipo mais comum, visto que compreende que todos os homens são intelectuais, embora nem todos exerçam essa função. Gramsci (2022) destaca que o intelectual orgânico não é necessariamente um agente do mundo moderno, fabril e urbano. Ele emerge nesse ambiente, mas é no seu meio que se

desenvolvem diferentes intelectuais orgânicos, elaborando e organizando a ação entre as classes, fazendo parte do movimento da luta de classes.

Gramsci não atribui aos intelectuais orgânicos um papel de mestre ou orador, “mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, „persuasor permanentemente”” (ibid., p. 54). Nesse sentido, o que os caracteriza é o fato de serem organicamente parte de uma classe e organizá-la a partir de uma ação coerente, na qual é possível verificar a relação entre filosofia e práxis. Partindo do debate feito por Gramsci acerca do papel dos intelectuais no seio do bloco histórico e das questões relativas às concepções religiosas e políticas de Antônio Vicente, analisaremos neste tópico como o seu conhecimento religioso e político foram fundamentais para a construção de sua intelectualidade. Assim, o objetivo é desenvolver uma análise que entenda o líder de Belo Monte como um intelectual orgânico revolucionário, ou seja, como alguém que “efetivamente desenvolve suas atividades no cotidiano da sociedade, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, produto e produtor das questões culturais” (Vivar y Soler, 2017, p. 556).

Nesse sentido, partindo do pensamento de Gramsci, compreendemos que todo homem é um intelectual, pois todos têm algum nível de consciência e de dever, que desenvolve por meio de atividades intelectuais o que capta do senso comum, que “participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (Gramsci, 2022, p. 54). A análise será realizada tanto das prédicas quanto das ações práticas Antônio Vicente, uma vez que é possível observar características de sua conduta moral e de sua concepção do mundo em ambos os momentos. Como Sampaio e Damasceno (2005, p. 21) apontam, é necessário considerar “o nível de consciência possível nos sertões em que se movia o peregrino do Belo Monte”. É preciso, antes da análise, destacar que, ao longo deste capítulo, reiteramos a mesma fonte e os mesmos argumentos para afirmar que Antônio Vicente é político e religioso. É por meio dessa discussão que compreendemos que ele pode ser considerado um intelectual orgânico. Assim, vejamos o que o beato escreve na parte primeira de suas prédicas: prédica 6 “Dor de Maria por ocasião de sua fuga para o Egito”:

Segundo ponto: Mas todas estas considerações não desanimam nossa querida Mãe: porque via bem o perigo em que Jesus estava e que por

isso mesmo era preciso subtraí-lo das mãos da tirania, ainda quando ela sofresse muito grandes incômodos e passasse pelos maiores perigos (Maciel, 1897, p. 41-42).

Terceiro ponto: Pobreza na comida, pobreza no vestido, pobreza no deserto, pobreza na cidade, pobreza de dia, pobreza de noite, eis como vemos as criaturas mais santas que viram os séculos (Maciel, 1897, p. 44).

Neste preceito, Antônio Vicente descreve o momento de fuga de Maria, José e Jesus para o Egito, ressaltando como esse período foi intenso e cheio de dificuldades, já que tiveram de abandonar sua terra natal sob ameaças do rei Herodes. A família divina passou por muitos sofrimentos, faltando-lhes recursos e atravessando lugares onde poderiam ser prejudicados por pessoas mal-intencionadas. Contudo, o beato destaca que, apesar de todo o sofrimento, permaneceram firmes e fortes, seguindo as leis de Deus. Nesta prédica é possível observar que, assim como Maria, José e Jesus, Antônio e seus seguidores partiram das regiões que nasceram e viviam, passando por dificuldades e enfrentando a pobreza extrema. Embora o sofrimento, o povo sertanejo seguia o beato com todo o seu propósito, pois acreditavam que estavam seguindo o caminho que os levariam a uma vida sem miséria. Para Sampaio e Damasceno, os sertanejos que ignoravam o passado do seu peregrino, “guardavam os conselhos e sentiam alguma melhora nas condições de existência com as ações que o peregrino realizava em mutirão” (2005, p. 26).

Na prédica 7 “Dor de Maria na morte de inocentes”, o autor escreve: “As empresas dolorosas sempre trazem consigo os sinais que caracterizam o sentimento e a tristeza, a qual, se por alguns momentos parece deixar o coração padecente, é para reaparecer com maior pena e dor” (Maciel, 1897, primeiro ponto, p. 47). Nessa prédica, Antônio Vicente fala sobre o sofrimento de Maria com a morte de crianças inocentes, que ocorreram em nome da ganância do rei da Judéia. Nota-se que, apesar do sofrimento causado pela pobreza, miséria e mortes, eles estavam cumprindo o que Deus havia reservado a todos, e, por isso, tanto Antônio quanto seus seguidores seriam recompensados com o amor e a santidade de Deus. Na prédica 8 “Desolação de Maria durante o seu desterro do Egito”:

Primeiro ponto: A santíssima Virgem durante o seu desterro no Egito não poucas vezes derramava lágrimas pelo que via diante de seus olhos e pela distância de sua querida, Sião. E nisto mesmo a Senhora nos ensina a desprezar o Mundo e suspirar pela pátria Celeste, nossa verdadeira morada (Maciel, 1897, p. 56).

Terceiro ponto: Neste procedimento da Senhora não descobrimos outra cousa senão uma lição importantíssima, que muito nos diz respeito; porque, se neste mundo, que é o nosso desterro, podemos adorar a Deus, podemos contemplar seus atributos, estes piedosos sentimentos nascem de um coração peregrino que deve ardentemente suspirar pela pátria bendita. É isto, pois, que nossa carinhosa Mãe nos ensina e é por conseguinte o que devemos praticar (Maciel, 1897, p. 61-62).

Antônio Vicente escreve sobre o período em que Maria e sua família ficaram longe de sua terra natal, Sião. Nela, é possível perceber as relações que o beato estabelece entre o desterro de Maria e a sua busca pela “pátria Celeste” (Maciel, 1897, p. 56) e os moradores de Belo Monte. Essa ligação acontece porque os sertanejos saíram de diversas partes do Brasil em busca de melhores condições de vida, em busca de uma “pátria bendita” (ibid., 62). Acreditamos que, para Antônio Vicente e seus seguidores essa pátria seria Belo Monte, um lugar onde todos são tratados igualmente e não faltam recursos para viver. A prédica 16 “Dor de Maria quando os soldados repartiram entre si os vestidos de seu Filho”, o líder da comunidade escreve: “É mui necessário considerarmos que nenhum dos sucessos da vida de Jesus é destituído de instrução” (ibid., segundo ponto, p. 158). Nota-se que Antônio Vicente dá ênfase ao fato de que Jesus era um homem de conhecimento e, por isso, teve sucesso em sua vida. Para o autor, a instrução e o conhecimento desempenham um papel fundamental na vida das pessoas. Isso pode ser confirmado através da análise da formação do arraial, já que o local possuía uma rua principal com o nome em homenagem à professora que ensinava todos que ali residiam.

Nas demais prédicas, Antônio Vicente aborda todo o sofrimento de Maria e Jesus. Ao contar a história dos dois, o autor utiliza referências da Bíblia, mas também recorre a outros livros e autores como base, como os livros *Horas Marianas* e *Missão abreviada*. A construção que faz das passagens em que descreve os momentos da vida de Maria e seu filho busca relacioná-los às experiências de seu povo, para que sirvam como inspiração. Além disso, ao longo da obra, utiliza filósofos e teólogos, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino<sup>120</sup>. Na parte segunda do manuscrito “Os dez mandamentos da lei de Deus”, Antônio Vicente escreve as regras e leis que todos

---

<sup>120</sup> Ao longo de sua obra, Antônio Vicente utiliza Santo Agostinho e São Tomás de Aquino para se referir a algum ensinamento. Usa os escritos de ambos para justificar o sentido do ensinamento a ser compreendido. Ele cita também o Santo Inácio de Loiola, mas dando menor ênfase.

devem seguir para se tornarem dignos da salvação de Deus. Com isso, no 2º mandamento, ele afirma que:

A história refere o fato de uma fé tão firme praticada nos primeiros séculos do cristianismo pelos soldados do imperador Juliano que jamais se apagará da memória da posteridade. Mandando-lhes o imperador que eles adorassem os ídolos, desobedeceram porque tinham o verdadeiro sentimento de religião, que só a Deus se deve adorar, o verdadeiro Rei que reina nos mais altos céus. Movidos de zelo religioso, que tanto caracterizava nos seus corações, desobedeciam ao monarca porque sabiam verdadeiramente que era uma ofensa gravíssima que cometiam contra Deus, se adorassem os ídolos (Maciel, 1897, p. 261-262).

O mandamento que trata de cometer injúrias no nome Deus demonstra o entendimento que Antônio Vicente tinha sobre a história da religião católica, pois faz referência ao imperador Juliano e os primeiros tempos da instauração do cristianismo. A ideia apresentada neste preceito não se refere à adoração de santos, porque o autor tinha como padroeiro Santo Antônio e era devoto da virgem Maria. O foco, no entanto, está ligado às manifestações contrárias ao catolicismo praticado por ele, ou seja, um catolicismo tradicional que é matriz de sua visão de mundo. Em outra parte do mesmo mandamento, ele escreve que:

Se Deus, para julgar as consciências dos que governam, disse que há de tomar tempo: como poderão escusar-se os homens de tomar tempo para com acerto obrarem aquilo que Deus e o monarca lhes têm encarregado por obrigação de seus ofícios e cargos, em que lhes não vai menos que a sua salvação ou sua condenação eterna? Porém, o que mais estranho e tomara que se emendassem, é o que hoje vejo tão praticado no mundo, vem a ser: uns certos juízos com capa de virtude, os quais muitas vezes tiram a justiça a quem a tem para darem a quem não a tem. Ação digna de um grande castigo e repreensão, tanto pela ofensa a Deus, como do próximo. Como se há de ajustar à lei divina e, ainda, às humanas, o que só põe os olhos no interesse e os cuidados nos respeitos humanos? Atrapalham a lei divina e negam o sentido das leis humanas, sendo que foram e são fundadas muitas razões em justiças, como o podem ver quem as ler com atenção. Honrosa causa é o ofício do juiz e assim deve cumprir com os seus deveres (Maciel, 1897, p. 264 a 266).

Como este mandamento trata do uso do nome de Deus para mentiras e injúrias, Antônio Vicente expressa seu descontentamento com a justiça da sociedade. Para ele, aqueles que são encarregados em torná-la viável se aproveitam e utilizam as leis em benefício próprio. O autor observa as injustiças e o desrespeito cometidos entre os que

detêm o poder, em detrimento daqueles que nada têm, demonstrando que seu discurso sobre a moralidade, direitos e dos deveres. No 3º mandamento, ele escreve sobre a importância de reservar os dias santos para dedicar-se a Deus. Neste preceito, o autor afirma que é somente seguindo as regras divinas que as pessoas seriam salvas de todos os males. Para ele, o paraíso de Deus é um lugar “perfeito dia, alegre, claro, sereno e cheio de toda segurança para sempre” (Maciel, 1897, p. 292). Essa perspectiva indica que o beato compreendia a necessidade de transformar a vida dos seus seguidores, já que estavam sendo atacados e mortos por aqueles que deveriam protegê-los. No 5º mandamento, Antônio Vicente escreve:

Não se deve proteger o assassino que deve expiar o seu crime na cadeia para não sair dela, para servir de exemplo àqueles que o queiram imitar. Para que foi constituída a lei, senão para garantir o direito do homem? Aquele, porém, que não quer sofrer injúrias por Nosso Senhor Jesus Cristo, cujo exemplo deve imitar, então recorra à lei, para punir aquele que o injuriou, porque só assim evitará de tirar a existência do próximo e arrancar tantas lágrimas de uma família. Assim, pois, se haveis de lavar as mãos no sangue do próximo ide à presença da autoridade para aí, se proceder contra ele, na forma da lei, de cuja execução o Bom Jesus deixou-nos o exemplo (Maciel, 1897, p. 325 a 327).

Para o autor, o mandamento “não matarás” carrega a noção de que as pessoas que cometem tal crime devem ser levadas à justiça. Porém, ele acredita que isso deve ocorrer tanto na justiça divina quanto na dos homens. Antônio Vicente entende que recorrer às leis dos homens é uma forma de garantir justiça e o direito de todas as pessoas. Novamente, é possível notar a importância que ele dá às leis civis, mostrando que, embora discordasse e tivesse críticas às políticas republicanas, ainda recorria a elas. O 7º mandamento, descrito como “não roubarás”, guarda a relação com o que foi exposto sobre o 5º mandamento. Vejamos o que o líder de Belo Monte escreve:

Se o primeiro passo dado pelo ladrão na carreira do crime fosse logo rigorosamente punido, a ponto de não sair da cadeia, não haviam, de se ver tantas desgraças. [...] Antes deveis pedir (no caso de achar-vos sem meios de subsistência para vós e a vossa família), do que tirar a mínima cousa do próximo (Maciel, 1897, p. 363-364).

Um brado unânime se deve pronunciar contra os ladrões, pelos prejuízos que causam com tão enorme procedimento. Sim, não se deve protegê-los para exemplo daqueles que os queiram imitar. Quem desconhecerá que a impunidade daquele que comete o furto serve de animação aos outros para cometê-lo? O homem não pode pois justificar o seu procedimento a respeito de tirar o alheio por mais

pobre que ele seja, deve atirar-se ao trabalho para dali tirar o meio da sua subsistência e de sua família (Maciel, 1897, p. 367-368).

E assim alcançou o perdão de seus pecados. Por esse mundo cometem-se furtos e roubos. Furta o negociante que oculta os defeitos da fazenda na vara, no côvado, no peso, na medida, misturam a bebida com água. Quando o objeto não tem pronta venda, deixa de vender para aproveitar a ocasião da falta, para exigir mais do por que pode vender. Aproveitase da ignorância do vendedor e comprador. O juro excessivo que exige daqueles que estão na precisão (Maciel, 1897, p. 377).

[...] Furta o artista quando não trabalha com a precisa diligência, assim como furta aquele dono de obras, aproveitando-se da necessidade do operário não lhe pagando seu trabalho como deve (Maciel, 1897, p. 378).

Neste preceito, é possível identificar o pensamento de Antônio Vicente sobre os crimes cometidos contra as pessoas em nome do interesse pessoal. Para ele, se os criminosos fossem punidos corretamente, não haveria tantas injustiças. O autor acredita que é melhor pedir do que roubar, pois assim não estará cometendo crime algum. Além disso, sua visão sobre roubo e furto não se limita apenas aos atos cometidos pelos ladrões, mas abrange aqueles feitos por todo tipo de gente. Ele faz críticas àqueles que se aproveitam da inocência e ignorância das pessoas para benefício próprio, principalmente os patrões em relação aos trabalhadores. Com isso, o beato compreende que é por meio do trabalho digno que as pessoas conseguem sair da miséria em que se encontram. Nos outros mandamentos, Antônio Vicente segue a mesma perspectiva dos mandamentos bíblicos, mas no 6º há uma diferença, porque nele o autor dá ênfase à morte. Para ele, a morte é vista como o momento em que se poderá gozar da vida eterna junto a Deus.

Contudo, isso só aconteceria se cada um tivesse seguido as leis divinas e trabalhado honrando a Deus. Sua filosofia de vida é que a morte não é o fim, mas o começo de uma vida no paraíso divino. Esse pensamento nos permite entender que o beato escreve sobre um momento da vida que, para muitos, é causa de sofrimento, especialmente quando estão sendo assassinados injustamente por centenas de soldados. Todavia, mesmo sendo mortos, aquele não era o fim; a vida eterna os aguarda. A parte terceira, Antônio Vicente escreve textos extraídos da Bíblia. A princípio, ele escreve os versículos do livro sagrado em latim e depois os traduz. Os textos escolhidos são passagens do início da vida de Jesus, os dez mandamentos, além de trechos que ressaltam a importância da Igreja Católica. Na parte quarta “Prédicas de circunstância e

discursos”, o autor expõe sua opinião acerca de aspectos significativos do catolicismo, sobre a construção de Belo Monte e sobre a República.

Na seção que fala sobre a cruz, ele afirma que toda pessoa deve carregar sua cruz, pois é assim que poderá ir para o céu. Ele diz ainda que Jesus foi tratado como louco, criminoso e malfeitor, mas que isso não o impediu de fazer o bem. Assim, a cruz se torna o meio de redenção dos pecados e o instrumento de poder de Jesus e Deus. Sobre a missa e a confissão, observa que é necessário ter constância em ambos os momentos para que haja a presença divina nas vidas, evitando os maiores pecados contra Deus. Finalmente, ele comenta sobre o momento que receberam a chave da Igreja de Santo Antônio, padroeiro do Belo Monte:

Foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos) que tocou e moveu os corações dos fiéis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo. Maravilhosas, como dizia Moisés nos transportes do seu júbilo, são as tuas obras, justos são os teus juízos. Impossível seria, fiéis, eu fazer a Igreja de Santo Antônio se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio. Aqueles, porém, que concorreram com as suas esmolas e com os seus braços, podem estar certos que o Bom Jesus os recompensará generosamente; eles devem ficar plenamente satisfeitos por terem concorrido para a construção da Igreja do servo do Senhor, na doce esperança de um dia serem participantes da sua glória, à vista do seu testemunho que demonstra o zelo religioso que tanto os caracteriza. O dia de hoje, fiéis, nos vem comemorar tão belo acontecimento para a nossa religião santa, quando se trata de realização de um templo tão útil, tão aceitável e agradável a Deus. [...] Cabe-me ainda o prazer de declarar-vos que já rendi as devidas graças ao Bom Jesus por me ter prestado o seu poderoso auxílio a fim de eu levar a efeito a obra do seu servo, que a não ser tão belíssima pessoa, certamente não conseguiria realizá-la. Praza aos céus que os habitantes de Belo Monte saibam agradecer cordialmente os benefícios que acabam de receber do Bom Jesus, que é uma prova que atesta do modo mais significativo os tesouros da sua infinita bondade e misericórdia (Maciel, 1897, p. 547 a 553).

Nesta parte da prédica, Antônio Vicente menciona o que seus seguidores estavam fazendo em nome da crença no divino. Mesmo com poucos recursos, buscaram ajudar na construção da nova igreja de Belo Monte. Para o autor, a devoção e construção da igreja os aproximaram de Deus e os levariam à salvação. A igreja era vista entre os moradores do arraial como símbolo de sua fé em Deus e no Conselheiro. Durante a guerra, ela serviu como fortaleza de defesa contra os ataques dos soldados. Nos últimos momentos do conflito, a destruição da igreja foi vista como emblema do fim da guerra e o fim dos fanáticos que seguiam Antônio Conselheiro. Na prédica sobre

a República, o beato não se exime de dar ênfase no seu descontentamento sobre diferentes temas. Ele tece críticas sobre o fim da companhia de Jesus, embora, como afirmamos anteriormente, isso não tenha acontecido no período republicano. Também se pronuncia sobre o casamento civil, a família imperial e a libertação dos escravos. Seu pensamento sobre a República é que ela é “um grande mal para o Brasil” (Maciel, 1897, p. 561). Um dos motivos da perspectiva de Antônio Vicente sobre o regime republicano foi movido pela separação entre Estado e Igreja.

Sobre essa questão, é importante salientar que, desde o período colonial, o papel da religião e da Igreja Católica no Brasil se constituiu como um suporte ao Estado, pois, por meio da religião, foram criadas organizações de caridade, capelas, hospitais e ordens religiosas (Mattoso, 1992). Com a integração da Igreja nas funções civis do Estado, era possível garantir certa influência política nas regiões em que atuavam. As instituições chegavam aos lugares mais afastados e invisíveis aos olhos do governo, por exemplo, no sertão brasileiro. O poder e as regalias que os clérigos e párocos ganharam estão relacionados às “[...] jurisdição sobre vários atos mistos como registro de nascimentos, matrimônios e óbitos, administração de cemitérios, interpretação de testamentos, inscrições dos eleitores e participação ativa nas mesas eleitorais” (Santirocchi, 2013, p. 2). De acordo com Sergio Miceli, com a Proclamação da República, o papel da Igreja Católica foi modificado, já que, naquele momento, Igreja e Estado se constituiriam como instituições separadas. O autor afirma que, com a separação com o Estado, foi preciso encontrar meios para a manutenção do poder e influência na sociedade. Assim,

os dirigentes eclesiásticos viram seus esforços condicionados quer pela necessidade de acertarem fórmulas de acomodação com as elites oligárquicas quer pelas diretrizes importadas pela política pontifícia de „romanização“ nas regiões periféricas (Miceli, 1985, p. 92).

Na interpretação de Miceli, apesar na separação entre as duas instituições, a Igreja permaneceu com poder e influência na sociedade brasileira, contribuindo para a “unificação do sistema político republicano e para a manutenção da ordem social vigente através de seu envolvimento intenso nos diversos domínios de atividades onde logrou alcançar uma posição de virtual monopólio” (Miceli, 1985, p. 110). Além disso, o autor explica que a Igreja teve papel fundamental na repressão do movimento de Canudos, uma vez que foi por meio do contato entre a organização eclesiástica e o

arraial que surgiu a iniciativa de combater os sertanejos que residiam na região<sup>121</sup>. Nesse sentido, cremos que o pensamento de Antônio Vicente acerca da separação do Estado e Igreja tenha ocorrido mais no sentido do afastamento do ser divino das práticas que antes eram realizadas exclusivamente pela Igreja, como, a escolha do representante, o matrimônio e o sepultamento dos mortos. Notamos esses aspectos nas passagens em que o beato fala sobre a monarquia, a família real e o casamento civil. Adicionamos a questão do cemitério, pois compreendemos que um dos motivos de Antônio Conselheiro dedicar-se à construção e reforma de cemitérios tenha sido o fato de estes terem passado para o domínio público. Vejamos o que ele escreve em suas prédicas sobre a ilegitimidade da República:

Por mais ignorante que seja o homem, conhece que é impotente o poder humano para acabar com a obra de Deus. Considerem, portanto, estas verdades que devem convencer aquele que concebeu a ideia da república, que é impotente o poder humano para acabar com a religião. O presidente da república, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados (Maciel, 1897, p. 563-564).

É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? (Maciel, 1897, p. 567-568).

Como citamos anteriormente, sua visão de Antônio Vicente sobre a República está ligada a sua concepção de mundo pautada na religião, ou seja, a escolha legítima do representante do Brasil seria feita segundo as vontades de Deus. Grande parte de sua vida foi durante o período monárquico, e todas as suas experiências e seu conhecimento se deram no momento em que a família real governava. Mesmo tendo passado por problemas e sofrido com a ausência das políticas eficazes durante o regime político, sua crença na legitimidade da família real prevalecia. Percebemos que, na concepção de Antônio Vicente, as leis divinas e as leis dos homens não se misturavam, pois na justiça divina não haveria falhas, todos eram tratados igualmente. Em contrapartida, a justiça dos homens frequentemente privilegiava o interesse e o poder. Quanto à família imperial, o beato acreditava que ela era digna e possuía o direito de governar o país,

---

<sup>121</sup> Sobre esse tema ver o capítulo 1, tópico 1.1.

sendo capaz de estabelecer a união entre as leis de Deus e as leis dos homens. O líder de Belo Monte ainda acreditava que a princesa Isabel havia abolido a escravidão por ordens de Deus e que a abolição não teria ocorrido durante o governo republicano, porque este não seria um tema relevante para os novos governantes. Sobre a escravidão, ele escreve:

[...] porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano; [...] (Maciel, 1897, p. 619).

Quantos morriam debaixo dos açoites por algumas faltas que cometiam; alguns quase nus, oprimidos da fome e de pesado trabalho. E que direi eu daqueles que não levavam com paciência tanta crueldade e no furor ou excesso de sua infeliz estrela se matavam? Chegou enfim o dia em que Deus tinha de pôr termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo e ordena para que se liberte de tão penosa escravidão (Maciel, 1897, p. 623).

Observa-se nesta passagem que, embora Antônio Vicente demonstre saber pouco sobre os reais motivos que levaram Isabel a assinar o decreto, é possível notar sua perspectiva antiescravista. Ele faz críticas, além de expressar uma preocupação com a violência a que homens, mulheres e crianças negras estavam sendo submetidos. Para ele, não haveria diferença entre as pessoas, e todos deveriam ser tratados de forma igualitária e justa. A respeito do tema do casamento civil, Antônio Vicente afirma que o “casamento civil é incontestavelmente nulo, ocasiona o pecado do escândalo, que segundo diz o Evangelho Deus não usará de sua misericórdia quando dá ocasião ao escândalo” (Maciel, 1897, p. 610). Como exposto anteriormente, para o autor das prédicas, o matrimônio se constituía como uma prática apenas de caráter religioso, pois seria um momento de consagração da união entre duas pessoas e Deus. Sem a benção divina, o casamento se tornaria ilegítimo e um pecado. Além disso, essa separação significou em grande medida que a Igreja Católica estava perdendo o controle da ideologia familiar, que servia para manter seu poder e visão na mente de todos (Fiorin, 1980). Por fim, em sua crítica a República, escreve que a “maldita república” (ibid., p. 626) deveria ser combatida, porque é assim que os vícios e sofrimento seriam enfrentados. O beato, escrevendo para os republicanos afirma que:

A república há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa ideia. Convençam-se, republicanos, que não hão de triunfar porque a sua causa é filha da incredulidade, que a cada

movimento, a cada passo está sujeita a sofrer o castigo de tão horrroso procedimento (Maciel, 1897, p. 616-617).

A mensagem que Antônio Vicente transmite em sua obra é, segundo ele, um conjunto de conselhos para que todos sejam salvos “das misérias deste mundo” (Maciel, 1897, p. 624). Sua crença em Deus e sua religiosidade estão fundamentadas em uma concepção do mundo marcada por períodos de instabilidades, tanto na sua vida pessoal quanto social. A esperança na salvação e seu pensamento sobre a necessidade de uma reforma moral (Fiorin, 1980) estavam sempre acompanhados de um conhecimento profundo sobre a realidade, o que o tornava consciente das dificuldades e injustiças que enfrentava. Conforme Fiorin (1980) destaca, o beato ensinava, por meio de suas prédicas, a ética e a moral em conjunto com a lei, e a violação dessas práticas desencadearia a fúria de Deus. Embora seu pensamento fosse conservador<sup>122</sup> e passivo (Fiorin, 1980) em diversos aspectos, Antônio Vicente acreditava que, diante da miséria as pessoas com muitas riquezas deveriam ajudar aqueles que pouco têm, e que, através do trabalho as pessoas conseguiriam superar essa condição.

Ainda que o beato tenha esse discurso sobre o trabalho, ele construiu em sua comunidade um espaço onde todos trabalhavam e eram tratados de forma igual. De fato, havia algumas divisões em relação à organização do arraial, mas sem perder de vista a ideia de que todos estavam ali em busca de acabar com o sofrimento causado pela exploração, miséria, a fome e a sede. Os ideais e as ações de Antônio Conselheiro foram reflexos de um contexto da recém-nascida República e das contradições da oligarquia rural do sertão baiano. Para Sampaio e Damasceno a religiosidade “é o referencial ideológico orientador da ação e do discurso do Conselheiro” (2005, p. 65). A presença da religião na construção do movimento não diminui o seu caráter político, filosófico, revolucionário e intelectual, porque “a luta cultural é, também, expressão da luta de classes” (ibid., p. 18). De acordo com os autores, a religiosidade foi uma das formas de unificar, dirigir e organizar o povo sertanejo. A união e organização de seu povo foram transformadas em força material contra a hegemonia da classe dominante (2005). Sampaio e Damasceno afirmam que:

---

<sup>122</sup> Fiorin compreende que Antônio Conselheiro deve ser visto como um conservador e não um revolucionário. Contudo, acreditamos que os aspectos conservadores do beato eram diante a sua crença e isso não significa que suas ações não eram revolucionárias, pois como vimos ao longo deste trabalho, Antônio buscou a transformação da realidade dos sertanejos que viviam em Belo Monte.

Esse processo de materialização gera mal-estar nos setores dominantes-dirigentes: latifundiários (evasão de mão-de-obra), sacerdotes (redução do rebanho), alto clero católico (utilização do verbo sagrado pelo peregrino) (Sampaio; Damasceno, 2005, p. 72).

Antônio Vicente/Conselheiro, por meio do seu discurso, se aproximava do povo sertanejo trabalhador, tocando “o ouvido e a alma das gentes simples” (Sampaio; Damasceno, 2005, P. 72). Apesar do seu pensamento em relação aos assuntos religiosos ser conservador, foi um crítico e contestador da ordem sócio-político da República. O conhecimento do líder de Belo Monte foi desenvolvido desde a infância, quando aprendeu diferentes línguas, geografia, aritmética, e também tendo como mentor o vigário da região em que nasceu. O vigário ensinava-lhe todo o seu conhecimento sobre a religião e a religiosidade. Além disso, na vida adulta, trabalhou em diversas profissões de “caráter marcadamente intelectual, como mestre-escola, escrivão de juiz de paz e advogado provisionado” (ibid.. p. 74). Houve um período de sua vida, que abriu uma escola e foi professor. A trajetória do beato, desde a formação escolar, moral e religiosa até as experiências profissionais e de vida, o tornam um intelectual. Segundo Sampaio e Damasceno (2005, p. 74), Antônio Vicente impressionava a todos com sua “capacidade de comunicação e poder de convencimento”.

Desse modo, Antônio Vicente/Conselheiro acreditava no direito à vida, sua consciência de classe e da realidade que o cercava foi o que motivou a criação do movimento de Canudos/Belo Monte, inspirando milhares de pessoas a se unirem em busca por melhores condições de vida. Em diferentes partes das prédicas, seja de forma direta ou indiretamente, é possível observar características de um intelectual. Como Sampaio e Damasceno (2005) apontam, a intelectualidade do beato foi formalizada nas prédicas. Seus escritos e suas pregações expressavam sua capacidade de comunicar com o povo que o seguia. É por meio dessa lógica que Antônio Vicente pode ser compreendido como um intelectual orgânico revolucionário, isto é, um organizador da cultura preocupado com as necessidades de seu povo, preocupado com o ordenamento e comportamento social em um sertão marcado pela ausência de políticas públicas e pela exclusão. O líder da comunidade, como um intelectual orgânico e um “intelectual-povo” (ibid., p.87) articulava suas ações e suas práticas em um movimento de “compreender-sentir” (p. 87).

Nesse sentido, sua intelectualidade foi fundamental para a construção de Belo Monte, uma comunidade que possuía regras e normas próprias, onde direitos e deveres

de todos eram assegurados. Segundo Sampaio e Damasceno (2005, p. 85) é possível notar nas prédicas a “erudição de Conselheiro”. Os autores mostram que “ele é um intelectual que realiza o movimento de ida ao povo, tornando-se popular” (ibid. p. 87). Ainda afirmam que o beato expressa à máxima de “consciência possível a alguém de sua origem social que assume tal perspectiva de classe no contexto histórico em que viveu” (ibid., p. 99). Com isso, o intelectual orgânico revolucionário Antônio Vicente, por meio da religiosidade, foi expressão da luta contra hegemonia, um homem que contestou a ordem estabelecida com o novo bloco histórico, utilizando argumentos articulados com a sua realidade. Seu manuscrito apresenta uma estrutura com começo, meio e fim, e sinaliza uma perspectiva crítica em relação à ordem da classe dirigente, desafiando a organização social e política vigente.

#### 4 Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar a trajetória e as ações de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, à luz do conceito de intelectual orgânico, conforme proposto por Antônio Gramsci. A pesquisa buscou compreender como sua liderança, articulada de suas práticas religiosas e políticas, contribuiu para a formação de uma comunidade autônoma no sertão baiano, consolidada em Belo Monte. Para isso, foi utilizado como fonte o manuscrito *Tempestades que se levantam no Coração de Maria*, escrito em 1897, por Antônio Vicente, bem como um levantamento crítico da historiografia sobre a Guerra de Canudos e o seu líder. Os resultados obtidos revelaram que a trajetória de Antônio Conselheiro não pode ser dissociada do contexto sociopolítico e econômico do sertão nordestino no final do século XIX. Sua liderança emerge em meio a um período de transição entre a Monarquia e a República, ou seja, em um momento de surgimento de um novo bloco histórico, marcado por profundas desigualdades e pela marginalização da classe trabalhadora. As práticas, discursos e ações de Antônio Vicente demonstram sua capacidade de incitar milhares de sertanejos em torno de um projeto de vida que desafiou as estruturas hegemônicas de poder.

A formação social do sertão nordestino no século XIX foi marcada por transformações econômicas e políticas que afetaram profundamente as relações de trabalho e a posse da terra. A promulgação da Lei de Terras em 1850 e a abolição da escravidão em 1888, criaram um sistema de exploração que concentrava terras nas mãos de poucos e submetia os trabalhadores livres a formas de servidão e dependência. Antônio Conselheiro e sua comunidade em Belo Monte emergiram como respostas às tensões geradas pelo modelo econômico excludente e pela marginalização das populações sertanejas. Ao reunir trabalhadores que nada possuíam e oferecer uma alternativa baseada na coletividade e na religiosidade, Belo Monte se tornou um símbolo de contestação às elites políticas e econômicas da Primeira República. O movimento de Canudos também expôs a complexa interação entre religiosidade e política no sertão. A liderança carismática de Antônio Conselheiro uniu diferentes grupos sociais em torno de uma comunidade igualitária, ao mesmo tempo em que alarmou o poder público e as elites regionais. Belo Monte ao resistir às investidas militares da República, expôs a violência à quais milhares de brasileiros estavam submetidos.

Em relação à análise crítica da historiografia sobre Canudos, é possível perceber um movimento contínuo de reinterpretar os eventos e as figuras envolvidas, demonstrando como contextos sociais, políticos e acadêmicos influenciam a construção da memória histórica. Ao longo das fases descritas por José Calasans, observa-se um predomínio inicial de narrativas carregadas de estereótipos e interpretações parciais. Embora a produção euclidiana tenha elevado o tema ao centro do debate literário e acadêmico, ela também cristalizou uma visão reducionista que, por vezes, desconsiderou aspectos da vida sertaneja e as especificidades do movimento conselheirista. Ademais, a revisão contemporânea, iniciada na terceira fase da historiografia, trouxe contribuições importantes ao problematizar a relação entre a comunidade e questões estruturais, como a desigualdade, marginalização e resistência cultural. No entanto, ainda persistem algumas narrativas e interpretações que romantizam o movimento como uma utopia comunitária, ou a restringindo como uma insurreição fanática e desorganizada. O centenário de Canudos marcou uma virada significativa na historiografia do tema, promovendo análises que ultrapassam as interpretações simplistas e unívocas que predominaram nos anos anteriores.

Essa nova abordagem buscou reconhecer a complexidade do movimento liderado por Antônio Conselheiro e da comunidade de Belo Monte, destacando suas dimensões políticas, sociais e culturais. As publicações recentes desafiam a visão tradicional que reduz os sertanejos a figuras fanáticas, loucas, inconscientes e desorganizadas. Elas enfatizam a resistência como expressão legítima das contradições estruturais da sociedade brasileira pós-abolição e início de um novo regime político. Apesar dos avanços, ainda persiste a dificuldade de acessar fontes e reconstruir aspectos cotidianos do arraial, uma lacuna que revela a violência simbólica imposta pela destruição de Canudos e o silenciamento posterior de sua história. No entanto, ao confrontar a história escrita pela elite vencedora e a memória oficial, esses estudos reafirmam a relevância de Belo Monte como símbolo de luta contra a opressão social e de busca por novas possibilidades de organização comunitária. A complexidade do movimento criado por Antônio Vicente/Conselheiro exige um olhar que reconheça as condições materiais que moldaram o arraial. Portanto, é necessário valorizar abordagens interdisciplinares que combinem fontes documentais, contextos históricos e análises sociológicas para construir uma compreensão mais ampla e crítica sobre o tema.

A análise da obra escrita pelo líder de Belo Monte permitiu compreender como Antônio Vicente utilizava elementos religiosos e políticos para articular sua crítica ao

regime republicano e mobilizar seus seguidores, criando uma comunidade autossustentável em Belo Monte. Esse arraial, longe de ser uma comunidade de fanáticos, representou uma alternativa de organização social frente às estruturas de dominação vigentes. Além disso, ao considerar o beato como intelectual orgânico, esta pesquisa contribui para desconstruir a visão estereotipada e pejorativa que prevaleceu em parte da historiografia e da mídia da época. Sua atuação como líder religioso e político demonstra uma consciência crítica acerca das condições vividas pelo povo sertanejo, evidenciando sua habilidade em traduzir as necessidades de sua comunidade em ações concretas e discursos mobilizadores. Outro aspecto relevante evidenciado ao longo desta pesquisa foi à articulação entre fé e política, que permeia o pensamento e práticas de Antônio Vicente. Tais ações, muitas vezes rotuladas como fanatismo ou monarquismo pelos poderosos que buscavam a destruição de Canudos, foram reinterpretadas neste trabalho à luz de sua consciência crítica e de sua condição de intelectual orgânico revolucionário.

A religiosidade de Antônio Vicente foi fundamental para a construção de Belo Monte e para a conexão com seus seguidores. Sua visão religiosa ia além do catolicismo tradicional, incorporando elementos de um catolicismo popular, com práticas e experiências da realidade do sertão nordestino. Suas prédicas frequentemente ligavam passagens bíblicas, como os sofrimentos de Maria e Jesus, às vivências do povo sertanejo, estabelecendo um paralelo entre o sofrimento divino e o cotidiano dos conselheiristas. Essa relação proporcionava conforto espiritual, mas também foi fundamental para a reorganização da vida material de milhares de pessoas que buscavam a transformação de suas vidas. Embora frequentemente reduzido a um líder religioso, Antônio Vicente ainda desempenhou um papel político crucial no movimento de Canudos. Suas ações demonstravam uma consciência política prática, ainda que não se declarasse explicitamente um líder político. O beato se opôs ao novo regime por considerá-lo contrário dos valores divinos e por acreditar que sua implementação marginalizava ainda mais o povo. Para Antônio Vicente, a obediência às leis deveria estar vinculada aos preceitos divinos. Suas práticas e discursos políticos, mesmo permeados pela religiosidade, evidenciavam a luta por direitos e dignidade do povo sertanejo.

Suas pregações, embora fundamentadas em referências religiosas, extrapolam o campo espiritual, articulando uma crítica contundente ao contexto político-social a que estava inserido. A visão crítica e intelectual de Antônio Vicente em relação à ausência

de assistência às classes marginalizadas e à imposição de um modelo político que desconsiderava as especificidades das populações sertanejas. Sua atuação enquanto líder religioso e político desafiou o Estado republicano ao oferecer um modelo alternativo de organização social, baseado na solidariedade comunitária e no direito a terra. A organização de Belo Monte refletia um modelo de resistência social, baseado na solidariedade, desafiando a concentração de poder e riqueza característica da Primeira República. A noção de comunidade autossustentável, construída no arraial, evidencia sua compreensão profunda das necessidades de sua classe social e seu papel como articulador de valores e ideais religiosos, políticas e intelectuais. Ao propor uma organização pautada pela fraternidade e igualdade, Antônio Vicente/Conselheiro reafirma seu lugar como um representante legítimo das demandas populares. Nesse sentido, por meio desta pesquisa podemos considerar o líder de Belo Monte como intelectual orgânico. Mais do que um pregador, Antônio Vicente foi um organizador da cultura e político que transformava a religiosidade em uma ferramenta de mobilização e resistência, consolidando-se como uma figura que desafiava as convenções de seu tempo e as estruturas de poder estabelecidas.

Por fim, cabe ressaltar que esta pesquisa enfrentou algumas limitações, especialmente no que diz respeito à escassez de fontes relacionadas diretamente aos discursos de Conselheiro, bem como à ausência de registros consistentes sobre as dinâmicas internas da comunidade de Canudos. Tais lacunas apontam para a necessidade de investigações futuras que aprofundem o estudo de documentos existentes e busquem novas fontes em arquivos regionais e nacionais. Dessa forma, este trabalho reforça a importância de revisitar eventos históricos como a Guerra de Canudos sob múltiplas perspectivas, reconhecendo a complexidade de seus protagonistas e o impacto que suas ações tiveram no contexto histórico e cultural do Brasil. Narrativas como a de Euclides da Cunha, embora fundamentais, muitas vezes reduziram o movimento a fanatismo religioso, desconsiderando a dimensão sociopolítica da luta dos conselheiristas. Estudos contemporâneos reavaliaram Canudos, destacando a sua importância enquanto fenômeno histórico, político e social carregado de diversidades. Este estudo reforça a importância de revisitar figuras históricas como Antônio Conselheiro, reconhecendo-o não apenas como um líder religioso, mas como um agente político e intelectual que desafiou a ordem estabelecida.

Assim, reafirma-se o valor de Antônio Vicente/Conselheiro como um intelectual orgânico revolucionário cuja atuação vai além do campo religioso, consolidando-se

como um símbolo de resistência e luta por justiça social. Sua liderança em Belo Monte evidencia as possibilidades de resistência e organização da classe trabalhadora em contextos de exclusão e desigualdade. O líder do arraial organizava sua comunidade com base em normas próprias, criando um modelo alternativo ao sistema dominante. Seu discurso e suas ações refletiam um esforço para interpretar a fé, sem perder de vistas os aspectos políticos, como também abordando questões como sobre a moralidade e a justiça. A destruição de Canudos simbolizou, assim, a tentativa de silenciar um movimento de uma classe que buscava por melhores condições de vida, mas a memória da comunidade persiste como um lembrete das profundas desigualdades que marcaram a formação social e política do Brasil. Nesse sentido, conclui-se que a análise de Antônio Vicente/Conselheiro como intelectual orgânico contribui para uma compreensão mais ampla e crítica do movimento de Canudos e de sua relevância na história brasileira.

## 5 Referências

### 5.1 Fonte

MACIEL, Antônio Vicente Mendes. Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério de Anunciação. In.: NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

### 5.2 Bibliografia

AGUIAR, Durval Viera de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**: tip. Do Diário da Bahia, 1888.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O sertão é uma palavra que designa sempre o outro”: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Transcrição por Antônio Charles Andrade e Marcelo Aguiar Menezes. **Revista Historiador**. Vol. 13. Nº. 24. P. 308-327. Jan/Jun. de 2021.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1972.

ARAGÃO, Pedro Moniz de. Canudos e os Monarquistas. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Vol. XXXIX, Recife, 1945, p. 86-131.

ARAS, José. **Sangue de irmãos: Canudos por dentro**. 2ª ed. Editor EMGRAF, 2009.

AZEVEDO, Sílvia Maria. “**O Rei dos Jagunços de Manuel Benício**”: **Entre a Ficção e a História**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

AZEVEDO, Sílvia Maria. Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, P. 82-95, junho/agosto, 2002.

AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**. Edufba, 2002.

AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 36, fasc. 141, março de 1976.

BARONI, Alice. Guerra de Canudos: uma leitura euclidiana. **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Unicentro, Guarapuava-PR, abril, 2011.

BARROS, Olívio (Afonso Arinos). **Os jagunços**. 1ª edição, 1898.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **O mundo dos beatos: a força da utopia no nordeste sertanejo**. Ponta de Lança, São Cristóvão, v. 13, n. 25, jul. – dez. 2019.

BARRETO, Dantas. **Última expedição a Canudos**. Porto Alegre, Editores: Franco e Irmão, 1898.

- BENÍCIO, Manoel. **O Rei dos Jagunços**. 1899. Ed. Fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1997.
- BRANDÃO, Marcos Sampaio. O sistema de produção na Bahia sertaneja do século XIX: uma economia de relações não-capitalistas. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 4, p. 62-81, ago. 2007.
- BRAGA, Udineia Braga. **Canudos: uma guerra, muitas mulheres**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.
- BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2004.
- CALASANS, José. **Quase biografia de jagunços**. Centro de Estudos Baianos, Salvador, 1986).
- CALASANS, José. Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. Publicado nos Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, (Belo Horizonte, 2 a 8 de Setembro de 1973), São Paulo, 1974, p.461/81; republicado in **Revista da Academia de Letras da Bahia**, nº 34, Salvador, Janeiro de 1987, p. 47/63.
- CALASANS, José. Aparecimento e prisão de um messias. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, n. 35, p. 53-63, set. 1988.
- CALASANS, José. Antônio Vicente no Ceará. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, n. 37, março de 1991.
- CALASANS, José. Centenários canudenses. **A Tarde**, Salvador, 27 dez, 1994.
- CALASANS, José. O séquito de Antônio Conselheiro. **Revista FAEEBA**, nº especial (Canudos), 2º ed., jan/jun, 1995.
- CALASANS, José. Canudos não euclidiano. In: **Canudos – subsídios para sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, Monteiro Aranha S. A., 1996, p. 1/23.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Relume Dumará, 1996.
- COSTA, J. da. **A campanha do Conselheiro**. Calvino Filho, editor, 1934.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 2º ed. – Jandira, SP: Principis, 2020.
- DOBROUKA, Vicente. Antônio Conselheiro, profeta do sertão? Versão modificada de texto lido na mesa redonda para o **Seminário Nacional de Revisão Historiográfica do Centenário de Canudos**. “O sertão vai virar praia”. Jun, p. 51-68, 1997.
- FIORIN, José Luiz. **A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 1980.

- FIORIN, José Luiz. O discurso de Antônio Conselheiro sobre a República. **Proposições**. Nº. 3, dez, p. 82-88, 1990.
- FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. Araucaria. **Revista Iboramericana de Filosofia, Política y Humanidades**, v. 13, nº 26, p. 119-145, 2011.
- FREITAS, Leandro Leal de. **Um século de narrativas euclidianas e conselheristas: interpretações sobre Antônio Conselheiro**. São Carlos: USFCAR, 2016.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Editar Euclides da Cunha. Veredas 8: **Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**. P. 200-214. Porto Alegre, 2007.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha, precursor. **Revista USP**, São Paulo, n.82, p. 46-53, junho/agosto 2009.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Um “livro vingador”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 27, p. 423-426, 2009.
- GOLDIMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia. O que é a sociologia?**. Rio de Janeiro: Difel Editorial, 1979.
- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás no início do século XX: caracterizações e problematizações. **Revista Mosaico**, v. 13, p. 51-66, 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Civilização Brasileira, 4ª edição. Coleção Perspectivas do Homem, v. 48, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho, 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Bahia, Litho-Typographia Tourinho, Praça do Ouro n. 5, 1899.
- HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no alvorecer da República os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. (org.). **O Brasil Republicano** – Livro 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- HERMANN, Jacqueline. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 16-34, 9 de outubro 1997.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.
- MACEDO, Nertan. **Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos**. Gráfica Record Editora, 1969.
- MARCIANO, Revd. Frei João Evangelista de Monte. **Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos**. Bahia, typographia do Correio de Notícias, 55 – Praça Castro Alves – 55, 1895.

- MARINHO, Anderson Henrique Ferreira. “Herdeiros da bravura”: a [re]invenção de Canudos e a luta dos sobreviventes (1897-1947). **Revista Ars Histórica**, ISSN 2178-244X, nº 22, jul./dez. p. 163-181, 2021.
- MASCARENHAS, Maria Lucia F. Toda nação em Canudos – 1893-1897. **Revista Canudos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 68-84, 1997.
- MELO, Adriana Ferreira de. **Sertões do mundo, uma epistemologia**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.
- MICELI, Sergio. A gestão diocesana na República Velha. In.: *Religião e Sociedade*. 1985.
- MILTON, Aristide A. **A Campanha de Canudos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. 5, 2003.
- MONIZ, Edmundo. **A guerra social de Canudos**. Civilização Brasileira, 1978.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Juazeiro, Canudos e Contestado. In.: FAUTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Difel, v. 2, t III, 1977.
- MONTEIRO, Denise Mattos. Política de terras no Brasil: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do Império para a República. **História Econômica & História de Empresas**. V2, p. 53-73, 2002.
- NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. **José Calasans: a história reconstruída**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: Hist. e Soc.** Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, (10) dez. 1993.
- OLIVEIRA, Wálney da Costa. Entre bruxas e princesas: a construção de identidades femininas entre as prisioneiras de Canudos. In: **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Org. Costa, A.A.A; Sandenberg, C.M.B. Salvador: Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.
- PEDRO, Livia. História da Companhia de Jesus no Brasil: Biografia de uma obra. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, 2008.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REESINK, Edwin. A maior alegria do mundo: a participação dos índios Kiriri em Belo Monte (Canudos). In: CARVALHO, MR, and CARAVLHO, AM., org. **Índios e caboclos: a história recontada** (online). Salvador: EDUFBA, p. 243-256, p. 2012.
- ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Editora Nova Aguilar, v. 2, 1994.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As coletividades anormais**. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

RODRIGUES, Kadma Marques; LIMA, Pedro Victor Moura. Barrancos de cusuz de milho e um rio de leite: alimentação, identidade e patrimônio no sertão de Canudos. **Vivência, Revista de Antropologia**, n. 57, p. 199-224, 2021.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. O sertão de Pierre Verger. **Projeto História** nº 40, junho de 2010.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial: seus re-flexos na Província de Mato Grosso. **Rev. Bras. De História**. São Paulo. V. 15, nº 30, p. 115-136, 1995.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. Por uma visualidade de Antônio Conselheiro: representações do beato antes e durante a guerra total de Canudos. Iconografia, Música e Cultura: relações e trânsitos. **3º Congresso Brasileiro de Iconografia Musical**. 2015.

SAMPAIO, Wilson Correia; DAMASCENO, Maria Neide. **Antônio Conselheiro nos sertões de Euclides da Cunha: um enfoque gramsciano**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SENA, Davis Ribeiro de. A guerra das caatingas. **CNHR**, v. 2, p. 207-225. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 123-146, 2003.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, p. 542-569, maio/ago. 2020.

SILVA, Leticia Queiroz; SOUZA, Rildo Bento de. Messianismos no sertão: um estudo comparativo entre Canudos (BA) e Santa Dica (GO). **Revista Mosaico**. v. 16, nº 25, pag. 398-421, 2024.

SOARES, Henrique Duque Estrada Macedo. **A Guerra de Canudos**. 1ª edição, Typ. Altina, Assembleia 96, 1902.

SOUZA, Eusébio. Antônio Conselheiro em juízo. Um Episódio de sua vida. **Jornal do Recife**, 24 de junho de 1912.

SOUZA, Rildo Bento de. “A história não perdoa os fracos”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. **Tese de doutorado** do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2015.

SOUZA, Emerson José Ferreira de. O catolicismo popular brasileiro: notas em torno da sua invenção historiográfica. **Temporalidades – Revista de História**, ed 36, v. 13, n. 2, 2021.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.23, n. 2, p. 541-561, ago. 2017.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A economia baiana: os condicionantes da dependência. **RDE – Revista de Desenvolvimento econômico**. Ano VI, n. 10, julho de 2004.

STRECK, Edson Edilio. Elementos essenciais à prédica. **Estudos Teológicos**. Programa de Pós-Graduação em Teologia. p. 254-260, 1993.

TAVARES, Odorico; VERGER, Pierre. O reduto de Antônio Conselheiro. Depoimentos dos Sobreviventes. O repórter Euclides da Cunha. **Jornal O Cruzeiro**, 1947.

THOMPSON, Barbara. Memória e exaltação da vida no cemitério monumental. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 03, p. 89-107, set/dez 2014.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Remédio santo: rezas e curas no Belo Monte de Antônio Conselheiro. In: Yara Amorim Souza Leão. (Org.). **Antígona**. Maceió: Edufal, v. 8, p. 117-129, 2011.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos: O campo em chamas**. Coleção Tudo é História. Editora brasiliense, 1992.

WOLSEY (Cesar Zama). **Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos**. Bahia, Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 101 – Praça Castro Alves – 101, 1899. In: Centro de Estudos Baianos, Publicação da Universidade Federal da Bahia.

## 6 Imagens da internet

CARVALHO. Scientific Figure on ResearchGate. Available from: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-16-Poligono-das-secas-Fonte2006-O-semiarido-apresenta-ma\\_fig5\\_301354867](https://www.researchgate.net/figure/Figura-16-Poligono-das-secas-Fonte2006-O-semiarido-apresenta-ma_fig5_301354867). Acesso: 22 de setembro de 2024.

Cooperative Governance in Agricultural Cooperatives: the case of Civab in the Municipality of Canudos (BA) - Scientific Figure on ResearchGate. Available from: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Municipio-de-Canudos-na-Microrregiao-de-Euclides-da-Cunha-BA-Fonte-IBGE\\_fig2\\_322966286](https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Municipio-de-Canudos-na-Microrregiao-de-Euclides-da-Cunha-BA-Fonte-IBGE_fig2_322966286). Acesso: 23 de setembro de 2024.